



PIETRO CALDEIRINI ARUTO

**A formação socioespacial dependente a partir da
superexploração da força de trabalho: uma
abordagem metodológica**

**Campinas
2015**



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA

PIETRO CALDEIRINI ARUTO

**A formação socioespacial dependente a partir da
superexploração da força de trabalho: uma
abordagem metodológica**

Prof. Dr. Fernando César de Macedo Mota – orientador

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, área de concentração: Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Econômico, área de concentração: Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente.

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL
DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELO ALUNO PIETRO
CALDEIRINI ARUTO E ORIENTADA PELO PROF. DR.
FERNANDO CÉZAR DE MACEDO MOTA.

Orientador

A handwritten signature in cursive script, reading "Fernando César de Macedo Mota", written over a horizontal line.

CAMPINAS
2015

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Economia
Mirian Clavico Alves - CRB 8/8708

Ar85f Aruto, Pietro Caldeirini, 1985-
A formação socioespacial dependente a partir da superexploração da força de trabalho : uma abordagem metodológica / Pietro Caldeirini Aruto. – Campinas, SP : [s.n.], 2015.

Orientador: Fernando Cezar de Macedo Mota.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.

1. Materialismo histórico. 2. Economia regional. 3. América Latina. I. Mota, Fernando Cezar de Macedo, 1969-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Social-spatial dependent formation and overexploitation of labour power : a methodological approach

Palavras-chave em inglês:

Historical materialism

Regional economics

Latin America

Área de concentração: Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente

Titulação: Mestre em Desenvolvimento Econômico

Banca examinadora:

Fernando Cezar de Macedo Mota [Orientador]

Lígia Maria Osório Silva

Maurício de Souza Sabadini

Data de defesa: 04-03-2015

Programa de Pós-Graduação: Desenvolvimento Econômico



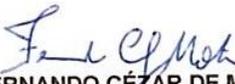
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

PIETRO CALDEIRINI ARUTO

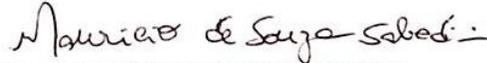
A formação socioespacial dependente a partir da superexploração da força de trabalho: uma abordagem metodológica

Defendida em 04/03/2015

COMISSÃO JULGADORA


Prof. Dr. FERNANDO CÉZAR DE MACEDO MOTA
Instituto de Economia / UNICAMP


Profa. Dra. LÍGIA MARIA OSÓRIO SILVA
Instituto de Economia / UNICAMP


Prof. Dr. MAURÍCIO DE SOUZA SABADINI
Universidade Federal do Espírito Santo/UFES

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Pedro, Roseli, Gabriela, Giuliana e Lucas por todo o apoio e carinho que me proporcionaram nesse tempo em que estivemos geograficamente mais distantes.

Agradeço à Beatriz por esse sentimento tão totalizante que se manifesta especificamente em todas as dimensões dos nossos seres. *Una vez más, juntos somos más que dos*. Agradeço também ao Carlão, Regina, Zé e Alejandra por fazerem parte do nosso cotidiano e torná-lo mais prazeroso.

Agradeço aos novos amigos que fiz aqui em Campinas (Toca, Maniva, Monlevade, Rafa, Zé Gota, Liliput e todo pessoal do CEDE) cuja disciplina acadêmica e postura política-lúdica para fora da universidade tornaram mais fácil e proveitosa a experiência do mestrado. Agradeço ainda aos amigos que ficaram pelo Sul, apesar da ausência rotineira, sempre estiveram presentes no debate, de uma forma ou de outra.

Agradeço ao meu amigo Fernando Macedo não só pela orientação e pela confiança depositada na pesquisa, mas também por mostrar, na sua prática cotidiana, que outra universidade é possível. Por extensão, agradeço à Lene, Júlio e Marco e aos professores Humberto e Wilson.

Agradeço a Capes pela bolsa de estudos.

Es necesario distinguir entre las tendencias generales y necesarias del capital y las formas en que las mismas se manifiestan (MARX, 1988, p. 384).

A Forma é um Proteu muito mais inatingível e mais fértil em sinuosidades do que o Proteu da Fábula; não é senão depois de demorados combates que se pode estrangê-la a mostrar-se sob seu verdadeiro aspecto. (Balzac, A obra inacabada).

RESUMO

O objetivo desta dissertação é desenvolver o conceito de *formação socioespacial dependente* a partir do conceito de *formação socioespacial* definido por Milton Santos. De modo geral, o conceito trata da capacidade que o espaço tem de manifestar as condições históricas postas à produção social no modo de produção capitalista. Uma vez que sua origem encontra-se no embate das correntes marxistas em torno da concepção de *formação econômico-social*, resgata-se criticamente no primeiro capítulo essas contribuições para aprofundar o conceito proposto, especialmente no que tange à associação entre as relações de produção e as mudanças espaciais. A redefinição metodológica que se propõe a partir da *formação socioespacial dependente* busca compreender as transformações históricas que se operam *entre e dentro* das formações socioespaciais, ou seja, leva à discussão de duas categorias centrais da dimensão espacial: nação e região; desenvolvidas nos capítulos 2 e 3. Para ir além do plano eminentemente teórico, a investigação é centrada na análise da *formação socioespacial dependente* da América Latina, onde as relações de produção no continente são especificamente marcadas pela superexploração da força de trabalho. Dessa forma, o resultado da investigação permite compreender, dentro da totalidade do modo de produção capitalista, a associação entre a produção social do espaço e relação de produção nas *formações socioespaciais dependentes*, mostrando que o espaço é estruturado e transformado para garantir as condições de reprodução da força de trabalho abaixo do seu valor.

Palavras-chave: formação socioespacial; superexploração; espaço; América Latina; marxismo

ABSTRACT

The purpose of this dissertation is to develop the *socio-spatial-dependent formation* concept from the *socio-spatial formation* concept as defined by Milton Santos. In general, the concept is concerned with the capability of space to manifest the historical conditions underlying the social production in the capitalist mode of production. Once its origin lies in the shock within Marxism regarding the *social-economic formation concept*, it is recovered critically in the first chapter these contributions to deepen the proposed concept, especially the association between relations of production and spatial changes. The proposed methodological redefinition seeks to understand the historical transformations that operate in socio-spatial formations, ie, it leads to the discussion of two central categories of the spatial dimension: nation and region; to be carried out in chapters 2 and 3. Extrapolating the theoretical level, research is focused on the analysis of Latin America socio-dependent formation, once the relations of production are specifically characterized by overexploitation of the labour power. Thus, the result of research allows understanding, within the totality of the capitalist mode of production, the association of social production of space and relation of production in the dependent socio-spatial formations, showing that space is structured and transformed to ensure the conditions of reproduction of the labour power below its value.

Key-words: socio-spatial formation; overexploitation; space; Latin America; Marxism

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. DA FORMAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL À FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL 5	5
1.1 A concepção de FES em Marx: questões metodológicas	6
1.2 A interpretação Marxo-soviética: determinismo a-histórico	14
1.3 A interpretação Althusseriana: negação da totalidade	18
1.4 A intervenção de Sereni e Luporini: o resgate de Lênin	22
1.5 A construção do conceito de formação socioespacial	26
2. RELAÇÃO DE PRODUÇÃO E FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL: A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DEPENDENTE	32
2.1 Relação de produção e espaço	35
2.2. Acumulação de capital e desigualdade espacial: a FSP dependente	46
3. FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DEPENDENTE: NAÇÃO E REGIÃO	67
3.1 Formação socioespacial e nação na constituição do modo de produção capitalista	72
3.2 Formação socioespacial dependente e nação: superexploração da força de trabalho e a nação inconclusa	82
3.3 Formação socioespacial dependente e desigualdade regional: dissolução das FSP coloniais e a formação de regiões sub-nacionais	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS: FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DEPENDENTE, ESTADO E CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO	Erro! Indicador não definido.
REFERÊNCIAS.....	113

INTRODUÇÃO

Difícilmente outro conceito no marxismo é tão referenciado pela sua capacidade analítica como o conceito de formação econômico-social¹. De modo geral, o conceito é utilizado no estudo de realidades sociais concretas, no seu processo histórico de desenvolvimento dentro de um modo de produção específico. Ao mesmo tempo, nenhum outro conceito, diante de tal importância², passou por um tratamento teórico tão insuficiente³, errático e díspar, levando ao uso de uma série de terminologias correlatas (como formação social, formação econômica, formação socioespacial, etc.), sem a digressão metodológica correspondente.

Essa insuficiência, no caso latinoamericano, mostra-se ainda mais deletéria. Em toda sua história – desde a sua incorporação *satelizada* pela expansão mercantilista europeia no séc. XVI, passando pelo *liberalismo-imperialista* do séc. XIX com sua típica divisão internacional do trabalho, até a extroversão do capital industrial e financeiro do centro no séc. XX ao financiar os projetos desenvolvimentistas na região – a América Latina esteve imbricada com as transformações materiais que conduziram ao desenvolvimento do modo de produção capitalista, mas nem por isso verificou-se a emergência de estruturas socioeconômicas correspondentes às observadas no centro do sistema capitalista. Assim, o entendimento da existência de distintas formações econômico-sociais a partir de um modo de produção se torna um procedimento metodológico imprescindível para captar a especificidade dessas estruturas e como elas se relacionam do ponto de vista de todo o continente e de suas nações. A questão está no estabelecimento do critério metodológico que permite a mediação abstrato/concreto pela formação econômico-social, e é precisamente esse ponto que

¹ Segundo Ribeiro (1981, p.28) “a maior das contribuições de Marx às ciências sociais foi, provavelmente, a fixação do conceito de ‘formações sociais’”.

² “Diria incluso que la articulación de esos dos conceptos [modo de produção e formação econômica-social] es uno de los principales problemas que la teoría marxista encuentra en este momento” (DHOQUOIS, 1976, p. 185).

³ “O que ocorre – e precisamos reconhecer – é que a teoria da formação social foi muito menos elaborada pelo marxismo do que a do modo de produção” (GORENDER, 1980, p. 51).

distingue as abordagens marxistas que se debruçaram sobre o conceito, bem como suas lacunas.

Com o propósito de desenvolver o seu conteúdo intrínseco, o objetivo geral deste trabalho é submeter o conceito de formação econômico-social (FES) à dimensão espacial, naquilo que Milton Santos (1979) chamou de formação socioespacial (FSP). Mais do que isso, em que pese a capacidade do espaço de concretamente manifestar e sintetizar as condições postas à produção social, essa potencialidade só ganha historicidade quando se subordina a FSP à relação que os homens travam entre si no processo de trabalho, enquanto relações de produção. O corolário da redefinição da FSP, por sua vez, implica em compreender as transformações históricas que se operam *entre e dentro* das FSP's, ou seja, leva à discussão de duas categorias centrais da dimensão espacial: nação e região. Dessa forma, o objetivo geral proposto se desdobra em duas frentes. Num primeiro momento, empreende-se uma redefinição teórico-metodológica do conteúdo da FES a partir do conceito de FSP, com base na relação de produção. Posteriormente, num movimento de concretização, é investigada a relação dialética presente entre a FSP, nação e região.

Para ir além do plano eminentemente teórico, a discussão proposta será centrada na América Latina onde as relações de produção no continente são marcadas pela superexploração da força de trabalho. Dessa forma, a hipótese de pesquisa pode ser colocada da seguinte forma: dada a correspondência teórico-histórico entre espaço e relações de produção, a superexploração é a categoria totalizante da formação socioespacial latinoamericana, ou seja, é aspecto específico dessas nações dentro da unidade que consiste o modo de produção capitalista. Trata-se, pois, de uma formação socioespacial dependente.

Diante dos objetivos propostos, a investigação tem uma natureza metodológica concernente aos temas em questão. Uma vez que o conceito de FSP tem sua origem na teoria marxista, a discussão neste momento é primordialmente circunscrita ao marxismo, o que exige, ao longo dos capítulos, considerações sobre o método marxista de investigação da realidade social. Posteriormente, uma vez que se procura proceder à concretização da FSP em torno das categorias de nação e região, o foco será a construção e dissolução das FSP na América Latina. Nesse sentido, em que

pese a potencialidade do conceito de FSP em analisar as atuais questões espaciais nos países latino-americanos, este não será o foco nesse momento. O mesmo se aplica às interpretações das várias áreas da ciência social quanto à dimensão espacial dos países subdesenvolvidos.

Metodologicamente, são duas as justificativas que embasam este trabalho. Em primeiro lugar, a utilização da relação de produção, enquanto *totalidade*, como o critério da FSP pode ser tomada do próprio Marx (1988, p. 261) quando ele ressalta a importância da forma historicamente determinada pela qual o mais-trabalho é obtido: “Es solo la *forma* en que se expolia ese plustrabajo al productor directo, al trabajador, lo que distingue las formaciones económico-sociales, por ejemplo la sociedad esclavista de la que se funda en el trabajo asalariado”. Em segundo lugar, a utilização da superexploração como aspecto específico da FSP dependente surge da seguinte síntese metodológica feita por Osório (2009, p. 171, destaque do autor):

Para compreender seu significado [superexploração] *como categoria que busca dar conta do aspecto central da reprodução do capital dependente*, isto é, no seio de formações econômico sociais específicas, geradas pelo funcionamento do capitalismo como sistema mundial, é necessário partir de uma questão metodológica elementar: a existência de diferentes níveis de abstração e de unidades de análise no marxismo, isto é: modo de produção, sistema mundial, padrão de reprodução do capital, formação econômico social e conjuntura.

Como será visto, mais do que a FES, a unidade de análise no caso latino-americano é a FSP dependente. Se tal procedimento se mostrar correto, o desenvolvimento do conceito de FSP dependente abrirá campos de investigação dentro da própria teoria marxista, bem como, da historiografia latinoamericana, com o propósito de recompor o processo histórico que tornou a categoria de superexploração da força de trabalho o aspecto central da reprodução do capital na América Latina. A importância dessa correspondência teórico-histórica nas categorias sociais (como os são a relação de produção e superexploração da força de trabalho) é ressaltada por Marx (2011a, p. 58), quando afirma que

[...] as próprias categorias mais abstratas, apesar de sua validade para todas as épocas – justamente por causa de sua abstração -, na determinabilidade dessa própria abstração, são igualmente produto de relações históricas e têm sua plena validade só para essas relações e no interior delas.

A dissertação é estruturada em duas partes. Na primeira, procura-se empreender um movimento, de forma abstrata, de resgate da noção de FES e de construção do conceito de FSP (capítulo 1) para, em seguida, defender a subordinação do conceito de FSP à relação de produção, a partir do caso da superexploração da força de trabalho no continente latino-americano (capítulo 2). O segundo movimento, de concretização, parte do conceito de FSP dependente até a sua forma de manifestação específica no espaço, o que exige que se explicita a sua relação com a nação e a região (capítulo 3).

1. DA FORMAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL À FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL

Conforme exposto na introdução, o conceito de FES permite recompor as especificidades das sociedades no processo histórico, tendo como essência o modo de produção e dialeticamente entendido a partir deste. A questão é: como se realiza essa relação dentro da teoria marxista? Aqui reside a problemática central a partir da qual diversas correntes procuraram elucidar o conceito de FES. Com base na revisão bibliográfica, é possível identificar períodos específicos em que o conceito de FES foi explicitamente objeto de estudo. O último desses momentos corresponde aos anos de 1960 e 1970, quando algumas interpretações marxistas efetuaram definições sintéticas sobre o conceito. É no debate com essas correntes que Santos (1979) constrói o conceito de FSP.

Este capítulo tem como objetivo, dessa forma, recompor as interpretações das principais correntes que trataram do conceito de FES e como que Milton Santos (1979) sintetiza a discussão em torno da FSP. Mais do que uma revisão, procura-se explicitar as questões metodológicas imbuídas na definição do conceito, e, assim, apontar as limitações e imprecisões das interpretações, inclusive, em Santos (1979). Isso se mostrará fundamental para os capítulos seguintes os quais tratam da submissão da FSP à relação de produção para, posteriormente, indicar o caminho de concretização do conceito. A compreensão do método marxista aqui exposta pode ser sintetizada da seguinte forma, e sobre a qual se desenvolve a pesquisa: por trás da teoria marxista há uma concepção geral da história humana⁴, concepção esta que dá

⁴ “Esta concepção da história consiste, pois, em expor o processo real da produção, partindo, para tanto, da produção material da vida imediata, e do ato de conceber a forma de intercâmbio correspondente a este modo de produção e engendrada por ele, quer dizer, a sociedade civil em suas diferentes fases, como o fundamento de toda a história, apresentando-a em sua ação como Estado e explicando a partir dela todos os diferentes produtos teóricos e formas de consciência, a religião, a filosofia, a moral etc., assim como estudando, a partir dessas premissas, seu processo de nascimento, coisa que, naturalmente, permitirá expor as coisas em sua totalidade (e também, por isso mesmo, a interdependência entre esses diversos aspectos). Esta concepção, diferentemente da idealista, não busca uma categoria em cada período, mas se mantém sempre sobre o terreno histórico real; não explica a prática partindo da ideia, mas explica as formações ideológicas sobre a base da prática material, através do que chega, conseqüentemente, também ao resultado de que todas as formas e todos os produtos da consciência não podem ser destruídos por obra da crítica espiritual, mediante a redução à “autoconsciência” ou à transformação em “fantasmas”, “espectros”, “visões” etc., mas tão somente podem ser dissolvidas com a derrocada prática das relações sociais, das

base a toda formulação conceitual do marxismo. Essa concepção, por sua vez, adota uma ordem lógica própria, o método dialético⁵.

De modo geral, três correntes marxistas se propuseram a interpretar o conceito de formação econômico-social, ou suas variantes terminológicas (SILVA, 1979; ARUTO, 2009). Ressaltar-se-ão especificamente em cada uma delas – uma vez que estas possuem um arcabouço teórico-metodológico próprio, e de produção bibliográfica abrangente – as suas definições propostas para o conceito de FES. Uma das dificuldades encontradas está relacionada com a própria terminologia em torno do conceito de “formação econômico-social”. Marx utilizou vários termos como formação social, formação da sociedade, formas de sociedade, formas econômicas, formação econômica da sociedade, sem defini-los especificamente. Diante da diversidade terminológica, procura-se agrupar todos os termos expostos e definidos pelas matrizes interpretativas que se remetam ao conteúdo do conceito de FES.

Este capítulo se apresenta em cinco seções. Na primeira, expõe-se o conceito de FES em Marx e em alguns autores da geração posterior, quando então surge uma nova discussão com base nas seguintes matrizes: as correntes marxo-soviéticas, althusserianas e as contribuições dos autores italianos Emilio Sereni (1976) e Cesare Luporini (1976). Estas matrizes correspondem à segunda, terceira e quarta seção. A quinta seção se dedica à interpretação conferida por Santos (1979), em torno do conceito de formação socioespacial.

1.1 A concepção de FES em Marx: questões metodológicas

Na obra de Marx não é exposto formalmente o conceito de formação econômico-social, na verdade, Marx nunca usou terminologicamente este conceito da maneira como se tem apresentado neste trabalho. Nas poucas citações a que se

quais emanam essas quimeras idealistas – de que a força propulsora da história, inclusive a da religião, da filosofia e ade toda a teoria, não é a crítica, mas sim a revolução” (MARX; ENGELS, 2007, p. 62).

⁵ “La noción clave para entender el sistema de Marx es la noción de historia; su teoría es una teoría de historia, de la evolución de los seres humanos en lo curso de su acción para producir su vida. Y esta teoría de la historia fue desarrollada según un método dialéctico, método que jamás fue usado por Marx para explicar ‘las leyes generales del universo’, sino para explicar concretos fenómenos históricos, muy en especial el fenómeno del modo de producción capitalista” (SILVA, 1979, p. 178).

remete, Marx utiliza alguns termos para essa noção, como *formação social*, *formação da sociedade*, *formas econômicas*, etc., derivações que acompanham o próprio processo de amadurecimento da teoria marxista. Contudo, em duas ocasiões, segundo Sereni (1976), Marx utiliza o conceito de *formação econômica da sociedade* (*Ökonomische Gesellschaftsformation*), cuja noção se aproxima da concepção atribuída posteriormente pelos autores marxistas à *formação econômico-social* (ARUTO, 2009).

No *Prefácio Para a Crítica da Economia Política*, publicado originalmente em janeiro de 1859, Marx (1996a) realiza uma retrospectiva da sua formação intelectual-política onde expõe o resultado geral dos seus estudos em uma síntese dialética das relações de produção no desenvolvimento das forças produtivas⁶. Após distinguir, na transformação material do processo histórico, o movimento das condições econômicas de produção das formas ideológicas que elas assumem nas sociedades de classes, Marx expõe as implicações desse movimento para sociedades específicas, onde ressalta:

Uma *formação social* nunca perece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas para as quais ela é suficientemente desenvolvida, e novas relações de produção mais adiantadas jamais tomarão o seu lugar, antes que as suas condições materiais de existência tenham sido geradas no seio mesmo da velha sociedade. (...) Em grandes traços podem ser caracterizados, como épocas progressivas da *formação econômica da sociedade*, os modos de produção: asiático, feudal e burguês moderno (MARX, 1996a, p.52, destaque nosso).

⁶ “O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu-me de fio condutor aos meus estudos, pode ser formulado em poucas palavras: na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e a qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determinam o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina a sua consciência. Em uma certa etapa de seu desenvolvimento as forças produtivas da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que nada mais é do que a sua expressão jurídica, com as relações propriedade dentro das quais aquelas até então se tinham movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas essas relações se transformam em seus grilhões. Sobrevém então uma época de revolução social” (MARX, 1996a, p. 52).

Nessa citação, o sentido dado à “formação econômica da sociedade” está relacionado à transformação e à sucessão das relações de produção dentro de uma análise eminentemente histórico-lógica. Em outras palavras, as relações de produção – enquanto estrutura econômica da sociedade – em “grandes traços” apresentam-se ao longo evolução histórica sob os modos de produção antes destacados. Isso não quer dizer que estes modos de produção esgotem todas as formas sociais já existentes, ou então, que todas as sociedades tenham que percorrer esses modos de produção. Como exposto no início do trecho, a “formação social” é a manifestação concreta das relações de produção e das forças produtivas cuja diversidade se deve ao próprio nível de desenvolvimento (e seus potenciais limites) das forças produtivas e, também, às “condições materiais de existência” das relações de produção⁷.

O segundo momento em que Marx utiliza a expressão destacada se encontra no Prefácio da primeira edição de *O Capital*, em 1867:

Menos do que qualquer outro, o meu ponto de vista, que enfoca o desenvolvimento da *formação econômica da sociedade* como um processo histórico-natural, pode tornar o indivíduo responsável por relações das quais ele é, socialmente, uma criatura, por mais que ele queira colocar-se subjetivamente acima delas (MARX, 1985, p. 13, destaque nosso).

Submeter o desenvolvimento da formação econômica da sociedade dentro de “um processo histórico-natural” significa que as condições da produção social (relações de produção, os meios e instrumentos de trabalho), ao se transformarem, dão a base material para a nova organização social dos homens na produção, ou seja, do modo de produção. No caso em questão, o objeto de Marx (1988) em *O Capital* é o

⁷ Sobre a base material dos aspectos sociais e espirituais, cabe a seguinte passagem da *Ideologia Alemã*: “O fato é o seguinte, portanto: determinados indivíduos, que são ativos na produção de determinada maneira, contraem entre si essas determinadas relações sociais e políticas. A observação empírica tem de, necessariamente, provar empiricamente e sem nenhum tipo de mistificação ou especulação, em cada caso concreto, a relação existente entre a estrutura social e política e a produção. A estrutura social e o Estado brotam constantemente do processo de vida de determinados indivíduos; mas esses indivíduos tomados não conforme possam se apresentar ante a imaginação própria ou alheia, mas sim como tal realmente são, quer dizer, como atuam, como produzem materialmente e, portanto, tal como desenvolvem suas atividade sobre determinados limites, premissas e condições materiais independentes de seu arbítrio” (MARX;ENGELS, 2007, p. 47).

modo de produção capitalista, o qual surge dentro de um processo histórico específico⁸. Contudo, essa transformação não se processa de forma mecânica e apolítica, pois, ainda que os homens sejam criaturas das relações sociais, ele é “responsável” por essa existência concreta, a despeito da representação *ideal* que elas assumem.

Em resumo, os dois trechos referentes aos termos *formação econômica da sociedade*, apesar de sintéticos, trazem três importantes implicações: 1) distinção teórico-metodológica dos conceitos de formação social e formação econômica da sociedade; e, 2) as relações de produção e forças produtivas conformam uma unidade orgânica nas sociedades concretas; 3) a formação econômica da sociedade se desenvolve dentro de um processo histórico-natural. Essas três noções serão aprofundadas ao longo do capítulo e auxiliam na construção do conceito de FSP.

Além destas duas passagens, em outros trabalhos Marx analisou as diversas sociedades e sua estrutura econômica, aproximando-se da noção geral que é atribuída ao conceito de FES por parte dos marxistas. Em um dos cadernos dos rascunhos de Marx (2011b) de 1857-1858 intitulados como *Formas que antecederam a produção capitalista* – inéditos para o mundo ocidental até o fim da década de 1950 – há esclarecimentos importantes sobre o processo histórico geral, ao combinar a investigação teórica (na busca pelo mecanismo geral das transformações sociais) com a exposição histórica específica (no caso, o processo histórico-concreto de formação do capitalismo europeu). Segundo Hobsbawm (1986, p. 15, grifo do autor): “As FORMEN [abreviação do título em alemão] tentam formular o conteúdo da história na sua forma mais geral. Este conteúdo é o *progresso*”. Nesses rascunhos, pode ser visto o desenvolvimento histórico das *formas econômicas* das sociedades específicas como um movimento das relações de produção e das forças produtivas em uma *totalidade orgânica*, ao condensar e exprimir os vários aspectos sociais da vida material dos indivíduos⁹.

⁸ “Não é assim que o capital cria as condições objetivas do trabalho. Ao contrário, sua *formação primitiva* se dá simplesmente pelo fato de que o valor existente como *fortuna em dinheiro* é capacitado pelo processo histórico da dissolução dos antigos modos de produção para, por um lado, *comprar* as condições objetivas do trabalho e, por outro, receber em troca, por dinheiro, o próprio trabalho *vivo* dos trabalhadores tornados livres. Todos esses momentos estão presentes; sua própria separação é um processo histórico, um processo de dissolução, e é *este* que capacita o dinheiro a transformar-se em *capital*” (MARX, 2011b, p. 417, destaque do autor).

⁹ “A unidade original entre uma forma particular do sistema comunitário (tribal) e a propriedade sobre a natureza a ele relacionado ou o comportamento em relação às condições objetivas da produção como existência natural, como

De modo geral, Marx (2011b) escreve esses rascunhos com o objetivo de estudar as formas sociais pré-capitalistas como uma condição histórica para o surgimento do capital¹⁰, enquanto uma determinada relação de produção¹¹, na Europa. A partir desse objetivo, ele realiza uma periodização histórica da evolução-geral humana que não só complementa as realizadas em outras obras, como também, fornece outras categorias interpretativas. Ao estudar as comunidades primitivas até o surgimento da sociedade burguesa, Marx descreve essa evolução não de uma maneira mecânica – como uma leitura *mecanicista* do Prefácio de 1859 poderia indicar – mas a realiza de uma maneira historicamente dinâmica. A evolução diferenciada dos povos primitivos – que desembocariam em sociedades diversas¹² – deve ser vista a partir de

existência objetiva do indivíduo singular mediada pela comunidade – essa unidade, que, por um lado, aparece como a forma particular de propriedade –, tem sua realidade vida em um *modo de produção* determinado, um modo que aparece seja como comportamento dos indivíduos uns em relação aos outros, seja como seu comportamento ativo determinado em relação à natureza inorgânica, como modo de trabalho determinado (que é sempre trabalho familiar e, com frequência, trabalho comunitário). A própria comunidade aparece como a primeira grande força produtiva; para o tipo particular de condições da produção (por exemplo, pecuária, agricultura) desenvolvem-se modos de produção e forças produtivas particulares tanto subjetivas, aparecendo como atributos dos indivíduos, quanto objetivas” (MARX, 2011b, p. 406, destaque do autor).

¹⁰ “O processo histórico não é o resultado do capital, mas o pressuposto por ele. É por meio desse processo que também o capitalista se interpõe como pessoa intermediária (historicamente) entre a propriedade de terra ou a propriedade em geral e o trabalho” (MARX, 2011b, p. 415).

¹¹ “Mas uma mesma coisa, mercadoria, dinheiro, etc. pode representar capital ou renda etc. Assim, fica claro até para os economistas que dinheiro não é nada palpável; mas que a mesma coisa pode estar subsumida ora sob a determinação “capital”, ora sob uma determinação diferente e oposta, e, dependendo disso, é ou não é capital. O capital é, então, evidentemente, uma relação, e só pode ser uma relação de produção” (MARX, 2011b, p. 423, destaque do autor).

¹² Isso pode ser visto em relação à trajetória histórica daquilo que Marx (2011b, p. 389/390, destaque do autor) chamou de formas asiáticas, onde a mesma base comunitária se diversificou em estruturas socioeconômicas distintas: “A coletividade tribal que surge naturalmente, ou, se preferirmos, o gregarismo, é o primeiro pressuposto – a comunidade de sangue, linguagem, costumes etc. - *da apropriação das condições objetivas* da sua vida e da atividade que a reproduz e a objetiva (atividade como pastor, caçador, agricultor etc.). (...) Eles se relacionam com a terra, ingenuamente, como *propriedade da comunidade*, e da comunidade que se produz e reproduz pelo trabalho vivo. Somente como parte, como membro dessa comunidade, cada indivíduo singular se comporta como *proprietário* ou *possuidor*. A *apropriação* real pelo processo de trabalho se realiza sob esses *pressupostos*, que não são eles mesmos *produto* do trabalho, mas aparecem como seus pressupostos naturais ou *divinos*. Essa forma, em cuja base está a própria relação fundamental, pode realizar-se de maneiras muito variadas. Por exemplo, não a contradiz de maneira alguma o fato de que, como na maioria das formas asiáticas fundamentais, a *unidade coletiva* que se situa acima de todas essas pequenas comunidades apareça como o *proprietário supremo* ou o *único proprietário*, ao passo que as comunidades reais apareçam apenas como *possuidoras hereditárias*. (...) Uma parte de seu trabalho excedente pertence à coletividade mais elevada que existe finalmente como *pessoa*; trabalho excedente este que se manifesta seja no tributo etc., seja no trabalho coletivo para a glorificação da unidade, em parte do déspota real, em parte do ente imaginário do clã, do deus. Tal tipo de propriedade comunitária, contudo, na medida em que se realiza efetivamente no trabalho, pode aparecer de tal modo que ou as pequenas comunidades vegetam independente umas das outras e dentro dela o indivíduo trabalha de maneira autônoma com sua família na parcela que lhe foi designada (um trabalho determinado para *reservas coletivas*, um *seguro*, por assim dizer, por um lado, e para *custeio das despesas da comunidade enquanto tal*, ou seja, para a guerra, culto divino etc., por outro, sendo aqui que se encontra pela primeira vez o *dominium* senhorial no seu sentido mais original, por exemplo, nas comunidades eslavas, romenas etc. Nesse ponto está a causa da transição para servidão etc.); ou a unidade pode estender-se ao

suas condições objetivas e subjetivas, e não como uma *fatalidade histórica* originada de um movimento pré-determinado entre “forças produtivas/relações de produção”.

Ao concentrar a análise nas condições materiais das sociedades é possível conceber o desenvolvimento histórico como um movimento rico de possibilidades cuja trajetória deve ser explicada a partir da totalidade da vida material, onde os seus mais diversos elementos alimentam o processo de transformação da sociedade¹³. Somente a partir desse procedimento é possível elencar hipóteses provisórias sobre o destino das formas sociais e os rumos históricos diversos que elas originaram¹⁴. Nesse sentido, Marx (2011b) nos rascunhos evidencia a não-linearidade do processo histórico, uma vez que as formas comunitárias – onde “os indivíduos não se relacionam como trabalhadores, mas como proprietários e membros de uma comunidade” (MARX, 2011b, p. 388) – desembocaram em formas sociais distintas, a partir das mudanças nas condições da vida material e dos limites postos à reprodução dessas sociedades¹⁵.

Estes três destaques realizados têm como objetivo associar a noção atribuída pelos marxistas de FES aos próprios textos de Marx. As conclusões que se tiram dos fragmentos e dos rascunhos das *Formas que precederam a produção capitalista* apontam que o conceito, apesar de não estar formalmente presente em

caráter coletivo no próprio trabalho, que pode constituir um sistema formal, como no México, em especial no Peru, entre os antigos celtas, em algumas tribos hindus”.

¹³ Transformação social, no caso, cujo movimento abstrato em última instância, e somente assim, se encontra explicitado no Prefácio da Contribuição à Crítica da Economia Política (MARX, 1996a).

¹⁴ Marx (2011b) nestes rascunhos coloca que a produção social de uma comunidade é uma totalidade que envolve aspectos objetivos e subjetivos essenciais para a sua reprodução ao garantir as pré-condições naturais da produção social. É assim que ele analisa, em toda essa complexidade, as formações primitivas comunitárias asiáticas, germânicas, escravistas clássicas e feudais: “Em outras palavras: as condições originais de produção aparecem como pressupostos naturais, *condições naturais de existência do produtor*, exatamente como seu corpo vivo aparece como *pressuposto* de si mesmo, uma vez que, por mais que ele o reproduza e desenvolva, não é posto por ele mesmo; sua própria existência (corporal) é um pressuposto natural que ele não pôs. Essas próprias *condições naturais de existência*, às quais se relaciona como a um corpo inorgânico pertencente a si mesmo, são de dupla natureza: elas são 1) subjetivas e 2) objetivas” (MARX, 2011b, p. 401). A riqueza de possibilidades presente no processo histórico se dá pela transformação material das sociedades a partir da reprodução dessas condições objetivas e subjetivas postas ao indivíduo.

¹⁵ “Em todas essas formas, o fundamento do desenvolvimento é a *reprodução* das relações *pressupostos* do indivíduo singular à sua comunidade – relações originadas mais ou menos naturalmente, ou mesmo historicamente, mas tornadas tradicionais –, e uma existência *objetiva, determinada, predeterminada* para o indivíduo, no comportamento seja com as condições do trabalho, seja com seus companheiros de trabalho, companheiros de tribo etc. –, desenvolvimento que, por conseguinte, é por princípio *limitado*, mas que superado o limite, representa decadência e desaparecimento. O desenvolvimento da escravidão, a concentração da posse da terra, a troca, o sistema monetário, a conquista etc. atuaram nesse sentido entre os romanos, não obstante todos esses elementos pareçam, até certo ponto, compatíveis com o fundamento, e pareçam em parte apenas ampliá-lo inofensivamente, em parte brotar dele como simples abusos. Todavia, não se pode pensar aqui em um desenvolvimento livre e pleno nem do indivíduo nem da sociedade, uma vez que esse desenvolvimento está em contradição com a relação original” (MARX, 2011b, p.398/399, destaque do autor).

Marx, foi teoricamente delineado. Nos fragmentos contidos em *Prefácio para a Crítica da Economia Política* e no *Prefácio à primeira edição do O Capital*, a FES está relacionada a uma compreensão do desenvolvimento concreto das estruturas econômicas (ligadas às relações de produção como uma totalidade da vida material) e o seu movimento nas sociedades é marcado por um tipo determinado de produção social. Esse movimento das estruturas econômicas deve ser visto, conforme os apontamentos contidos em *Formas que precederam a produção capitalista*, de uma maneira dinâmica, onde diversos elementos da vida material influenciam a trajetória histórica do processo de transformação das sociedades, cuja configuração se dá sob determinados modos de produção.

Após a morte de Marx, o conceito de FES foi pouco trabalhado pelos marxistas¹⁶, cujas primeiras abordagens, pouco definidoras em um sentido teórico e terminológico, se deram sob a influência dos debates políticos do movimento comunista internacional e da revolução bolchevique de 1917. Assim, no período compreendido entre a morte de Marx e o fechamento da II Internacional Comunista (1889-1916), o conceito de formação econômico-social foi pouco abordado (SERENI, 1976, p. 67/68). O único autor marxista do período, segundo Sereni (1976, p. 69), que desenvolveu o conceito de FES foi Lênin.

No artigo *Quem são os “amigos do Povo”*, publicado em 1894, Lênin (s.d.) trava uma discussão com os sociólogos burgueses que consideram a sociologia como o estudo de sociedades ideais, movidas por concepções subjetivas e individuais. Nas suas críticas, Lênin (s.d., p. 5, destaque do autor), ao expor a concepção materialista da história, mostra a subordinação das formações sociais à relação de produção:

¹⁶ “Finalmente, compensa resumir as discussões sobre as principais formações econômico-sociais, entre os marxistas, desde a morte de Marx e Engels. Elas foram, em muitos aspectos, insatisfatórias, embora tivessem a vantagem de nunca encarar os textos de Marx e Engels como repositórios da verdade absoluta. Estes têm sido, de fato, amplamente revisados. Entretanto, o processo desta revisão tem sido estranhamente não-sistemático e não-planejado; o nível teórico da maior parte da discussão sendo desapontador e o tema, como um todo, foi, antes, mais confundido do que esclarecido” (HOBSBAWN, 1986, p. 59).

El materialismo proporciona un criterio completamente objetivo, al destacar las "relaciones de producción" como estructura de la sociedad, y al permitir que se aplique a dichas relaciones el criterio científico general de la repetición, cuya aplicación a la sociología negaban los subjetivistas. (...) El análisis de las relaciones sociales materiales (es decir, que se establecen sin pasar por la conciencia de los hombres: al intercambiar productos, éstos contraen relaciones de producción, aun sin tener conciencia de que ello constituye una relación social de producción) permitió inmediatamente observar la repetición y la regularidad, y sintetizar los sistemas de los diversos países en un solo concepto fundamental de *formación social*. Esta síntesis fue la única que permitió pasar de la descripción de los fenómenos sociales (y de su valoración desde el punto de vista del ideal) a su análisis rigurosamente científico, que subraya, por ejemplo, qué diferencia a un país capitalista de otro y estudia qué tienen en común todos ellos – como un proceso histórico natural.

Enquanto que as relações de produção constituem a base das *formações sociais*, em todos os aspectos da vida cotidiana¹⁷, a formação econômico-social se refere ao desenvolvimento destas formações sociais dentro de um processo histórico-natural. Neste último conceito, a exemplo do que foi exposto por Marx (1996a) no *Prefácio*, o objeto, mais uma vez, são as relações de produção, contudo, análise está na transformação que elas sofrem durante o processo histórico concreto¹⁸. No caso da formação econômico-social capitalista, o foco é o processo histórico que conduziu à dissolução das determinadas formações sociais (de forma sincrônica). Assim, Lênin realiza uma distinção – aprofundada na seção 4 – entre os dois conceitos, resumidos por Luporini (1976b, p. 99) na seguinte citação:

¹⁷ “Por ello obtuvo El capital un éxito tan gigantesco, pues esta obra del "economista alemán" presentó ante los ojos del lector toda la formación social capitalista como un organismo vivo, con los diversos aspectos de la vida cotidiana, con las manifestaciones sociales reales del antagonismo de clases propio de las relaciones de producción, con su superestructura política burguesa destinada a salvaguardar el dominio de la clase de los capitalistas, con sus ideas burguesas de libertad, igualdad, etc., con sus relaciones familiares burguesas” (LENIN, s.d., p. 6).

¹⁸ “(...) concepto de formación económico-social como conjunto de determinadas relaciones de producción, al establecer que el desarrollo de estas formaciones constituye un proceso histórico natural” (LENIN, s.d., p. 6).

Lenin absorbe la expresión marxista “formación económica de la sociedad” dentro de la otra expresión marxista de “formación de la sociedad”, o “formación social”, como una especificación o particularización de la misma, correspondiente a la ubicación dada a las relaciones de producción. En otras palabras: estudiada en su constitución estructural, una determinada “formación social” se revela como una determinada “formación económica-social”; esta última expresión está representando la autonomía o separación, en tanto “fundamento”, de las “relaciones de producción”. No me queda duda de que en Lenin las cosas estén planteadas así.

Com a ascensão do regime stalinista na URSS, a teoria marxista sofreu um processo de dogmatização, guiado pela interpretação “oficial” do marxismo por parte do *Komintern* e espalhado para os Partidos Comunistas dos outros países.

1.2 A interpretação Marxo-soviética: determinismo a-histórico

Este processo de dogmatização não só contribuiu para o congelamento da discussão em torno do conceito de formação econômico-social como também impôs uma “interpretação oficial”, expressa nos manuais de economia política e nos dicionários da academia de ciências da URSS¹⁹. É assim que Judin e Rosenthal (1965, p. 38) em *Diccionario de Filosofia e sociologia marxista* expõem a definição de “formação econômico-social”:

¹⁹ Durante as primeiras décadas após a revolução de 1917, a interpretação marxista soviética conduziu uma revisão da sucessão dos modos de produção apontados por Marx, omitindo o “modo asiático” e ampliando a concepção do modo de produção feudal. Essa condução levou ao surgimento de um debate, que se arrastou por décadas, em torno da existência ou não do modo de produção asiático. Essa discussão permitiu uma maior definição em torno do conceito de modo de produção por parte dos marxistas e estimulou posteriormente o debate em torno do conceito de formação econômico-social.

Modo de producción históricamente determinado; ordenamiento de la vida social de los hombres. (...) Sobre la base económica de cada sociedad, se forma un complicado sistema de superestructuras; un régimen político determinado – el Estado, y, asimismo, las formas correspondientes de la conciencia social – religión, ciencia, arte, moral, etcétera. Cada formación económico-social tiene sus particulares leyes históricas de nacimiento, desarrollo y desaparición. La transición de una forma de sociedad a otra no se realiza casualmente, sino con severa regularidad, por la fuerza del desarrollo, en el seno de la sociedad anterior, de contradicciones que la conducen a su desaparición y crean la base para un nuevo régimen, más progresista. En la sociedad de clase, la tramitación de una formación económico-social a otra, se realiza por vía de la lucha de clases entre las dominantes y las oprimidas; por vía del derrocamiento revolucionario de las clases dominantes por las clases oprimidas.

Apesar das distintas abordagens dessa “corrente” a definição do conceito de formação econômico social se dá com a preservação desse núcleo interpretativo: as relações de produção constituem o elemento discernente tanto do modo de produção, como também da formação econômico-social, sendo que esta é definida a partir da coexistência das relações de produção com as “superestruturas político-ideológico”. Esse entendimento se disseminou nos manuais da antiga URSS, como o de Nikitin (1985)²⁰. A reprodução de toda e qualquer sociedade humana tem como base a produção de bens materiais que ocorre sob um determinado processo produtivo e que contém, necessariamente, o trabalho do homem, os meios de trabalho e o objeto a ser trabalhado. Dessa forma, “en cualquier fase de desarrollo que se encontrara, la producción siempre ha tenido dos aspectos: las fuerzas productivas y las relaciones de producción” (NIKITIN, 1985, p. 7).

As forças produtivas são entendidas como os meios de produção e instrumentos de trabalho produzidos pelos homens e as relações de produção se referem a determinadas relações sociais que os homens estabelecem no processo social de produção. A partir dessa caracterização, “la historia del desarrollo de la sociedad registra cinco tipos fundamentales de relaciones de producción: el de la

²⁰ Desnecessário dizer que nem todos os autores alinhados com a URSS tinham essa concepção reduzida e mecânica de marxismo, vide, por exemplo, Lange (1967). Tomam-se aqui os dicionários e os manuais das academias de ciências sociais da antiga URSS como uma expressão significativa do pensamento oficial soviético e de seu espraiamento para outros países.

comunidad primitiva, el esclavista, el feudal el capitalista y el socialista” (NIKITIN, 1985, p. 8).

O conceito de modo de produção é definido, então, como o conjunto das relações de produção somadas com as forças produtivas (NIKITIN, 1985, p. 9). As forças produtivas constituem o elemento mais dinâmico do modo de produção, uma vez que os homens, ao aperfeiçoarem os instrumentos de trabalho, levam a uma modificação constante na capacidade de produção. As relações de produção se alteram a partir da transformação nas forças produtivas, ou seja, enquanto as relações de produção correspondem ao nível de desenvolvimento das forças produtivas, estas avançam com êxito. Contudo, quando não há essa correspondência, as relações de produção se constituem num freio da produção social, quando então a revolução social permite a sua nova adequação.

Toda forma de produção social é distinguida por duas esferas: a base da sociedade, como um conjunto de relações de produção que prevalecem na sociedade e vinculadas a um determinado nível das forças produtivas; e a superestrutura ideológica, engendrada pela base, correspondendo aos pensamentos políticos, filosóficos, etc. Com a mudança da base da sociedade – devido ao desenvolvimento das forças produtivas e às transformações nas relações de produção – há uma alteração nessa superestrutura para estabelecer uma nova correspondência. É a partir da noção de superestrutura que se torna possível definir o conceito de formação econômico-social, por parte dos marxo-soviéticos: “La forma de producción de los bienes materiales, en tanto que unidad de las fuerzas productivas y las relaciones de producción, en conjunción con la superestructura correspondiente, constituyen la formación económico-social” (NIKITIN, 1985, p. 11, destaque do autor).

A partir da correspondência entre relações de produção e modo de produção/formação econômico-social, a história das sociedades humanas se apresenta naquelas cinco formações econômico-sociais supracitadas. A cada uma dessas formações corresponde uma própria estrutura econômica, ideias e instituições. A evolução das sociedades humanas em cada uma dessas formações ocorre de forma progressiva e linear, uma vez que a lei de correspondência entre o desenvolvimento

das forças produtivas e a transformação das relações de produção também se dá de maneira processual.

Dessa forma, diante das insuficiências teóricas e históricas (e assim, políticas) dessa corrente, o conceito de FES teve seu conteúdo violado. Em primeiro lugar, ao contrário de Lênin (s.d.), as relações de produção e o modo de produção são concebidos de forma isolada, sem referência ao processo histórico-social. Os dogmáticos esquecem que na construção do conceito de modo de produção por Marx e Engels (2007) na *Ideologia Alemã* essa dissociação não existe. Mesmo o primeiro ato histórico de “produção de víveres” implica num determinado modo de produção desses objetos o que compreende não só os artigos dispostos pela natureza (ou mesmo os que virão a ser produzidos), mas compreende também toda a expressão da vida material dos indivíduos. A separação formal entre estrutura e superestrutura é historicamente artificial, ainda que abstratamente se possa estabelecer relações de determinação, como Marx (1996) o faz no *Prefácio*.

Em segundo lugar, a concepção de história por parte do marxismo stalinista é desprovida da dialética enquanto uma lógica própria o que compromete o estudo das sociedades concretas e sua transformação no processo histórico. Segundo o princípio dialético de investigação da realidade social²¹, que é a base de toda a teoria marxista, as relações de produção não são apartadas da forma de ser e de consciência dos homens, exterior ao indivíduo, pelo contrário. As relações de produção devem ser entendidas como uma totalidade que condensa e exprime os vários aspectos sociais da vida material dos indivíduos, suas ideias e pensar, ainda que numa sociedade de classe a forma da consciência se volte idealizada contra a materialidade²².

²¹ “Princípio metodológico da investigação dialética da realidade social é o ponto de vista da totalidade concreta, que antes de tudo significa que cada fenômeno pode ser compreendido como momento do todo. Um fenômeno social é um fato histórico na medida em que é examinado no momento de um determinado todo; desempenha, portanto, uma função dupla a única capaz de dele fazer efetivamente um fato histórico: de um lado, definir a si mesmo, e de outro, definir o todo (...) Esta recíproca conexão e mediação da parte do todo significam a um tempo só: os fatos isolados são abstrações, são momentos artificialmente separados do todo, os quais só quando inseridos no todo correspondente adquirem a verdade e concreticidade” (KOSIK, 1976, p. 40).

²² “Os homens são produtores de suas representações, ideias e assim por diante, mas apenas os homens reais e ativos, conforme são condicionados através de um desenvolvimento determinado de suas forças de produção” (MARX;ENGELS, 2007, p. 48). Acontece que no próprio processo histórico essa relação entre materialidade e consciência se inverteu, ou seja, as representações dos homens e as suas ideias pareceram determinar o processo histórico da vida material.

Ao conceber a relação dialética de forças produtivas e de relação de produção de uma maneira mecânica e ahistórica, os marxo-soviéticos abortam qualquer tentativa de se aprofundar o conceito de FES em novos objetos, uma vez que já têm preconcebido uma evolução histórica de todas as sociedades. Realizam, assim, uma “simplificação do pensamento de Marx e Engels, [reduzindo] as principais formações econômico-sociais a uma simples escada que todas as sociedades humanas sobem, degrau por degrau, mas a diferentes velocidades...” (HOBBSAWN, 1986, p. 59).

A partir do final década de 1950 e início da década de 1960 a discussão em torno do conceito de FES ganhou novos ímpetus e contribuições. Isso se deve a certos fatores, como: a queda do regime stalinista e o acirramento das críticas à interpretação soviética dogmática; a publicação dos rascunhos de Marx, *Formas que precederam a produção capitalista*; e, a discussão em torno do socialismo constituir (ou não) uma formação econômico-social autônoma. Esse debate contou com a participação de muitos autores, porém, as interpretações que exerceram maior repercussão e procuraram definir conceitualmente a noção de FES ficaram a cargo dos autores sob a influência Althusser e de outros autores independentes, como os italianos Sereni (1976) e Luporini (1976) e o próprio Santos (1979). Vejamos a seguir os autores althusserianos, onde as imprecisões da corrente auxiliarão no entendimento metodológico do conceito de FES.

1.3A interpretação Althusseriana: negação da totalidade

Em Althusser e seus seguidores, o conceito de FES é desenvolvido segundo o termo *formação-social*. Tanto este quanto o conceito de modo de produção estão localizados dentro da interpretação específica de Marx que os althusserianos realizam. Segundo Althusser (1979), Marx ao criar a sua doutrina científica realizou uma dupla revolução teórica por meio da constituição de duas disciplinas do conhecimento distintas (porém unidas por razões teóricas e históricas): o materialismo histórico, ou ciência da história, e o materialismo dialético, ou filosofia marxista. O materialismo histórico tem como objeto “os modos de produção que surgiram e que surgirão na história”. (ALTHUSSER, 1979, p. 34). Já o materialismo dialético surge da descoberta

desta ciência da história, a qual possibilitou um conhecimento novo da prática científica, tornando necessária uma filosofia marxista que permitisse “pensar necessariamente a relação existente entre esta prática e as outras práticas e ao mesmo tempo pensar a natureza específica destas outras práticas (...)” (ALTHUSSER, 1979, p. 44).

Os modos de produção – como objeto do materialismo histórico – devem ser entendidos, segundo Althusser (1979), enquanto uma “totalidade orgânica” que possui uma estrutura social formada por um conjunto articulado de diferentes “níveis” ou “instâncias”, sendo elas: a infraestrutura econômica, a superestrutura jurídica-política e a superestrutura ideológica. A articulação das “instâncias” se dá pela dependência dessa estrutura social com relação ao nível econômico, ou seja, o determinante “em última instância” da estrutura social deve ser buscado na estrutura econômica, é a partir dela que se torna possível dimensionar o grau de autonomia relativa de cada um dos outros níveis.

A partir dessa compreensão específica de modo de produção os althusserianos reformulam o objeto de estudo do materialismo histórico como “o estudo das diversas estruturas e práticas ligadas e distintas (economia, política e ideologia), cuja combinação constitui um modo de produção e uma formação social” (POULANTZAS, 1977, p. 12). Da citação anterior, fica a seguinte pergunta: qual é a distinção entre os conceitos de modo de produção e formação social para os althusserianos? A resposta está na diferenciação que realizam dentro materialismo histórico entre os processos reais e os processos de pensamento.

O trabalho teórico-investigativo é sempre um trabalho referente aos processos reais e situa-se somente no processo de pensamento, ou seja, o trabalho teórico parte não de um real-concreto, mas de informações e noções sobre esse real. O processo de pensamento tem como fim último o conhecimento dos objetos que toma. Contudo, neste trajeto, o processo de pensamento nem sempre se relaciona com esses objetos diretamente: pode se remeter a objetos abstratos-formais, “os quais não existem no sentido rigoroso do termo, mas que são a condição do conhecimento dos objetos reais-concretos: ‘é o caso, por exemplo, do modo de produção” (POULANTZAS, 1977, p. 13). A distinção entre os conceitos de modo de produção e formação social se dá apenas dentro do processo do pensamento, segundo o grau de

abstração, onde a formação social é entendida enquanto objeto concreto real e o modo de produção com uma dimensão abstrato-formal.

Quanto à definição teórica do conceito de formação social e modo de produção, dentre os althusserianos é em Poulantzas (1977) que se encontra a maior correspondência com os postulados defendidos pela corrente. O autor inicialmente discorda da interpretação dogmática – que estabelece como critério do modo de produção as relações de produção no sentido restrito – e defende a interpretação do conceito precisamente na linha proposta por Althusser (1979), como “uma combinação específica de diversas estruturas e práticas que, na sua combinação, aparecem como outras tantas instâncias ou níveis (...)”. Uma vez que o modo de produção é tido como um todo complexo, a sua unidade se dá pela dominância, em última instância, do econômico. A partir dessa definição, a distinção entre os modos de produção se dá pela articulação que os seus “níveis” ou “instâncias” assumem historicamente entre si.

Enquanto que o modo de produção constitui um conceito relacionado a um objeto abstrato-formal (que segundo o autor não existe na realidade), a formação social se constitui historicamente relacionada a um objeto real-concreto; isto é, como uma singular combinação e superposição de vários modos de produção “puros”. Contudo, em uma dada formação social há uma dominação de um modo de produção sobre os outros, articulando especificamente os diversos “níveis” ou “instâncias” da formação social:

A própria formação social constitui uma unidade complexa com dominância de um certo modo de produção sobre os outros que a compõe” (...). A dominância de um modo de produção sobre os outros, em uma formação social, faz com que a matriz desse modo de produção, a saber, a reflexão particular da determinação (em última instância pelo econômico) que a especifica, marque o conjunto desta formação(...) Neste sentido, uma formação social historicamente determinada é especificada por uma articulação particular – (...) – dos seus diversos níveis ou instâncias, a qual é, regra geral, tendo em conta as defasagens que iremos encontrar, o modo de produção dominante (POULANTZAS, 1977, p.15).

Apesar de alguma divergência entre os autores da corrente na definição do conceito de formação social²³, em todos se verifica a manutenção de um núcleo comum: formação social como um conceito relacionado a um objeto concreto-real e estruturado em “instâncias” ou “níveis” (estrutura econômica; superestrutura jurídica-política e superestrutura ideológica) onde a preponderância de um desses “níveis” deve ser visto a partir da estrutura econômica. Essa definição levanta uma série de críticas: a primeira se refere à suposta “inexistência” na realidade de conceitos dentro do marxismo, na linha que a corrente defende para o conceito de modo de produção. Dessa maneira, muito pouca utilidade teórica (e prática) pode-se obter de um conceito que não existe na realidade, e tal postura dos althusserianos ainda se mostra contraditória quando afirmam que o modo de produção é uma totalidade orgânica. Como é possível uma totalidade não ter correspondência no real? Assim, compartilhamos a crítica de Dhoquois (1976) e reforçada por Silva (1979) de que a corrente althusseriana supõe uma oposição entre história (fenômeno) e teoria (essência). Nessa questão, o que vale pros marxo-soviéticos, vale pros althusserianos: “el materialismo histórico es todo el marxismo, y que la dialéctica debe entenderse dentro del materialismo histórico, y no fuera de él, como si fuese una filosofía aparte (...) (SILVA, 1979, p. 177)”

O outro ponto da interpretação althusseriana a ser criticado refere-se à divisão do modo de produção em diferentes “esferas” ou “instâncias”. Segundo Silva (1979, p. 151) este procedimento nega o método marxista, no que se refere à categoria de totalidade, uma vez que o método procura recompor todos os conjuntos e dimensões na objetividade do desenvolvimento da sociedade. Esse procedimento permite a integração dos diferentes fatos da vida social numa totalidade. A totalidade, neste caso, adquire outro significado que ultrapassa a *coleção de fatos*. A realidade deve ser vista como um todo estruturado, dialético, no qual um fato qualquer pode ser racionalmente compreendido. Essa totalidade não é algo imposto a todos os fenômenos, de modo imutável – o que negaria a própria relação dialética –, “a relação com o todo torna-se a determinação condicionante da forma de objetividade de todo objeto; toda mudança

²³ Ver, por exemplo, a interpretação em Harnecker (1973) e Godelier (1975).

essencial (...) se manifesta como mudança de relação com a totalidade e, por isto mesmo, como mudança da própria forma de objetividade” (LUKÁCS, 1992, p. 74).

Nesse sentido os efeitos da cisão metodológica promovida pelos althusserianos são reproduzidos quando concebem as FES enquanto “conjunto de modos de produção com a dominação de um deles”. Torna-se difícil visualizar a concretude de um conceito que tem como base “vários conceitos abstratos e irrealis com a dominância de um deles”.

A cisão em instâncias e a determinação do econômico nas formações sociais também levam a uma concepção estática da história e sem classes sociais. Segundo Cardoso (1978), ainda que a estrutura econômica possua uma determinação total, o esforço analítico não está em conceber o seu isolamento, mas sim em estabelecer a relação entre estrutura e superestrutura, ou seja, das forças produtivas/relações de produção com as formas de ser e consciência social. As relações superestruturais atuam como condição para o desenvolvimento, ou entrave, das forças produtivas. Com isso, aspectos “ideológicos” permitem o desenvolvimento da estrutura econômica, mas o fazem a partir de uma relação contraditória, uma vez que são as classes, em um dado período histórico, que tomam consciência do conflito que se opera na materialidade e tratam de resolvê-lo no plano político, com base novamente nas formas ideológicas. Consequentemente, a mediação entre infra/superestrutura passa pelas classes sociais e pela sua tentativa de obter controle político da sociedade. São justamente essas dimensões – classes sociais, luta política, transformação histórica – que escampam da definição dos althusserianos de FES.

1.4 A intervenção de Sereni e Luporini: o resgate de Lênin

Além dessas duas grandes correntes, outros autores se inseriram no debate sobre o conceito de FES. As contribuições de Cesare Luporini (1976) e Emilio Sereni (1976) marcaram decididamente esse debate e levantaram uma nova rodada de discussão que contou com a participação de outros autores²⁴. As interpretações

²⁴ A exposição desse debate para o público latino-americano foi feita na edição de número 39 dos *Cuadernos de Pasado y Presente*, sob o título *El concepto de “formación económico-social”*.

surgidas se caracterizaram por um aprofundamento da definição do conceito através da crítica às interpretações correntes e por uma releitura dos textos de Marx e de Lênin.

Apesar das divergências no que se refere à compreensão do conceito, é possível aglutinar essa discussão sob uma mesma matriz a partir do momento em que os dois autores partem, segundo Luporini (1976b, p. 155), de um mesmo terreno investigativo, caracterizado por dois pontos principais, os quais serão explanados nessa seção: 1) aplicam à noção de formação econômico-social a ideia de “modelo” teórico; 2) existência de uma “lei geral” para toda formação econômico-social – inclusive como um critério para o “modelo” teórico – enunciada por Marx (2011a, p.59) na *Introdução à Crítica à Economia Política* de 1857:

Em todas as formas de sociedade, é uma determinada produção e suas correspondentes relações que estabelecem a posição e a influência das demais produções e suas respectivas relações. É uma iluminação universal em que todas as demais cores estão imersas e que as modifica em sua particularidade. É um éter particular que determina o peso específico de toda a existência que nele se manifesta.

Cesare Luporini (1976a) inicia o debate com a publicação, em 1966, de um artigo na revista italiana *Critica marxista*, no qual afirma que a construção teórica d’*O Capital* de Marx pode ser interpretada como a criação de um modelo científico abstrato de um modo de produção específico, a saber, o modo de produção burguês. Luporini (1976a) concebe, então, o conceito de FES como um dos elementos principais para se entender a construção de um modelo teórico marxista. Dessa forma, enquanto modelo, a FES possui inerentemente as seguintes propriedades: o modelo tem uma função interpretativa do acontecimento histórico concreto no âmbito a que se refere e delimita; o modelo possui ainda uma capacidade de periodização no sentido historiográfico da palavra, ou seja, não uma cronologia em si mesmo, mas sim uma periodização localizada na análise histórico-concreta; por último, o modelo se constituiu na oposição entre as leis gerais da produção social – válidas para todas suas formas históricas – e as leis especiais – integradoras ou modificadoras das precedentes – que definem uma formação econômico-social determinada.

Com base nessas características inerentes a um modelo, Luporini (1976a) procura estabelecer as bases teóricas dentro do marxismo para a determinação das FES, evitando a arbitrariedade na eleição do critério definidor. Segundo o autor, esse critério objetivo tem uma função essencial, pois, *a partir dele, pode-se construir, dentro do modelo de formação econômico-social, o conceito de formação social.*

Com base em Lênin (s.d.) em *Quem são os amigos do Povo*, o critério objetivo está na definição das relações de produção como estrutura da sociedade, enquanto totalidade social, e a escolha desse parâmetro se deve à indicação do próprio Marx (2011a, p. 59), naquilo que se aludiu anteriormente como a “lei geral das formações econômico-sociais”. No trecho em questão – ao destacar que em toda sociedade há uma determinada produção que se expressa como uma totalidade –, é possível compreender porque as relações de produção são designadas como a “estrutura econômica” da sociedade, e constituem assim uma totalidade estrutural.

Segundo Luporini (1976a, p. 25), Marx tinha essa noção clara na redação d’*O Capital*, onde a produção burguesa subordinava todas as demais, mas o foco da análise estava dirigido à explicitação da produção do capital em termos puros, de maneira sincrônica. Contudo, através do modelo de FES, seria possível construí-lo para sociedades concretas através de inclusões genéticas dentro do processo histórico. Em outras palavras, a lei geral das formações econômico-sociais permite compreender esse processo de construção, uma vez que o caráter dominante que assume sempre uma determinada produção na sociedade explicita uma subordinação do momento histórico-genético frente ao momento genético-formal (sistemático). Com base na lei geral das formações econômico-sociais, a presença do genético-histórico dá o aporte máximo de autonomia científica para o modelo, por meio de uma aplicabilidade flexível, no passado e para o presente-futuro.

A partir das características gerais desse modelo e do seu critério distintivo (as relações de produção numa totalidade) – ambos enunciados na lei geral das formações econômico-sociais – é possível analisar historicamente, num sentido progressivo, a presença de *formações sociais* concretas. Uma formação social, então, é considerada em um determinado grau de processo de constituição, que permite dar em cada caso um nome apropriado: asiática, escravista, feudal, etc. Estas formações

sociais podem ser compreendidas partindo das mais complexas até as mais simples, mas a reconstrução deste processo somente é possível *a posteriori*.

Emilio Sereni (1976), em 1970, se insere no debate sobre a noção de FES com um artigo que propõe resgatar esse conceito desde Marx até Lênin. Apesar de algumas discordâncias com Luporini (1976a), o autor também entende o conceito de FES como um modelo teórico que permite identificar a formação e a sucessão de sociedades concretas (formações sociais), a partir da existência empiricamente comprovada de determinadas relações de produção (visto que elas permitem compreender a unidade-descontinuidade do processo histórico). A grande contribuição de Sereni (1976) está na interpretação com base nos textos clássicos do marxismo, principalmente de Marx, Engels e Lênin (ARUTO, 2009).

As questões levantadas pelos dois autores renovaram o debate acerca da FES, e com ele vieram críticas e indagações. Dentre estas, a contribuição que mais auxilia na busca por uma definição de FES e sua capacidade de análise de sociedades concretas é a elaborada por Herzog (1976). Suas sugestões para futuras investigações são fundamentais para o desenvolvimento do conceito de FSP, a ser realizado no próximo capítulo.

A primeira delas se destina a uma compreensão do modo de produção como “la representación de lo invariante o la unidad de diferentes sociedades, de lo cual el análisis teórico daría cuenta mediante conceptos de formaciones sociales (totalidades que presentan una cierta ‘autonomía’ de reproducción-movimiento)” (HERZOG, 1976, p. 198). Dessa forma, o modo de produção deve ser tido como um conceito teórico – e não como um “modelo interpretativo” –, pois somente assim permite aprender a “realidade do movimento das formações sociais específicas” (HERZOG, 1976, p. 198).

O segundo ponto em destaque diz respeito ao desenvolvimento desigual do capitalismo e à reprodução das desigualdades. A acumulação mundial de capital, ao desenvolver a relação de produção capitalista, promove um desenvolvimento e renovação de suas especificidades. Este ponto, segundo Herzog (1976, p. 198), não é colocado precisamente em evidência por parte das abordagens recentes. Ao se restituir a unidade-diversidade dentro do movimento do real, pode-se compreender o modo de produção como essência e as formações sociais como fenômenos. Dessa forma,

Herzog (1977, p. 199) discorda das interpretações que propõem à noção de formação econômico-social uma coexistência de modos de produção. A reprodução das diversidades em um movimento único parece limitar esta visão, ao “apagar da análise materialista as especificidades”. Herzog (1976, p. 199) cita o caso das formas pré-capitalistas que continuam sendo reproduzidas pela acumulação de capital, mas que não podem ser vistas como formas “arcaicas”, uma vez que neste processo elas adquirem a cada momento um conteúdo novo, pela transmissão de técnicas e de modelos culturais.

O terceiro ponto, tendo como base as demais questões levantadas, refere-se à noção de formação social a partir d’*O capital*, onde Marx destaca a unidade das formações sociais a partir do que lhes é comum. Esta interpretação traz implicações atuais, inclusive para a teoria do imperialismo, dado que uma das principais dificuldades reside em situar as especificidades das regiões dentro do movimento em unidade do capital. Ainda que geral, a proposição “nos es tal vez más que un comienzo, pero he ahí en qué dirección hay que avanzar para arribar a lo que deseamos, es decir, a los conceptos de formación social” (HERZOG, 1976, p. 200).

Por fim, Herzog (1976) afirma que a definição teórica acerca do conceito de FES, com a incorporação dos avanços obtidos nesse processo, deve ser conjugada a uma investigação histórica que permita discernir melhor esse conceito, sem enclausurá-lo em definições. Essa postura defendida se mostra imprescindível e foi tomada por outros pesquisadores que, apesar de não se aterem à discussão eminentemente marxista, tinham como objetivo entender a manifestação concreta do modo de produção capitalista. Essa dupla abordagem propugnada (aprofundamento teórico com a elaboração de investigações empíricas) encontra respaldo na construção do conceito de formação socioespacial, cujo primeiro passo nesse sentido partiu de Milton Santos (1979).

1.5 A construção do conceito de formação socioespacial

De modo geral, o debate sobre o conceito de FES correspondeu quase que exclusivamente a um debate entre autores europeus. A participação dos latino-

americanos na constituição de uma matriz interpretativa não se fez presente. É certo que um número expressivo de autores do continente utilizou o termo “formação econômico-social” ou seus derivativos, mas poucos foram os que o definiram formalmente. Contudo, se não encontramos uma corrente interpretativa, alguns autores latino-americanos procuraram definir o conceito de FES a partir de suas perspectivas teórico-metodológicas²⁵. O resultado foi um aprofundamento na definição do conceito, ao incorporar elementos explicativos anteriores, e também o seu enriquecimento, pois a noção geral – o estudo de sociedades específicas/concretas dentro de uma teoria geral da história – se converteu em objeto de pesquisa em diferentes campos do conhecimento. Essa proposta investigativa está na base da construção do conceito de *formação socioespacial*.

Como afirma Reis (2000, p. 69), o conceito de formação socioespacial foi elaborado por Milton Santos em um artigo publicado originalmente em inglês, em 1977²⁶. Ao se inserir no debate sobre FES, Milton Santos trata a dimensão espacial como o aspecto essencial de toda e qualquer FES, dentro de uma concepção dialética. Apesar da relevância para as pesquisas no campo da geografia, o conceito de FSP, bem como sua relação com a FES, não foi definido por Santos dentro da teoria marxista. Em vez disso, Milton Santos se ateve a destacar a especificidade do espaço a partir das “propriedades e atributos gerais” do conceito de FES.

Não é de se estranhar, pois, que nos trabalhos subsequentes o autor recorresse à FSP como um instrumento analítico para os mais diversos fenômenos socioespaciais, o que evidencia que a construção do conceito de FSP ao longo do tempo ocorre a partir de distintas matrizes epistemológicas (REIS, 2000, p. 69). As implicações desse procedimento metodológico para a utilização do conceito de FSP por parte de Milton Santos, e dos geógrafos de modo geral, não constituem o objeto da

²⁵ É o caso também de Darcy Ribeiro (1975;1981). Para ele o critério das FES está no elemento tecnológico dos povos e seus efeitos sociais, mais do que no tipo de relação de produção. Apesar da originalidade, a não inclusão de Ribeiro neste debate se deve às limitações teórico-conceituais para captar a dinâmica da produção capitalista contemporânea no seu movimento de expansão desigual e combinada entre as nações e, especialmente, dentro destas. Essa insuficiência se deve à tentativa do autor em evitar a interpretação dogmática do marxismo que tomava a relação de produção como critério das FES. Contudo, a investigação dos determinantes históricos da produção social deve passar pela relação de produção enquanto categoria sintética, onde somente nessa dimensão a tecnologia pode ser compreendida historicamente.

²⁶ O conceito de *formação espacial* elaborado por Santos (1979) foi originalmente publicado na revista norte-americana *Antipode*, no artigo “Society and Space: social formation as theory and method” (REIS, 2000, p.69).

investigação em curso, ainda que algumas considerações sejam feitas posteriormente, quando se procurará submeter o conceito de FSP à relação de produção. Nesta seção, a discussão tem como propósito evidenciar a importância do espaço para a FES, com base no artigo de Milton Santos (1979) publicado em 1977 e editado no livro *Espaço e Sociedade*. É nesse contexto que ele debate mais rigorosamente com os marxistas.

Em primeiro lugar, Santos (1979) coloca o conceito de FES como um processo metodológico fundamental para as ciências sociais. O espaço humano, ao ser interpretado como um fato historicamente construído, pode ter a sua realidade revelada somente a partir da relação dialética que alie a história da sociedade mundial com a história da sociedade local. Por trás dessa relação está uma compreensão da História inscrita sobre um determinado espaço e este passa a expressar e intervir sobre a evolução histórica da sociedade.

Daí a categoria de Formação Econômica e Social parecer-nos a mais adequada para auxiliar a formação de uma teoria válida do espaço. Esta categoria diz respeito à evolução diferencial das sociedades, no seu quadro próprio e em relação com as forças externas de onde mais freqüentemente lhes provém o impulso. *A base mesma da explicação é a produção, isto é, o trabalho do homem para transformar, segundo leis historicamente determinadas, o espaço com o qual o grupo se confronta* (SANTOS, 1979, p.10, destaque nosso).

Dessa forma, o autor (1979) elucida a noção de formação econômico-social enquanto o método para recompor a evolução histórica do espaço social. Santos (1979, p. 13) distingue o modo de produção como o “gênero” cujas formações sociais seriam as “espécies”, com isso, “o modo de produção seria apenas uma possibilidade de realização e somente a formação econômica e social seria a possibilidade realizada”. Essa concretização dos modos de produção se dá em uma base territorial historicamente determinada, onde as “formas espaciais” seriam uma expressão desses modos de produção, guardando as suas especificidades. Essas demarcações mútuas, registradas espacialmente, se devem à existência de uma luta contínua travada entre a reprodução do modo de produção (enquanto essência de uma produção social) e a formação social específica (que carrega, como pré-condição para essa reprodução, elementos da vida material concreta).

A distinção entre modos de produção, formações sociais e espaço pode ser vista a partir da exposição do que lhes é comum: as *formas* de manifestação. As determinações específicas que tornam as sociedades concretas têm o seu movimento delineado pelo espaço e no tempo. O movimento espacial é um efeito e uma condição do movimento da sociedade global. Esta se apresenta como um todo orgânico, composto por várias formas – trabalho, natureza, técnicas, etc. – que “atribuem ao conteúdo novo provável, ainda abstrato, a possibilidade de tornar-se conteúdo novo e real” (SANTOS, 1979, p. 14). As modificações do papel das *formas-conteúdos* são determinadas pelo modo de produção tal como ele se realiza *na e pela* formação social. A imposição que os modos de produção exercem sobre o espaço se dá de maneira defasada e desigual, imprimindo nos espaço os seus múltiplos elementos e especificidades. Dessa forma, Santos se aproxima da relação sincrônico/diacrônico da teoria social exposta por Luporini (1976a), e a traz para a questão espacial: a assincronia, enquanto multiplicidade e reprodução dos elementos, está na base da evolução espacial, contudo, o fato de que as variáveis agem sincronicamente, isto é, em ordem combinada no interior de uma verdadeira organização, assegura a continuidade do espaço enquanto representação de um modo de produção.

A partir dessas afirmações, Santos (1979) procura formular um conceito adequado para captar o espaço dentro da evolução histórica. Esse conceito deve estar relacionado com a FES, uma vez que o significado do conjunto das relações que caracterizam um espaço particular somente pode ser apreendido “ao nível da totalidade” e dentro de uma organização histórica. O espaço à medida que reproduz a totalidade social, por ser palco das condições materiais da produção social, reproduz a si mesmo, a partir do momento em que é determinado pelo modo de produção na sua reprodução. Desta forma, por ser o espaço o objeto prático mais imediato ao homem, um conceito que se proponha reintegrar, em uma unidade, espaço e história não pode estar dissociado da noção de FES, e da sua expressão histórico-concreto, a formação social:

Como pudemos esquecer por tanto tempo esta inseparabilidade das realidades e das noções de sociedade e de espaço inerentes à categoria da formação social? Só o atraso teórico conhecido por essas duas

noções pode explicar que não se tenha procurado reuni-las num conceito único. Não se pode falar de uma lei separada da evolução das formações espaciais. De fato, é de formações sócio-espaciais que se trata (SANTOS, 1979, p. 19).

Santos (1979) desenvolve, assim, o conceito de FES em torno de outro conceito, FSP, que permite expressar a unidade histórica entre espaço e sociedade. Com isso, afirma, é possível superar a série de controvérsias em torno da definição do conceito de FES, já que o espaço é lugar da especificidade do modo de produção por excelência. Com isso, temos a partir da FSP outra definição, aplicação e sentido para o conceito de FES, muito mais ligada a sua atribuição original, que é a compreensão de sociedades concretas dentro do modo de produção capitalista, onde o espaço, como palco determinado e determinante de atividades da produção social, é a mediação por excelência das dimensões abstratas e concretas.

O conteúdo do conceito de FSP, como exposto, está ligado à capacidade do espaço de concretamente manifestar e sintetizar as condições postas na produção social. Contudo, essa potencialidade só ganha historicidade quando se subordina a FSP à relação que os homens travam entre si no processo de trabalho, enquanto relações de produção²⁷. Assim, subordinar a FSP à relação de produção – enquanto totalidade concreta – permite, a um só tempo, recuperar as contribuições de Luporini e Sereni (baseadas em Lenin) e, além disso, dar conta das observações feitas por Herzog (1976) quanto à expansão desigual do modo de produção capitalista e incorporação de relações de produção não-capitalistas. Esse último ponto será objeto do capítulo seguinte, o qual se centrará nos países latino-americanos.

Cabe levantar uma última questão, mesmo que de forma sucinta. Infelizmente, devido ao escopo do trabalho, não se pode aqui discutir como a interpretação da FSP se insere no debate, também longo e necessário, acerca das concepções teóricas do espaço no capitalismo, suas determinações e características.

²⁷ Essa abordagem tem como justificativa o próprio Marx (1985a, p. 149): “Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula, e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida”. É o trabalho, então, que dá objetividade e sentido à transformação do território, à construção do espaço social.

Mesmo assim, a revisão bibliográfica feita neste capítulo, de natureza metodológica, permite que se manifeste a necessária correspondência teórico-abstrata que as transformações espaciais carregam.

Nesse sentido, Brandão (2007, p.67), depois de revisar as principais correntes que se propuseram a definir o espaço e o processo desigual do desenvolvimento capitalista, chega à conclusão de que as tentativas de elaborar teorias abstratas das questões regionais e urbanas não conseguiram captar as manifestações concretas da dimensão espacial. A impossibilidade estaria na incapacidade de se estabelecer leis universais para o processo de desenvolvimento, onde “as leis de movimento e reprodução só podem ser apreendidas em sua realidade histórico-concreta”. Esse apelo à história enquanto manifestação no espaço é justamente o que foi proposto neste trabalho. A questão, contudo, é qual o critério que se toma na reconstrução do processo histórico²⁸. A suposição da presente investigação é que a história, enquanto conjunto da produção humana, só se torna inteligível se tomada como o movimento total de reprodução da relação de produção da sociedade. É a partir desse procedimento que se pode recompor a “realidade histórico-concreta”, e nela, a dimensão espacial. A FSP sob os marcos aqui defendidos é um passo rumo à reconstituição desse processo.

²⁸ Os critérios de incorporação da história nas propostas analíticas se mostram ainda ausentes na discussão em geral. É o caso do próprio Brandão (2007) onde, após referenciar a utilidade da história, não aponta como inscrevê-la na reconstituição do processo real, apenas tergiversa a questão ao apontar como *não* se deve tratá-la (historicismo X cientificismo). As implicações dessa lacuna para a proposta de análise de Brandão (2007, p. 69) podem ser vistas na reprodução dessa insuficiência na sua “nova” categoria analítica: a divisão do trabalho e as “dimensões” dela decorrentes.

2. RELAÇÃO DE PRODUÇÃO E FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL: A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DEPENDENTE

O capítulo anterior evidenciou como o conceito de formação socioespacial (FSP) proposto por Milton Santos (1979) se origina do debate marxista em torno da formação econômico-social (FES). Apesar do avanço metodológico, ainda assim a FSP, nos termos postos pelo autor, mostra-se imprecisa no sentido de captar a especificidade das sociedades no desenvolvimento do modo de produção. Isso se deve ao fato de que a relação de produção – enquanto categoria-chave do materialismo histórico e *essencial* para o processo de reconstrução do processo histórico-concreto – não foi metodologicamente incorporada ao conceito de FSP. O presente capítulo tratará dessa questão e a colocará para o caso específico latino-americano.

Antes disso, para embasar a discussão proposta, cabe sintetizar e reunir a trajetória de construção do conceito de FSP a partir da noção de FES efetuada no primeiro capítulo²⁹:

- a. A interpretação mecânica e manualista do conceito de modo de produção o define como a união de determinadas relações de produção (escravidão, servidão, assalariamento) com os meios de produção e as forças produtivas. Essa interpretação, ao deturpar as categorias marxistas, não dá conta da diversidade e da contradição no processo histórico das sociedades concretas. Marx (1996, p. 52; 2011b, p. 406)³⁰ e também Marx e Engels (2007) colocam o modo de produção como a unidade histórica presente na forma particular de apropriação da natureza pela comunidade que compreende aspectos objetivos e subjetivos da vida material³¹. Unidade essa que se reproduz sob uma diversidade de formas sociais.

²⁹ Apesar da exposição esquemática, a síntese obedece à concepção metodológica exposta também no primeiro capítulo, a partir das críticas efetuadas à corrente althusserianas e ao dogmatismo soviético.

³⁰ Esses trechos estão disponíveis, respectivamente, nas notas de rodapé número 6 e 9 no capítulo 1.

³¹ O conceito de modo de produção no processo histórico será retomado no capítulo três, quando o objeto será voltado para a formação socioespacial dependente e o período colonial.

- b. A tentativa de captar essas formas sociais concretas num modo de produção é o objeto geral do conceito de FES. As correntes marxistas, pelos diferentes arcabouços teórico-metodológicos, divergem quanto aos procedimentos analíticos necessários para realizar essa mediação.
- c. Em Marx (1996; 1985) e posteriormente em Lênin (s.d.) há uma distinção entre formação social e formação econômico-social (não tomada em conta pelo marxismo soviético e pelo althusserianismo). As relações de produção constituem a base das formações sociais, ao sintetizar a totalidade dos aspectos da vida cotidiana. A formação econômico-social se refere ao desenvolvimento destas formações sociais dentro de um processo histórico-natural, diacronicamente. No caso d'*O capital*, o objeto é sociedade burguesa em estado puro, enquanto um resultado a posteriori do processo histórico de formação econômica das sociedades concretas. Isso não esgota as particularidades das diversidades formações sociais sob o modo de produção capitalista.
- d. Além de aprofundar a distinção antes ressaltada, Luporini (1976a; 1976b) e Sereni (1976) enfatizam a relação dialética entre a formação social e o modo de produção, enquanto unidade e diversidade. Com base naquilo que chamaram de *lei geral da formação econômico-social* (MARX, 2011a, p.59), cada sociedade possui uma determinada produção social que, enquanto totalidade, fornece o sentido para todas as demais produções, mesmo que diversas.
- e. Ainda assim, a noção de FES redefinida por Luporini e Sereni apresentou insuficiências metodológicas dentro da teoria marxista. Isso se evidencia, como colocou Herzog (1976), principalmente na incapacidade de se entender o caráter desigual e expansivo do modo de produção capitalista e as respectivas formações sociais. Ou seja, como se podem compreender as especificidades das regiões dentro do movimento em unidade do capital?
- f. Segundo Milton Santos (1979), a concretização dos modos de produção em várias formas sociais somente é possível pelo seu movimento conflituoso sobre uma base territorial historicamente determinada, onde as “formas

espaciais” seriam uma expressão desses modos de produção e guardariam as suas especificidades.

Assim, Milton Santos trata a dimensão espacial como o aspecto essencial de toda e qualquer FES, dentro de uma concepção dialética, daí a construção do conceito de FSP. Contudo, ao não definir a FSP a partir da teoria social que originou o próprio conceito (o marxismo) a formação socioespacial, ainda que analiticamente potente, se mostra insuficiente para historicizar as transformações pelas quais uma sociedade passa. Em uma questão, a crítica é a seguinte: com base na correspondência entre espaço e produção social, qual a especificidade do espaço e o sentido geral de sua transformação ao longo do tempo entre e dentro da FSP? Metodologicamente, é necessária uma categoria totalizante para estruturar o movimento e a subordinação do espaço aos imperativos do modo de produção capitalista, nas diversas escalas analíticas (abstrato-concreto). Essa categoria, como será discutida nesse capítulo, é a relação de produção. Espaço e produção social estão dialeticamente condicionados por meio da forma histórica que o trabalho assume nas sociedades, ou seja, pelas relações que os homens estabelecem entre si na produção e na utilização de seus instrumentos de trabalho na transformação da natureza (ENGELS, 1999).

Esse capítulo está dividido em duas seções. A primeira trata da relação de produção enquanto categoria síntese da FSP. Em seguida, parte-se das contradições da acumulação capitalista em termos abstratos para evidenciar a formação e transformação das FSP dentro do modo de produção capitalista. Essa particularização do universal será discutida a partir da América Latina, enquanto uma formação socioespacial própria.

Antes de se passar à primeira seção, cabe uma ressalva metodológica. A natureza desse capítulo, num primeiro momento, é eminentemente teórico-conceitual. Contudo, com o intuito de apontar como o conceito de FSP pode auxiliar nas investigações sobre fenômenos sociais concretos, procurou-se ao longo da exposição se remeter a processos históricos particulares. Ainda que essa opção conduza a uma menor precisão analítica, caso as mediações entre os conceitos e os processos históricos se mostrem insuficientes, ela não invalida a importância do intuito original.

2.1 Relação de produção e espaço

A construção do conceito de FSP, como visto, incorporou com rigor analítico a discussão em torno da FES, principalmente com a mediação entre o nível abstrato e o concreto. Ainda assim, a relação de produção, enquanto um dos elementos-chave do materialismo histórico e *essencial* para a reconstrução do processo histórico-concreto não foi metodologicamente incorporado ao conceito de FSP. Em linhas gerais, a capacidade da relação de produção ser utilizada como critério da FSP se deve precisamente a sua potencialidade, por um lado, de sintetizar os meios de produção (fatores objetivos) e a força de trabalho (fator subjetivo) dispostos no processo de trabalho³², e, por outro lado, de manifestar espacialmente o conflito inerente no seu processo de reprodução³³.

Esses dois aspectos da relação de produção, ainda pouco desenvolvidos pela teoria marxista, serão tratados nesta seção. O propósito é construir o conceito de FSP sem partir de princípios tomados *a priori*, de forma idealizada e unidimensional. A FSP deve, assim, partir de um pressuposto real e empiricamente comprovável³⁴: indivíduos reais ao produzirem sua existência material o fazem, especificamente, pela produção do espaço. Assim, apesar de existirem elementos comuns a todos os tipos de produção – uma vez que o sujeito (humanidade) e o objeto (natureza) são os mesmos – cada produção é essencialmente distinta³⁵, e é sobre essa diferença que a FSP pode ser construída.

³² “Las condiciones de la metamorfosis siguen siendo las mismas. Una parte de las £ 2.000 tiene que transformarse en capital constante, la otra en capital variable; la una en los factores objetivos del proceso laboral, en material de trabajo y medios de trabajo, la otra en su factor subjetivo, en fuerza de trabajo” (MARX, 1988, p. 716/717).

³³ “É neste espaço dialectizado (conflitual) que se consuma a reprodução das relações de produção. É este espaço que produz a reprodução das relações de produção, introduzindo nelas contradições múltiplas, vindas ou não do tempo histórico” (LEFEBVRE, 1973, p. 19, destaque do autor).

³⁴ “Os pressupostos com os quais começamos não são dogmas arbitrários nem dogmas, são pressupostos reais, dos quais se pode abstrair apenas na imaginação. Eles são os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto as encontradas quanto as produzidas através de sua própria ação. Esses pressupostos são constatáveis, portanto, através de um caminho puramente empírico” (MARX e ENGELS, 2007, p. 41).

³⁵ “Quando se trata, pois, de produção, trata-se da produção em um grau determinado do desenvolvimento social, da produção dos indivíduos sociais. Por isso, poderia parecer que ao falar da produção em geral seria preciso quer seguir o processo de desenvolvimento e suas diferentes fases, quer declarar desde o primeiro momento que se trata de uma determinada época histórica, da produção burguesa moderna, por exemplo, que propriamente constitui o nosso tema. Mas todas as épocas da produção têm certas características comuns, determinações comuns. A *produção em geral* é uma abstração, mas uma abstração razoável, na medida em que, efetivamente, sublinhando e precisando os traços comuns, poupa-nos a repetição. (...) As determinações que valem para a produção em geral

Já de antemão, a investigação das FSP concretas deve negar as abordagens dogmáticas que reduzem a relação de produção a uma dimensão a-histórica – como apontado no primeiro capítulo – onde a relação de produção refere-se somente ao caráter formal de conscrição da força de trabalho (escavidão, servidão, assalariamento) (RIBEIRO, 1975). Essa abordagem ata implicitamente todos os povos a uma mesma cadeia evolutiva (escravismo-feudalismo-capitalismo-socialismo) e, assim, impede a investigação das especificidades de uma FSP dentro do modo de produção.

Sinteticamente, a relação de produção é a relação que os indivíduos travam entre si na produção social. A partir do momento que o homem primitivo passou a se organizar coletivamente – mesmo que em atividades tão primitivas como a extração de frutos e a caça – a produção da sua existência concreta depende, por um lado, da apropriação da natureza, e por outro, da intensificação das relações entre os próprios homens³⁶. Por sua vez, tanto essa apropriação quanto o desenvolvimento das relações produtivas entre os homens se modificam com a utilização dos instrumentos de produção³⁷: novas fontes naturais se tornam apropriáveis, o aumento do excedente e sua distribuição podem conduzir a novas formas de estratificação social e de divisão do trabalho, entre outros. Apropriação da natureza pelos instrumentos de trabalho e as relações entre os homens constituem, assim, uma unidade dialética dentro do processo de trabalho³⁸, unidade essa presente nas diversas formas históricas que o processo de trabalho assume, mesmo naquelas mais desenvolvidas, como a capitalista.

Em termos de economia política, todo processo de trabalho corresponde à disposição de objetos e de meios de trabalho. O processo de trabalho revela-se, então,

devem precisamente separadas, a fim de que não se esqueça a diferença essencial pro causa da unidade, a qual decorre já do fato de que o sujeito – a humanidade e o objeto – a natureza – são os mesmos” (MARX, 1996, p. 26).

³⁶ “Vemos por tanto que una visión correcta de la historia tiene que integrar los dos procesos simultáneos: la apropiación de la naturaleza por el hombre y las relaciones que los hombres establecen entre sí para producir los recursos históricamente necesarios para su supervivencia y su vida” (DOS SANTOS, 1999, p. 25).

³⁷ “Mas tudo isso não era trabalho no verdadeiro sentido da palavra. O trabalho começa com a elaboração de instrumentos” (ENGELS, 1999, p. 15).

³⁸ “(...) ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele [homem] modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza” (MARX, 1985a, p. 149)

como um processo de consumo produtivo, onde a força de trabalho³⁹ (enquanto produto de propriedade dos trabalhadores) mediante diversos instrumentos e ferramentas (meio de trabalho) modifica a matéria-prima (objeto de trabalho) para a produção de novos valores de uso. Dentro desse processo, em primeira instância, a natureza é fonte original tanto dos objetos, quanto dos meios de trabalho, ou seja, é a fonte dos meios de produção.

A capacidade potencial de consumo produtivo da natureza e dos meios de produção pela força de trabalho no processo produtivo constitui as *forças produtivas* da sociedade. O desenvolvimento das forças produtivas – como a utilização de novos instrumentos de trabalho, o acesso a novas fontes energéticas ou, ainda, o advento de nova forma de organização da força de trabalho, por exemplo – determina dialeticamente transformações na estrutura social, a tal ponto, que podem conduzir a uma ruptura do modo de produção, precisamente porque modificam as relações de produção da sociedade.

Contudo, isso não quer dizer que as forças produtivas dominem as relações de produção, ou mesmo o contrário, quando se poderia defender que as relações de produção no seu desenvolvimento exigiriam novos instrumentos de produção e, assim, modificariam o processo de trabalho⁴⁰. O foco da investigação marxista (mais do que o primado de uma ou outra categoria) deve ser a articulação presente entre as forças produtivas e as relações de produção no decorrer das transformações da produção social⁴¹. O ponto aqui defendido é que essas transformações são sintetizadas – nos

³⁹ “Por força de trabalho ou capacidade de trabalho entendemos o conjunto das faculdades físicas e espirituais que existem na corporalidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento toda vez que produz valores de uso para qualquer espécie” (MARX, 1985a, p. 139).

⁴⁰ Essas duas posições resumidas por Bottomore (1988, p.158).

⁴¹ Dessa forma, a partir da concepção aqui defendida não se pode inferir uma interpretação erroneamente atribuída ao marxismo, qual seja, que *as forças produtivas determinam todos os tipos de relações entre os homens*. Segundo essa interpretação – que retira do materialismo histórico a própria dialética – a evolução histórica das sociedades é definida a partir do binômio relação de produção/forças produtivas. Considera, ainda, que com o desenvolvimento das forças produtivas as relações de produção se tornam obsoletas e, mediante o advento de uma revolução social, outras são elegidas para “restabelecer” o binômio. Nada mais mecânico e determinista e, por isso mesmo, tão longe de Marx. O conjunto das relações de produção é concebido como a base material da sociedade, onde as condições materiais de existência se referem não apenas aos aspectos econômicos, mas sim, aos determinantes “sociais e espirituais” que tornam concreta a produção social e sua reprodução, naquilo que Cardoso (1978) chamou de formas de ser e consciência social. Além disso, a partir da dialética do processo de desenvolvimento de FSP, as relações sociais e as “propriedades ideais e espirituais” da sociedade (ou, como comumente se atribui, a superestrutura) são imprescindíveis para o advento da revolução social. Isso quer dizer que as relações superestruturais atuam como condição, ou entrave, para o desenvolvimento das forças produtivas. Com isso, aspectos ideológicos permitem potencialmente o desenvolvimento da estrutura econômica, mas o fazem de forma contraditória, uma vez que são as

diversos aspectos materiais e espirituais – pelas relações de produção, uma vez que: “a totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e a qual correspondem formais sociais determinantes de consciências” (MARX, 1996, p. 52).

A existência material diversa que as categorias constituintes da força de produtiva (força de trabalho e meios de produção) assumem somente pode ser inteligível quando sintetizada pelo processo de trabalho. É ele que torna efetivas as condições objetivas da produção, com a incorporação do trabalho passado (meios de produção) pelo trabalho vivo, na produção de novos valores de uso pela força de trabalho.

Para se entender a capacidade de síntese das relações de produção dentro do processo de trabalho, deve-se passar a outro nível de concretude⁴². O processo de trabalho, até esse momento, é tomado aqui de forma abstrata, baseada nos seus elementos simples constitutivos, como destaca Marx (1988) no quinto capítulo do primeiro livro d’*O Capital*. Como a força de trabalho incorporará os meios de produção concretamente e como o desenvolvimento das forças produtivas transformará a estrutura social dependem das relações de produção, em sua existência material e espiritual. Trata-se, assim, de outro plano de análise da produção social.

No caso de uma sociedade de classes – onde há o monopólio dos meios de produção – se a força de trabalho se apresenta no processo de trabalho como o único produto de propriedade do trabalhador (assalariamento), se ela se apresenta no processo subsumida a outros meios de produção de posse do trabalhador (servidão), ou ainda, se ela só pode ser mobilizada no processo de trabalho quando confundida com o próprio trabalhador (escravidão), em todas essas formas de manifestação, a força de trabalho está ligada à existência de relações de produção materialmente e espiritualmente diversas pelas sociedades. Por sua vez, as relações de produção (ao

classes, em um dado período histórico, que tomam consciência do conflito que se opera na materialidade e tratam de resolvê-lo no plano político, com base novamente nas formas ideológicas (CARDOSO, 1978).

⁴² O seguinte trecho é um exemplo de como a relação de produção sintetiza a existência da força de trabalho e dos meios de produção no processo de trabalho: “El artesanado continúa siendo la base, *base técnica estrecha* que excluye, en realidad, el análisis científico del proceso de producción, ya que todo proceso parcial recorrido por el producto debe ser ejecutable como trabajo parcial de índole artesanal. Precisamente porque, de esta manera, la destreza artesanal continúa siendo la base del proceso de producción, cada obrero queda ligado exclusivamente a una función parcial y su fuerza de trabajo se transforma en órgano vitalicio de dicha función” (MARX, 1988, p. 412, destaque do autor).

incidirem sobre a formação da força de trabalho no processo de trabalho) condicionam a produção e utilização dos próprios meios de produção: ainda que a pá esteja presente enquanto instrumento de trabalho em vários modos de produção, a sua relação com o trabalhador é distinta, assim como o destino do produto do processo de trabalho em questão.

Em síntese, a relação de produção, ao originar a força de trabalho social, condiciona o desenvolvimento das forças produtivas, mas isso não quer dizer que o movimento destas seja a reboque. Trata-se de um movimento dialético das forças produtivas-relações de produção dentro de um processo histórico, impossível de ser predeterminado nas suas formas de manifestação concreta. Em outras palavras, a formação e trajetória da relação de produção entre os homens nas FSP têm, em si, um conteúdo histórico, ou seja, um caráter fluído. A relação de produção não pode ser imobilizada no tempo e generalizada no espaço, como se ela apresentasse uma estrutura intrínseca e, além disso, constituísse um exemplar puro para todas as sociedades. Como enfatiza Thompson (1987, p. 9/10), “qualquer relação nesse sentido precisa estar corporificada em pessoas e contextos reais”.

Afastados o mecanicismo e o determinismo, as relações de produção constituem a totalidade concreta das FSP pelo fato de manifestar o trabalho em sociedade⁴³ em uma dupla perspectiva. Em primeiro lugar, as relações e práticas sociais que dialeticamente influem sobre a produção social são subjugadas à relação de produção⁴⁴. É o caso da formação das classes sociais, em todo seu aparato ideológico, onde a vivência social e a união de identidades comuns dos grupos na constituição das classes têm como base material as relações de produção⁴⁵. Em segundo lugar, as

⁴³ “O trabalho é a fonte de toda a riqueza, afirmam os economistas. Assim é, com efeito, ao lado da natureza, encarregada de fornecer os materiais que ele converte em riqueza. O trabalho, porém, é muitíssimo mais do que isso. É a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem” (ENGELS, 1999, p. 4).

⁴⁴ “Para Marx, as relações de produção incluem *todas* as relações fundamentais entre homens e mulheres na produção de sua vida material. É incorreto, portanto, reduzir essas relações a apenas um único aspecto das relações de capital, como, por exemplo, a subordinação do trabalho vivo ao trabalho morto, ou às relações dos produtores com seus meios de produção no interior de uma unidade de produção” (MANDEL, 1982, p. 393, destaque do autor).

⁴⁵ “A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas e partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pela relações de produção em que os homens nasceram ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais” (THOMPSON, 1987, p. 10).

condições históricas objetivas postas à produção social, bem como sua transformação, estão substanciadas na relação de produção⁴⁶. Transformações na extensão territorial da produção, na composição e quantidade da população trabalhadora, nos meios e níveis de troca entre os indivíduos/produtores – entre outras tantas mudanças nas condições objetivas da produção – correspondem a modificações da relação de produção.

Mas a relação de produção, sob esse duplo aspecto, não é apenas uma condição material da produção social, é o próprio resultado histórico dela. As relações de produção devem ser reproduzidas constantemente e o local específico em que esse processo se desenvolve é o espaço social construído. Assim, a reprodução das relações de produção, como lembra Lefebvre (1973, p. 6/7), permite integrar história e espaço num mesmo movimento de descrição da realidade e de sua crítica. Esse processo, ao evidenciar as contradições e especificidades da produção social, está ligado à construção do conceito de FSP e deve ser agora analisado.

As relações de produção surgem e se desenvolvem numa época histórica determinada, quando o conjunto da produção humana é orientado a um sentido. Essa “produção direcionada”, por mais diversa que seja entre as FSP (das primitivas às desenvolvidas), tem como propósito a reprodução da sociedade⁴⁷. As relações de produção em toda sua existência são, assim, reproduzidas para que força de trabalho esteja apta à produção e reprodução social, para que possa encontrar novamente os meios de produção. Essa aptidão não se restringe à constituição física dos trabalhadores, mas abrange desde a moralidade (para justificar o seu papel nas esferas produtivas e distributivas) até os diversos instrumentos ideológicos presentes numa sociedade de classes⁴⁸. Em suma, as exigências biológicas, físicas, psíquicas e sociais

⁴⁶ Sobre as modificações nas condições objetivas e a manifestação delas sobre as relações de produção no sentido defendido nessa seção, consultar a nota de rodapé número 15, no primeiro do capítulo, a qual expõe um trecho dos *Grundrisse* (MARX, 2011b).

⁴⁷ “Cualquier que sea la forma social del proceso de producción, es necesario que éste sea continuo, que recorra periódicamente, siempre de nuevo, las mismas fases. Del mismo modo que una sociedad no puede dejar de consumir, tampoco le es posible cesar de producir. Por tanto, considerado desde el punto de vista de una interdependencia continua y del flujo constante de su renovación, todo proceso social de producción es al propio tiempo *proceso de reproducción*” (MARX, 1988, p. 695, destaque do autor).

⁴⁸ “(...) é ideológica toda a representação que contribui mediata ou imediatamente para a reprodução das relações de produção. A ideologia não se separa, pois da prática, mas nem toda a prática é a aplicação desta ou daquela ideologia” (LEFEBVRE, 1973, p. 31).

da força de trabalho, ao estarem atreladas a práticas e atividades sociais, passam pela reprodução das relações de produção.

Contudo, o fenômeno da reprodução das relações de produção não pode ser tomado como uma perpétua repetição, o que corresponderia à negação do conflito, e assim, da história. É verdade que a reprodução está atrelada a uma estrutura auto-reprodutível com a recriação permanente das suas condições de existências. Porém, essa coesão interna da relação de produção somente pode ser concebida *abstratamente*. O desenvolvimento das relações de produção recria permanentes conflitos e, potencialmente, enseja contradições, no seio dessa coerência interna. Assim, esses conflitos operam numa outra escala de análise, a rigor, no plano da produção da *vida material* (LEFEBVRE, 1973).

Na produção material da sua vida, os homens, organizados socialmente de forma específica, iniciam um movimento de apropriação da natureza conduzido pelas relações de produção. Mas esse movimento, no seu desenvolvimento histórico, encontra limites e contradições, os quais são expressos na transformação do espaço social. Para aprofundar essas questões e para orientar metodologicamente a utilização da relação de produção como categoria síntese da FSP, deve-se, nesse momento, mudar a forma de exposição até aqui adotada, no sentido de se debruçar sobre um processo histórico concreto. Dessa forma, pode-se tomar uma organização social primitiva, como o era o conjunto de grupos tribais Tupinambás no início do século XVI. Mesmo no seu rudimentar nível de desenvolvimento das forças produtivas e na ausência de classes sociais, os Tupinambás fornecem um duplo exemplo do processo conflituoso de reprodução das relações de produção.

Nessas tribos, a relação de produção se apresentava como um trabalho familiar-coletivo, onde cada chefe da família tinha uma porção de terras iguais e divididas de acordo com o número de esposas. As atividades de caça, de pesca e a agrícola (recém-dominada) tinham o objetivo de garantir a autoprodução e a subsistência, apenas para sanar as necessidades imediatas⁴⁹. O trabalhador individual

⁴⁹ "A economia Tupinambá, conforme foi visto acima, é uma economia de subsistência. As estruturas fundamentais de atividades econômicas, que a caracterizam como uma economia mista, são a caça, a pesca, a coleta de plantas e frutos nativos, de ovos e filhotes de pássaros, a horticultura e o aprovisionamento limitado de algumas pedras e cristais. O sistema técnico, que suportava estas atividades e através do qual os Tupinambá procuravam ajustar os

tinha a posse e a propriedade coletiva dos meios de produção, os quais se encontravam em um nível tecnológico muito primitivo (força de trabalho marcada por uma baixa divisão do trabalho⁵⁰ e instrumentos de trabalho rudimentares), o que redundava numa dependência do processo de trabalho das condições físicas/climáticas e, também, dos demais membros dos grupos locais.

Este era o sentido da produção social dos Tupinambás substanciado por relações sociais, costumes e práticas que, por sua vez, tinham como base a reprodução das relações de produção. A vigência de uma relação de produção familiar-coletiva tornava possível a manutenção de vínculos de proximidades entre as aldeias, os quais se manifestavam em certos períodos (como a formação de alianças político-militares e festividades). Dentro de cada uma das aldeias, esses vínculos familiares eram ainda mais próximos, pois as atividades econômicas, políticas, sociais e militares dependiam cotidianamente do trabalho conjunto das famílias. E mais, mesmo dentro das aldeias, os maiores níveis de proximidade eram verificados na constituição das malocas.

Observa-se, assim, a construção do espaço social, em vários níveis territoriais, pelos Tupinambás a partir das determinações impostas pela relação de produção. Nesse sentido, pode-se afirmar que a unidade socioespacial básica dos Tupinambás era a *maloca*, ao fornecer o maior grau de proximidade⁵¹. Cada grupo local (aldeia) era composto de 4 a 7 malocas dispostas a formarem um espaço central, o

meios externos às suas necessidades, era muito rudimentar. Em direção de todas essas atividades, o sistema de técnicas de produção apenas previa a extração dos recursos naturais” (FERNANDES, 1989, p.81).

⁵⁰ Com base em Fernandes (1989), a divisão do trabalho respondia a dois princípios básicos, o do sexo e da idade, sendo o segundo subordinado ao primeiro. A divisão por sexo respondia um sistema de relações de trabalho por compensação. Assim, caso alguns indivíduos tivessem um maior número de tarefas ou mesmo tarefas mais árduas, eles eram compensados pela execução, por parte dos demais membros, de outras atividades. Essa reciprocidade e complementariedade das atividades fortalecia a interdependência entre os membros do grupo local. As mulheres eram encarregadas de: extração e coleta na agricultura, participação das pescas, fabricação de farinha, preparação de raízes, tecelagem de algodão e outras fibras, participavam na construção da maloca, domesticação de animais, cerâmica, serviços domésticos, depilação e tatuagem, entre outros. Os homens realizavam as seguintes atividades: preparação de terras para a lavoura, morte de animais, pesca, fabricação de instrumentos, obtenção de lenha e manutenção do fogo, proteção das mulheres, atividades guerreiras, entre outras. A divisão segundo a idade indicava seis camadas que o homem ou a mulher passavam. Cada uma correspondia a certas tarefas de acordo com as necessidades da tribo e a posição do sujeito dentro da tribo. Assim, o homem, que no início estava subordinado a tarefas familiares, ao se aproximar da idade de se casar, poderia se constituir num guerreiro e, quem sabe, como chefe.

⁵¹ “Ela [a maloca] era uma unidade de um grupo vicinal, a menor forma social Tupinambá de organização das relações sociais no espaço e no tempo. Por isso existia como um grupo social articulado a uma constelação de grupos sociais e como parte de um sistema mais amplo de ajustamento e controles sociais. O comportamento recíproco entre os membros das malocas seria ininteligível se fosse analisado separadamente do conjunto de padrões ideais de comportamento que explicam a coexistência das malocas nos grupos locais e a combinação destes em unidades sociais maiores” (FERNANDES, 1989, p. 68).

terreiro. Nele ocorriam os principais eventos da vida social dos Tupinambás (comemorações, rituais antropofágicos, sacrifícios, etc). As malocas tinham uma largura que variava de 6 a 10 metros e o comprimento era de acordo com o número de habitantes, que ficava em torno de 50 a 200 indivíduos (FERNANDES, 1975). Dentro das malocas, as famílias eram dispostas aos pares, de frente uma para outra. As famílias, chamadas de lares polígino, pois um homem podia ter mais de uma mulher, eram distribuídas uniformemente, com cada esposa mantendo uma área onde preparava os alimentos e outras atividades de viveres. As relações vicinais eram vitais na formação de uma maloca, pois o indivíduo, ao se destacar dentro de um grupo local, podia reunir algumas famílias ligadas a ele e criar uma maloca, tornando-se o chefe. Assim, a maloca era o principal produto social dos Tupinambás, exigia tanto um esforço físico de toda coletividade quanto representava a solidificações das relações sociais.

A reprodução das relações de produção, com base nessas condições sociais, exigia transformações específicas no espaço social construído (tendência essa que era ampliada pelo baixo nível das forças produtivas). Chega-se, assim, ao primeiro exemplo que os grupos tupinambás fornecem quanto à identidade entre reprodução das relações de produção e construção do espaço social. Em primeiro lugar, o aumento da pressão demográfica dentro de cada maloca conduzia à construção de novas malocas, como unidades sociais básicas. Contudo, a expansão delas dentro das aldeias possuía um limite demográfico devido à baixa geração de excedentes. Inevitavelmente se constituíam outras aldeias, com a preservação dos laços de parentesco. Em segundo lugar, as atividades de caça, de pesca, extrativas, e, principalmente, a agricultura tinham como base uma ocupação destrutiva do solo, o que exigia um constante deslocamento dos grupos populacionais. As migrações se sucediam geralmente a cada 3 a 4 anos, com o objetivo de ocupar novas áreas virgens mais férteis, ou mesmo, de invadir as áreas de outros grupos locais. Com as migrações, abria-se a oportunidade de formação de novas malocas, de acordo com o processo descrito anteriormente. Dessa forma, as migrações representavam um instrumento de dominação territorial de acordo com o nível tecnológico e, mais que isso, a garantia da reprodução das relações de produção.

A trajetória histórica dos grupos Tupinambás no início do século XVI fornece um segundo exemplo de como as relações de produção, ao serem modificadas, sintetizam as transformações da sociedade e, além disso, como essa transformação se manifesta, concretamente, na construção do espaço social. Como visto, o aumento das pressões demográficas e a eminência de quebra de laços em virtude do aumento populacional conduziam a necessidade de formação de novos grupos locais, restabelecendo a solidariedade intra/intergrupala. Nesse esquema, a reprodução social se fazia com base no passado, ou seja, as tradições guiavam as tomadas de decisões frente às ameaças de rompimento da solidariedade tribal. Isso conformava um sistema de relações sociais rígido e estático, onde qualquer desavença ou desequilíbrio era resolvido por meio das tradições, uma vez que a preservação de uma relação de produção familiar-coletiva era imprescindível para a vida material da comunidade.

É precisamente essa estrutura social rígida que condicionou a trajetória dos grupos Tupinambás com a chegada do branco europeu. Enquanto o contato com os brancos se resumia ao escambo e algumas incursões locais, os Tupinambás puderam submeter os portugueses através principalmente dos laços de parentesco, como o cunhadismo (RIBEIRO, 2006), onde os europeus ao se relacionarem com as índias adentravam na teia de relações e de solidariedade Tupinambá. Contudo, a situação mudou com a introdução da empresa agrícola colonial.

Por sua formação nacional peculiar dentro do quadro europeu, Portugal já no século XV promovera um desenvolvimento de atividades mercantis, com base no comércio marítimo. Assim, Portugal, ao se relacionar com diversos povos, evidenciava a flexibilidade da sua estrutura social frente a outras formas de organização social. No caso do território colonial americano – na ausência de uma sociedade homogênea e materialmente mais desenvolvida, o que permitiria a adoção de relações comerciais similares àquelas já praticadas em outros locais – a adaptação passou pela criação da empresa agrícola (FURTADO, 2003). O objetivo de produzir a maior quantidade possível de produtos tropicais para exportação era economicamente viável pela instauração de uma economia primária, latifundiária e, necessariamente, escravista (para reduzir ao máximo o consumo do trabalhador e para impedir, em um território amplo, a sua condição de livre-proprietário).

A relação de produção dominante na empresa colonial era a escravidão, e o índio foi a primeira etnia assediada a esse propósito. Mas organização do trabalho com base na escravidão era incompatível com a produção social tupinambá. Um trabalho compulsório e sedentário, para além das necessidades imediatas, não tinha correspondência material e social para os Tupinambás e para os demais grupos étnicos brasileiros⁵². Assim, incapazes de se reproduzirem socialmente pela forma tradicional (pois agora o território era disputado pelo sistema colonial) e incapazes de se inserirem socialmente mesmo que de forma subordinada na empresa colonial (uma vez que o trabalho compulsório não tinha correspondência social), restou aos grupos Tupinambás o paliativo de resistir no e migrar pelo território, mas o resultado, historicamente, foi o seu extermínio cultural.

Esse breve resgate da trajetória histórica dos grupos tupinambás teve como intuito mostrar que, mesmo nas sociedades compreendidas dentro do que se chama (imprecisamente) de “comunismo primitivo”, as relações de produção possuem uma existência histórica diversa e que estrutura as diversas relações sociais⁵³. E mais, procurou mostrar que há uma correspondência, agora em outra escala de análise, entre relação de produção e a construção do espaço social, principalmente nos momentos de reprodução da relação de produção. No primeiro exemplo citado, observou-se como a reprodução das relações de produção passava pela apropriação de novos territórios, o que desembocava em conflitos intergrupos. E, no segundo exemplo, a reprodução da relação de produção familiar-coletiva não *suportava* os imperativos da empresa agrícola colonial.

Pelo fato de o espaço concretizar a existência histórica das relações de produção – pois é no espaço, como afirma Lefebvre (1973), onde essas relações de produção são reproduzidas – ele se torna a categoria fundamental de toda *formação*

⁵² Essa potencial capacidade dos diversos povos autóctones em se inserirem no sistema colonial com a preservação mínima da estrutura social original deve ser vista, assim, pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas que as relações de produção propiciavam. No caso do Brasil, como visto, isso se mostrou incompatível. Para a América espanhola, sobretudo nas regiões ocupadas por civilizações desenvolvidas, como os Incas, a trajetória foi outra. Nelas, as atividades econômicas mantiveram a relação de produção familiar-coletiva pela preservação do *ayllu*. Sobre esse fato ver Bagú (1992) e Ribeiro (2007). De modo algum essa interpretação nega a importância do tráfico negreiro ou da escravidão indígena para a sociedade colonial, apenas procura mostrar as implicações sociais para um processo de trabalho concreto diante da existência de distintas relações de produção.

⁵³ Essa breve revisão auxiliará também no terceiro capítulo, quando se procura evidenciar, em linhas gerais, o processo de formação e dissolução das FSP coloniais, em especial, na porção sul do território colonial português.

sociall. Para isso, deve-se ter em mente uma concepção de espaço que extrapole sua noção empirista e neutra. Ao ser tomado como palco indissociável das relações entre homem e natureza, o espaço é resultado da produção social, mas também se torna, por fornecer a organização física da sociedade, uma pré-condição para a sua reprodução. Com isso, como lembra Breitbach (1988, p. 54), o espaço “dá a dimensão concreta das práticas sociais, cuja determinação formal assume peculiaridades históricas”.

A apropriação teórica dessas peculiaridades históricas por trás da relação de produção e do espaço deve ser guiada por um procedimento metodológico, processo esse que passa pelo conceito de formação socioespacial (FSP). A FSP ressalta as particularidades da produção social, dialeticamente submetidas aos determinantes gerais do modo de produção.

Tal perspectiva se justifica metodologicamente dentro do processo de expansão desigual e combinada do modo de produção capitalista. Por tratar-se de um sistema baseado na produção de valores de troca e na transferência de excedente dos não-possuidores dos meios de produção aos detentores deste, a desigualdade socioespacial se mostra como uma condição imanente e complexa⁵⁴. E, conforme visto, uma vez que o espaço é expressão da relação uma entre homem e a natureza, o processo de produção de capital leva a transformações no espaço, onde este passa a atuar como uma condição para a reprodução, tanto como objeto quanto como meio de trabalho (MOREIRA, 2007). Trata-se de uma modificação constante do espaço, tanto do espaço humanizado quanto da humanização do espaço, processo esse que só pode ser objetivado a partir do processo de trabalho e assim pelas relações de produção.

2.2. Acumulação de capital e desigualdade espacial: a FSP dependente

A acumulação de capital em escala global apresenta especificidades em cada FSP que decorrem da subordinação da relação de produção no processo de trabalho, conforme exposto na seção 1. Mantêm-se assim as categorias basilares de toda e qualquer produção social (relação de produção e natureza), mas agora o objetivo

⁵⁴ “La producción capitalista, por consiguiente, no desarrolla la técnica y la combinación del proceso social de producción sino socavando, al mismo tiempo, los dos manantiales de toda riqueza: *la tierra y el trabajador*” (MARX, 1988, p. 612/613, destaque do autor).

é compreender as particularidades que elas possuem no processo de trabalho comandado pelo capital, ou seja, a partir do processo de valorização do capital. Essa é a totalidade estrutural da produção social dentro do modo de produção, totalidade que explica a singularidade que a produção capitalista assume em diferentes territórios. É sobre essas particularidades e sua integração com o movimento total do modo de produção capitalista que se pode compreender a FSP latinoamericana, foco da presente seção.

Sinteticamente, no modo de produção capitalista, a relação de produção por excelência é o trabalho assalariado⁵⁵. Essa condição histórica⁵⁶ surge em uma dada região em expansão dentro sistema mercantil mundial, com a paulatina desapropriação dos trabalhadores dos seus meios de produção, restando-lhes apenas a posse de sua força de trabalho⁵⁷. Mediante a diferença entre o valor pago ao trabalhador para reproduzir a sua força de trabalho e quanto que o trabalhador acrescenta no total no processo produtivo (mais-valor)⁵⁸, o capitalista auferi uma massa de capital sob a forma de lucro. O retorno ao mercado para a venda da produção – pois sob o controle do capital, a produção é orientada pelo valor de troca – significa que o capitalista deve converter o capital-mercadoria em sua forma dinheiro (*forma do valor em geral*). Esse capital na forma dinheiro é reinvestido na produção sob o ímpeto de recomeçar o processo de produção e apropriação de valor, o que permite, não só a reprodução da produção capitalista, como a reprodução da relação de produção assalariada⁵⁹. Esse é, pois, o sentido da produção material sob o modo de produção capitalista, onde a

⁵⁵ “O que portanto caracteriza a época capitalista é que a força de trabalho assume, para o próprio, trabalhador, a forma de uma mercadoria que pertence a ele, que, por conseguinte, seu trabalho assume a forma de trabalho assalariado. Por outro lado, só a partir desse instante se universaliza a forma mercadoria dos produtos do trabalho” (MARX, 1985a, p. 141)

⁵⁶ “A assim chamada acumulação primitiva é, portanto, nada mais do que o processo histórico de separação entre produtores e meio de produção. Ele aparece como ‘primitivo’ porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde” (MARX, 1985a, p. 262).

⁵⁷ Como visto no capítulo 1, Marx (2011b) nos *Grundrisse* tem como objetivo analisar a formação histórica do modo de produção capitalista a partir da dissolução das formas sociais pretéritas, no caso, aquelas vinculadas ao feudalismo. Infelizmente, a reinterpretação desse processo a partir do conceito de FSP foge do escopo desse trabalho. De qualquer forma, pode-se apontar sumariamente que o processo está ligado à incapacidade da relação de produção servil em reproduzir a sociedade feudal e à emergência do assalariamento pelo capital mercantil. Evidentemente, essa transformação possui uma manifestação espacial: da produção agrária camponesa até o desenvolvimento da produção urbana, passando pela manufatura (tecelagem) no campo.

⁵⁸ Sem esquecer, é claro, do valor dos meios de produção adiantados pelo capitalista e (parcialmente) consumidos pelo processo de produção.

⁵⁹ Ou, como diria Marx (1985b, p. 133), “a produção capitalista é produção e reprodução das relações de produção especificamente capitalistas”.

produção do espaço é orientada a esse fim e se mostra como uma condição intrínseca da acumulação. Com base nessa visão geral, pode-se, agora, especificar os argumentos e apontar as contradições decorrentes da acumulação capitalista e da produção espacial.

O processo de trabalho sob o comando do capital se inicia quando o capitalista compra no mercado os diversos meios de produção (instrumentos e objetos de trabalho) e a força de trabalho (de propriedade do trabalhador que a vende por um dado tempo)⁶⁰. Ainda nessa esfera da circulação do capital, todas as mercadorias que atuam como pré-condição da produção são remuneradas, aparentemente, pelo seu preço: o trabalhador recebe o salário; os capitalistas donos dos meios de produção, o lucro; o capitalista dono do dinheiro, os juros; o proprietário fundiário, a renda da terra. Mas para que o capitalista inicial consiga pagar esses elementos, ele deve produzir, ou melhor, ele deve garantir que a força de trabalho consuma produtivamente os meios de produção e que o resultado desse processo gere uma quantidade de mercadorias cujo preço cubra o total das mercadorias utilizadas. Evidentemente, o capitalista espera ainda uma remuneração pelo “seu esforço de produção e de venda”, por isso, adiciona uma margem de lucro sobre os preços de custos. O resultado da produção se apresenta, assim, “na mais perfeita harmonia”, como uma consequência da realização das atividades mercantis sob o signo “liberdade e da propriedade individual”.

Contudo, todo o propósito da teoria marxista é precisamente desvelar as manifestações aparentes dos fenômenos sociais, com base num método próprio de investigação da realidade, conforme visto no capítulo 1. No que se refere à produção capitalista, a grande contribuição de Marx foi mostrar como o lucro se origina do processo de produção, e não da esfera de circulação. Em outras palavras, o lucro do capitalista industrial é uma cota-parte do produto do trabalho realizado pelos trabalhadores. Isso significa que os trabalhadores, durante a jornada de trabalho, produzem uma quantidade maior de produto do que aquela quantidade que corresponde ao valor da sua força de trabalho, mas que não se torna sua propriedade.

⁶⁰ O resultado da união entre trabalhador e meios de produção é o consumo produtivo da força de trabalho, cuja particularidade, ao ser comandado pelo capital, está em, por um lado, o trabalhador estar sob controle capitalista no sentido de preservação dos meios de produção, e, por outro, os produtos resultantes do processo de trabalho serem de propriedade do capitalista.

Esse sobre-trabalho, trabalho excedente, ou ainda mais-valor, é apropriado pelo capitalista individual assim como o é todo o produto resultante do processo de trabalho. A produção do mais-valor – o qual constitui a fonte de todas as formas de rendimento do capital, como lucro, juros⁶¹, renda da terra – só é possível porque a força de trabalho é uma mercadoria especial; uma mercadoria cujo valor de uso é o próprio trabalho, a atividade transformadora da natureza direcionada a uma finalidade, a fonte do valor em si⁶².

A força de trabalho ao ser consumida no processo produtivo cria uma quantidade maior de valor do que aquela que ela mesma contém⁶³. O processo de trabalho no modo de produção capitalista constitui, assim, acrescentamento contínuo de valor, ou então, um processo de valorização do capital. Nessa perspectiva, meios de produção e força de trabalho, categoriais constituintes de todo processo de trabalho, assumem uma existência distinta enquanto processo de valorização de capital, o que não nega a sua universalidade, mas afirma sua particularidade histórica. Os meios de produção (máquinas, matérias-primas, ferramentas) ao não criarem um átomo a mais de valor no processo produtivo (apenas transferem, parcialmente ou integralmente, o seu valor aos novos produtos) são chamados, por Marx, de capital constante. A força de trabalho, essa sim, responsável não só pela manutenção do seu valor, mas também, pela criação de um valor a mais no final do processo produtivo, existe como capital variável (grosso modo, massa salarial) no processo de valorização.

⁶¹ “O juro não é, pois, nada mais do que parte do lucro [que por sua vez não é mesmo nada mais do que valor acrescido, trabalho não remunerado], que o capitalista industrial paga ao proprietário do capital alheio, com o qual “trabalha” em todo ou em parte. É parte do lucro – do valor acrescido – que, fixada como categoria particular, sob um nome próprio, se separa do lucro global; uma separação que de maneira nenhuma se refere à sua origem, mas tão somente a seu modo de pagamento ou apropriação” (MARX, 1996b, p. 204)

⁶² “A modificação [do valor em dinheiro] precisa ocorrer, portanto, com a mercadoria comprada no primeiro ato D-M, mas não com o seu valor, pois são trocados equivalentes, a mercadoria é paga por seu valor. A modificação só pode originar-se, portanto, do seu valor de uso enquanto tal, isto é, do seu consumo. Para extrair valor do consumo de uma mercadoria, nosso possuidor de dinheiro precisaria ter a sorte de descobrir dentro da esfera da circulação, no mercado, uma mercadoria cujo próprio valor de uso tivesse a característica peculiar de ser fonte de valor, portanto, cujo verdadeiro consumo fosse em si objetivação de trabalho, por conseguinte, criação de valor. E o possuidor de dinheiro encontra no mercado tal mercadoria específica - a capacidade de trabalho ou a força de trabalho” (MARX, 1985a, p. 139).

⁶³ O preço da força de trabalho, como a de qualquer outra mercadoria, tem como base o seu preço médio. Isso significa que: o preço deve ter validade perante a sociedade; seu preço se modifica conforme se alteram as condições objetivas e subjetivas da produção; e, por fim, o preço médio corresponde à existência de preços menores e maiores que essa média. Essas três decorrências para a acumulação capitalista não podem ser discutidas no presente nível de abstração e generalidade, mas elas serão importantes quando se procurar compreender a constituição das particularidades da produção capitalistas nas diversas FSP e mesmo dentro delas.

Capital variável, capital constante e mais-valor constituem uma relação entre trabalhadores com o produto de seu trabalho, sob o comando do capital, e são as categorias centrais para o desenvolvimento da produção capitalista. A relação entre o mais-valor e o capital variável corresponde ao grau de valorização que este último consegue imprimir ao processo produtivo, relação essa que Marx chamou de *taxa de mais-valor*⁶⁴. Na sua busca incessante para aumentar a quantidade de valores de uso produzidos em um mesmo período de tempo, o capital procura crescentemente incorporar a maquinaria no processo produtivo, como forma de reduzir o valor por unidade de mercadoria⁶⁵. Isso provoca uma mudança na composição do capital empregado no processo produtivo onde tendencialmente se verifica um aumento mais que proporcional da parte constante do capital em detrimento da parte variável. A razão entre a quantidade de valor do capital constante sobre a quantidade de valor incorporada como capital variável, Marx chamou de *composição orgânica do capital*.

Elevação da taxa de mais-valor e aumento da composição orgânica do capital são os motores da produção e reprodução especificamente capitalista e ensejam contradições próprias. Como visto, todas as formas de produção social têm que se reproduzir, isto é, as pré-condições que tornaram possíveis a produção devem ser também resultados do processo produtivo. A peculiaridade da produção capitalista, frente aos demais modos de produção, está na sua orientação pela produção de valores de troca, e não de valores de uso, no confronto *crescente* do trabalhador com o produto de seu trabalho⁶⁶. Não basta apenas o capitalista obter, ao final do processo de produção e de circulação, o mais-valor e auferir o seu lucro⁶⁷. O capitalista, por mais

⁶⁴ “Essa valorização proporcional do capital variável ou da grandeza proporcional da mais-valia, eu chamo de taxa de mais-valia” (MARX, 1985a, p. 175/176).

⁶⁵ “(...) el objetivo de la maquinaria empleada por el capital. Al igual que todo otro desarrollo de la fuerza de productiva del trabajo, la maquinaria debe abaratar las mercancías y *reducir* la parte de la jornada laboral que el obrero necesita para sí, *prolongando*, de esta suerte, la otra parte de la jornada de trabajo, la que el obrero cede gratuitamente al capitalista. Es un medio para la producción de *plusvalor*” (MARX, 1988, p. 451, destaque do autor).

⁶⁶ “O capital não inventou o mais-trabalho. Onde quer que parte da sociedade possua o monopólio dos meios de produção, o trabalhador, livre ou não, tem de adicionar ao tempo de trabalho necessário à sua autoconservação um tempo de trabalho excedente destinado a produzir os meios de subsistência para o proprietário dos meios de produção (...) É claro, entretanto, que se numa formação sócio-econômica predomina não o valor de troca, mas o valor de uso do produto, o mais-trabalho é limitado por um círculo mais estreito ou mais amplo de necessidades, *ao passo que não se origina nenhuma necessidade ilimitada por mais trabalho do próprio caráter da produção*” (MARX, 1985a, p. 190, destaque nosso)

⁶⁷ “El capitalista que produce el plusvalor, es decir, el que directamente succiona de los obreros trabajo impactado y lo fija en mercancías, es por cierto el primer apropiador, pero en modo alguno el propietario último de ese plusvalor.

esbanjador que seja, não pode converter todo esse lucro em renda individual. O capitalista, ao corporificar o capital global, é condicionado a reservar uma parte do lucro e reiniciar o processo produtivo⁶⁸. E mais, impulsionado pela concorrência intercapitalista, ele deve reiniciar o processo de produção com mudanças quantitativas e qualitativas.

Supondo uma composição orgânica do capital e uma taxa de mais-valor constantes, o crescimento do capital implica num crescimento da sua parcela variável, dado a elevação dos meios de produção. Dessa forma, com o aumento da escala de produção originada pela introdução do capital constante, as necessidades de acumulação de capital podem encontrar uma quantidade insuficiente de força de trabalho, onde a maior demanda por trabalho conduz à elevação dos salários. Contudo, o aumento dos salários, ou diminuição quantitativa do trabalho não-pago, não pode avançar para além de um ponto em que ameaça o sistema, no que se refere ao montante de lucro da economia. Isso porque, com a queda do lucro, a causa desse decréscimo, ligada à desproporção entre capital e força de trabalho, desaparece. A lei geral de acumulação capitalista, enquanto relação entre capital, acumulação e taxa de salário, é uma relação entre trabalho não-pago e trabalho pago, onde a elevação do preço do trabalho permanece, portanto, confinada em limites estreitos que deixam inalterados os aspectos fundamentais do sistema capitalista.

Até o momento foi suposta uma composição constante do capital, porém, o caráter expansivo do sistema ultrapassa qualitativamente esse limite, onde o desenvolvimento da produtividade do trabalho se torna a mais poderosa alavanca da acumulação. A introdução de uma maior quantidade de meios de produção conduz a um decréscimo relativo da quantidade necessária de força de trabalho utilizada para colocá-los em movimento⁶⁹, ainda que em termos absolutos o capital variável se

Posteriormente tiene que compartirlo con capitalistas que desempeñan otras funciones en el conjunto de la producción social, con los terratenientes, etc. El plusvalor, pues, se escinde en varias partes. Sus fracciones corresponden a diversas categorías de personas y revisten formas diferentes e independientes entre sí, como ganancia, interés, ganancia comercial, renta de la tierra, etc." (MARX, 1988 p. 691/692).

⁶⁸ "Tampoco importa nada el que la reproducción en escala ampliada, la acumulación, sustituya a la reproducción simples. En el caso de ésta, el capitalista gasta el plusvalor en su totalidad; en el caso de aquélla, el capitalista da pruebas de sus virtudes cívicas consumiendo tan sólo una parte y transformando el resto en dinero" (MARX, 1988, p. 723).

⁶⁹ "Bajo condiciones en lo demás iguales, la magnitud del plusvalor producido y por tanto la acumulación están determinadas, en último término, por la magnitud del capital adelantado. Al acrecentar-se el capital global crece

expanda. Esse capital adicional introduzido sob a forma de meios de produção expande a escala de produção capitalista e reduz os custos unitários, o que resulta num aumento do capital constante e do variável (novamente, apesar deste se verificar numa proporção menor). Isso evidencia que toda acumulação de capital é um meio para uma maior acumulação de capital ou, em outras palavras, um meio para a *concentração do capital*.

Com o desenvolvimento do modo de produção capitalista baseado na concentração de capital cresce o tamanho mínimo do capital individual necessário para conduzir um ramo produtivo. Assim, diferentes capitais individuais com diferentes composições orgânicas, ao se confrontarem individualmente no mercado, resultam num movimento de centralização: os capitais com maior composição orgânica ao baratarem as mercadorias inviabilizam a reprodução daqueles de menor composição, centralizando a distribuição dos capitais existentes. Dessa forma, a centralização complementa a obra da acumulação, ao colocar os capitalistas industriais em condições de expandir mais rapidamente a escala de suas operações pela expropriação de outros capitalistas. Por fim, a centralização é impulsionada pela concorrência, ao intensificar o confronto entre capitais individuais, e pelo sistema crédito, ao dirigir recursos monetários esparsos para as mãos dos capitalistas em um nível correspondente ao exigido pela composição orgânica do capital.

Mas concentração e centralização de capital não significam que a acumulação de capital se processe ininterruptamente. Em linhas gerais, o modo de produção capitalista é acometido por crises de acumulação devido a uma série de fatores, sobretudo pela *tendência decrescente da taxa de lucro*⁷⁰. Dada uma taxa de mais-valia, a acumulação de capital ao conduzir a um maior crescimento proporcional

también su parte constitutiva variable, aunque no en la misma proporción. Cuanto mayor sea la escala en que produzca el capitalista individual, tanto mayor será el número de obreros que explote simultáneamente, o la masa del trabajo impago de la que se apropia. Por consiguiente, cuanto más se acreciente el capital individual, tanto mayor será el fondo que se divide en fondo de acumulación y fondo de consumo. El capitalista, por tanto, puede vivir más pródigamente y al mismo tiempo “abstenerse” más” (MARX, 1988, p. 753).

⁷⁰ “Si suponemos además que esta modificación gradual en la composición del capital ocurre no sólo en esferas aisladas de la producción, sino, en mayor o menor grado, en todas las esferas de la producción, o cuando menos en las decisivas, es decir que dicha modificación encierra transformaciones en la composición orgánica media del capital global perteneciente a una sociedad determinada, entonces este paulatino acrecentamiento del capital constante en relación con el variable debe tener necesariamente por resultado una *baja gradual en la tasa general de ganancia*, se si mantienen constantes la tasa del plusvalor o el grado de explotación del trabajo por parte del capital” (MARX, 1976, p. 270)

da sua parte constante (como visto, para reduzir o custo unitário da mercadoria) resulta numa queda da taxa de lucro, uma vez que a taxa de lucro é a razão entre o mais-valor e o total do capital utilizado no processo de produção (capital constante e capital variável). Mas isso somente opera como uma tendência, pois o capital utiliza mecanismos específicos para tentar neutralizar essa queda. Esses mecanismos passam, primordialmente, pelo aumento da taxa de mais-valor e pela expansão geográfica da acumulação de capital.

Com base em Harvey (2005) e Shaikh (1988), a acumulação de capital pressupõe um excedente de força de trabalho, de meios de produção disponíveis para expansão e um aumento da esfera mercantil para absorver o aumento da produção⁷¹. A superação da crise de acumulação, nesse sentido, deve corresponder, objetivamente, a um novo processo de produção, em um nível superior, através de: um aumento da produtividade do trabalhador; redução do salário; expansão do capital para outros setores de menor composição orgânica do capital (principalmente por meio do Estado); e, ampliação da demanda por mercadorias. Os três primeiros mecanismos dizem respeito a mudanças na taxa de mais-valor (geral ou diferentemente pelos setores). O quarto *ênfatisa* a questão da expansão geográfica do capital, onde o aumento do comércio exterior e exportação de capital, exigidos pela acumulação de capital, mudam a organização espacial dos territórios.

Isso não quer dizer que o espaço é apenas “mais um” dos mecanismos utilizados pelo capital para reverter as tendências contraditórias da acumulação capitalista. Isso negaria a própria concepção de espaço enquanto uma produção social pela permanente transformação da natureza. Homem e natureza são os criadores originários do produto e do capital e sua exploração torna-se uma condição fundamental para qualquer produção capitalista⁷². Nesse sentido, a acumulação de capital, os

⁷¹ Mantida a taxa de mais-valor, a tendência de redução da taxa de lucro é compensada, quanto à massa de lucro, pelo maior poder de mercado do capitalista já que o aumento do capital constante promove uma redução dos custos unitários o que o torna em melhor condição de concorrência.

⁷² Nesse longo trecho, Marx (1988, p. 746/747, destaque nosso) ressalta como a exploração do homem e da natureza, além de ser a origem material do capital, é utilizada permanentemente por ele na ampliação da produção especificamente capitalista, mesmo no caso em que não se verifica um aumento proporcional de parte do capital constante: “Aunque en todos los ramos industriales la parte de capital constante compuesta en medios de trabajo tiene necesariamente que bastar para emplear a cierto número de obreros, determinado por la magnitud de la inversión, de ninguna manera es necesario que esa parte crezca siempre en la misma proporción en que la hace la cantidad de trabajo ocupado. Supongamos que en una fábrica trabajan cien obreros suministrando, con la jornada de

mecanismos para reverter suas crises, enfim, toda a produção material sob o capital só se concretiza pela transformação do espaço. Se até este momento da exposição se prescindiu da dimensão espacial, é porque se tratava, então, de um diferente plano de análise, na tentativa de expor abstratamente a *totalidade* da produção capitalista. Ainda dentro do propósito de promover uma investigação da realidade, o foco agora deve ser como que a acumulação de capital adquire concreitude pela transformação do espaço.

Como visto, se há uma unidade dialética entre força de trabalho e meios de produção, se a força de trabalho é categoria primordial da produção capitalista, se a força de trabalho só se torna disponível pela produção e reprodução da relação de produção assalariada e se a relação de produção possui uma correspondência material com o espaço, a produção capitalista é o permanente movimento de construção do espaço social. Esse movimento, contudo, não é aleatório, ele reflete os determinantes históricos de cada sociedade no sentido de formar uma organização espacial própria, no caso presente, uma organização espacial capitalista.

Com base em Correa (2000), o espaço aparece, inicialmente, como a diferente utilização do território pelos homens. Cada *forma* de utilização da terra define certas áreas em um aspecto visível e imediato. Mas forma é apenas a aparência

ocho horas, 800 horas de trabajo al día. Si el capitalista quiere aumentar en la mitad esta suma de horas de trabajo, puede meter a trabajar 50 obreros más, pero esto le obliga a desembolsar un nuevo capital, no sólo para pagar los salarios, sino también para adquirir medios de trabajo. Sin embargo, puede hacer que los cien obreros antiguos trabajen 12 horas en vez de 8, en cuyo caso le bastará con los medios de trabajo ya existentes; ocurrirá tan sólo que éstos se desgastarán con mayor rapidez. De esta manera, el trabajo adicional generado por una mayor tensión de la fuerza de trabajo puede acrecentar el plusproducto y el plusvalor, esto es, la sustancia de la acumulación, sin un incremento proporcional de la parte constante del capital. (...) En la industria extractiva, en las minas por ejemplo, las materias primas no forma parte del adelanto de capital. El objeto de trabaja no es aquí producto del trabajo precedente, sino gratuito obsequio de la naturaleza. Es lo que acontece con el cobre en bruto, los minerales, el carbón de bulla, la piedra, etc. (...) *Pero si todas las demás circunstancias son iguales, la masa y el valor del producto aumentarán en razón directa del trabajo empleado. Como en el primer día de la producción, convergen aquí el hombre y la naturaleza, esto es, los creadores originarios del producto, y por tanto los creadores también de los elementos materiales del capital. Gracias a la elasticidad de la fuerza de trabajo, el dominio de la acumulación se ha ensanchado sin que se operara un incremento previo del capital constante.* (...) En la agricultura, es imposible expandir la tierra cultivada sin un adelanto de simientes y abonos adicionales. Pero, una vez efectuado este adelanto, el laboreo puramente mecánico del suelo ejerce un efecto prodigioso sobre el carácter masivo del producto. De esta manera, una cantidad mayor de trabajo, suministrada por el mismo número de obreros, acrecienta la fertilidad sin exigir un nuevo adelanto de los medios de trabajo. Se trata aquí, una vez más, *de la acción inmediata del hombre sobre la naturaleza, acción que deviene, sin injerencia de un nuevo capital, en fuente directa de una mayor acumulación.* (...) Por último, en la industria propiamente dicha todo gasto adicional de trabajo presupone el correspondiente gasto adicional de materias primas, pero no necesariamente de medios de trabajo. Y como la industria extractiva y la agricultura suministran a la industria fabril sus propias materias primas y las de sus medios de trabajo, ésta se beneficia también con el suplemente de productos por aquéllas sin necesidad de ningún capital suplementario o adicional. (...) Resultado general: el capital, al incorporarse los dos creadores originarios de la riqueza – la fuerza de trabajo y la Tierra – adquiere una fuerza expansiva que le permite extender los elementos de su acumulación más allá de los límites aparentemente fijados por su propia magnitud, límites trazados por el valor y la masa de los medios de producción ya producidos en los que el capital tiene su existencia”

espacial de um fenômeno, ou seja, a sua existência concreta se deve à *função* que ele adquire enquanto uma atividade desenhada a um objetivo. Por sua vez, forma e função obedecem a uma dada *estrutura* de natureza socioeconômica, que não apresenta exterioridade imediata-sensível, mas dá objetividade à forma e à função. Essa estrutura, na sua manutenção, contém ações continuadas, ou seja, *processos* que garantem o movimento da estrutura no tempo e espaço. Assim, as formas espaciais concretas são o resultado dessa concatenação de categorias.

A partir dessas categorias, ainda com base em Correa (1989), a organização espacial capitalista diz respeito à utilização sob determinadas formas do território por parte das classes e das frações de classes, enquanto estrutura da sociedade. O que em um primeiro momento aparece como um espaço fragmento, na verdade, possui uma articulação intrínseca às funções que essas formas espaciais adquirem nos processos tipicamente capitalistas. O processo de produção capitalista, a concentração, centralização do capital, as condições de realização do mais-valor, a massa-salarial utilizada, a circulação de mercadorias, a divisão social do trabalho, todos esses processos têm como base o estabelecimento e criação de relações espaciais.

Relações espaciais que não apenas refletem a estrutura e os aspectos ideológicos da sociedade, mas também, tornam-se condicionantes do movimento de reprodução da sociedade. O capital no processo de acumulação precisa de novas terras, de circular um maior conjunto de mercadorias a um menor tempo, de reproduzir a força de trabalho de acordo com as condições técnicas, etc., necessidade que exige a construção do espaço social com base em formas espaciais previamente estabelecidas. Evidentemente, a perspectiva de objetivação desses processos em novas formas espaciais é marcada por conflitos e recriação de novas desigualdades socioespaciais.

Ainda assim, a abordagem da organização espacial por meio dessas categorias é insuficiente para mediar a particularidade da produção espacial dentro do movimento de acumulação de capital, e o conceito de FSP permite superar essa limitação ao incorporá-las metodologicamente dentro da teoria marxista. Na tentativa de captar a particularidade entre e dentro as sociedades inseridas no modo de produção capitalista, as categorias de forma, de função, de processo e de estrutura devem ser utilizadas circunscritas ao momento de *exposição* da pesquisa, e não no de

investigação. Não se pode apenas partir delas para compreender a especificidade da organização espacial porque elas constituem o próprio resultado dessa especificidade. Em outras palavras, tomá-las *imediatamente* como ponto de partida e de chegada da investigação não fornece o método cientificamente correto, pois conduz a eleição arbitrária de determinados critérios analíticos na mediação entre elas.

Como categorias sociais, forma, função, processo e estrutura da organização espacial constituem uma parte dialeticamente relacionada a uma totalidade estrutural. Totalidade estrutural que – como visto no primeiro capítulo pela lei geral das FES – passa por uma determinada forma de produção histórica a qual influencia as demais produções e relações dos indivíduos. Assim, as categorias da organização espacial auxiliam no processo analítico de concretização da produção capitalista, mas não podem ser autonomizadas frente às condições históricas próprias da produção social em geral. É esta que dará o sentido e a historicidade objetiva da organização espacial.

A concepção de produção social e seu processo de concretização no espaço pela relação de produção permitem, finalmente, evidenciar o conceito de formação socioespacial. A formação socioespacial é especificidade que a produção social apresenta dentro do movimento em unidade do modo de produção. Especificidade que não nega a unidade, mas é sua forma de manifestação concreta; é a diversidade dentro da unidade. Nesse sentido, o particular de cada formação socioespacial, metodologicamente, é capturado pela relação de produção, pelas condições históricas que permitam que ela se reproduza para garantir a força de trabalho apta à produção social em questão. Como visto, a reprodução da relação de produção, nos seus aspectos concretos, é a contínua transformação da natureza, construção do espaço social.

No caso do modo de produção capitalista, a produção da vida material pelo capital, no seu propósito de ampliar o mais-valor, corresponde a particulares formas de produção capitalista, condições essas que possuem espacialmente singularidades. Isso significa formas peculiares de reprodução da força de trabalho, relacionadas a uma miríade de condições históricas e sociais⁷³ nos respectivos espaços. A diversidade e

⁷³ Mesmo quando circunscrita à relação de produção assalariada, essa diversidade de formas concretas é importante, ainda que subestimada pela ciência social: “O *salário* mesmo adota a su vez *formas sumamente*

singularidade das relações de produção na constituição da força de trabalho da produção capitalista, ao invés de negarem, reafirmam a potencialidade da teoria marxista. Trata-se de diferentes escalas de análise a partir do movimento contraditório do capital. Segundo Rosdolsky (2004), a ênfase de Marx no desenvolvimento geral da relação de capital em sua forma pura não invalida questões concretas da força de trabalho, como é o caso do rebaixamento do salário abaixo da força de trabalho, o prolongamento da jornada de trabalho além das condições sociais normais ou mesmo a existência coetânea de diversas relações de produção. Como esses métodos⁷⁴ concretamente se manifestam devem ser vistos, por um lado, diante das determinações abstratas do modo de produção capitalista e, por outro, nas suas especificidades em cada FSP⁷⁵.

Esse é o caso das economias latino-americanas que, historicamente, são vinculadas ao modo de produção capitalista através da manutenção da superexploração da força de trabalho. Esta marca, indelevelmente, a reprodução de relações de produção no continente e, assim, a maneira pela qual a FSP se reproduz⁷⁶. Como será visto, a singularidade dos países do continente no movimento total do modo de produção capitalista pode ser compreendida, então, como uma *formação socioespacial dependente*.

A categoria de superexploração do trabalho foi desenvolvida por Ruy Mauro Marini (2005), em *Dialética da dependência* publicado em 1973, para explicar as especificidades em torno do processo de reprodução do capital na América Latina diante do fenômeno que a CEPAL chamava de deterioração dos termos de troca. Com

variadas, una circunstancia que no es reconocible en los compendios económicos, los cuales, con su tosco interés por lo material, no prestan atención alguna a las diferencias formales" (MARX, 1988, p. 661, destaque do autor).

⁷⁴ Métodos esses que, segundo Rosdoslky (2004), seriam originalmente tratados por Marx num dos livros d' *O Capital* intitulado *trabalho assalariado*.

⁷⁵ Rosdoslky (2004, p. 88) enfatiza a existência desses métodos de exploração em regiões específicas do modo de produção capitalista no seguinte trecho: "Por cierto que estos métodos aún se emplean actualmente en toda brutalidad en las regiones capitalisticamente 'subdesarrolladas' (como ejemplo en América Central y del Sur, así como en Asia y África)".

⁷⁶ "É a partir desse momento que as relações da América Latina com os centros capitalistas europeus se inserem em uma estrutura definida: a divisão internacional do trabalho, que determinará o sentido do desenvolvimento posterior da região. Em outros termos, é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida" (MARINI, 2005, p. 141)

a independência política formal obtida pelos países do continente e o desenvolvimento da acumulação capitalista pela grande indústria nos países centrais, a economia primário-exportadora latino-americana passa a integrar uma divisão internacional do trabalho onde o comércio internacional é pautado pelas chamadas *trocas desiguais*.

Em linhas gerais, a essência desse fenômeno está nas contradições crescentes de uma acumulação de capital comandada pelo centro do sistema a qual passa a gravitar em torno da produção mais-valor relativo⁷⁷. O aumento de produtividade por trabalhador ao exigir a incorporação crescente de capital constante (máquinas, ferramentas, matérias-primas), reduz tendencialmente, como visto, a taxa de lucro. A contraposição a esse fenômeno pelas economias centrais passou, por um lado, pela tentativa de redução do preço de parte das mercadorias constituintes do capital constante (como as matérias-primas importadas da América Latina), e, por outro, pela produção de mais-valor relativo, onde a redução do valor do capital variável foi possível pelo barateamento das mercadorias que ingressam no consumo da força de trabalho (como os alimentos importados). Assim, a América Latina contribuiu para essa forma de expansão capitalista no centro nos dois sentidos, o que resultou na ampliação de transferência de valor em favor das nações do centro. A transferência de valor pelo comércio internacional é mais uma manifestação da posição dependente dos países periféricos, no sentido de que a expansão e diversificação das economias nacionais são condicionadas pelo desenvolvimento das economias dos países centrais (DOS SANTOS, 1975).

Na prática, existem diversos mecanismos econômicos (e extra-econômicos) que permitem a transferência de valor entre capitais individuais: seja pela discrepância entre preços de mercado e de produção; seja pela diferença de produtividade dentro de

⁷⁷ “Denomino *plusvalor absoluto* al producido mediante la *prolongación* de la jornada laboral; por el contrario, al que surge de la *reducción* del tiempo de trabajo necesario y del consiguiente cambio en la *proporción de magnitud* que media entre ambas partes componentes de la jornada laboral, lo denomino *plusvalor relativo*. (...) Para abatir el *valor de la fuerza de trabajo*, el acrecentamiento de la fuerza productiva tiene que hacer presa en los ramos industriales cuyos productos determinan el valor de la fuerza de trabajo, y que por tanto pertenecen al ámbito de los medios de subsistencia habituales o pueden sustituirlos. Pero el valor de una mercancía no se determina solamente por la cantidad de trabajo que le confiere su forma definitiva, sino también por la masa de trabajo contenida en sus *medios de producción*. (...) El incremento de la fuerza productiva y el consiguiente abaratamiento de las mercancías en aquellas industrias que suministran los elementos materiales del capital *constante*, los medios de trabajo y el material de trabajo para la producción de los medios de subsistencia imprescindibles, abaten asimismo, pues, el valor de la fuerza de trabajo. Por el contrario, en los ramos de la producción para elaborarlos, la fuerza productiva acrecentada no afecta el valor de la fuerza de trabajo” (MARX, 1988, p. 383, destaque do autor).

um mesmo setor de produção, ou pela diferença de produtividade entre os setores. Os dois últimos mecanismos constituem diferentes composições orgânicas do capital que proporcionam àqueles com maior composição uma transferência de valor em seu benefício durante o processo de equalização da taxa de lucro (MARINI, 1979). A questão não está tanto na existência desse fenômeno, sintomático dentro do modo de produção capitalista, mas na dimensão que ele ganha na América Latina ao estruturar a produção social e, assim, as relações de produção no continente.

Como observa Marini (2005, p. 162), a contradição do desenvolvimento capitalista a partir de meados do séc. XIX está no distinto movimento material das forças produtivas e das relações de produção entre os países do centro e da periferia. Nos primeiros, como visto, a grande indústria comanda a acumulação de capital pelo contínuo aumento de produtividade da força de trabalho. A consequência disso durante o ciclo do capital nas economias centrais se encontra numa adequação do consumo individual do trabalhador ao consumo produtivo da força de trabalho. Crescentemente a realização da produção (ampliada pela maior produtividade) conta com a incorporação do consumo dos trabalhadores na criação de uma demanda adequada ao maior nível de produção. É este, pois, o sentido geral conferido à reprodução das relações de produção nos países do centro nesse período, onde esse maior nível de consumo não foi conquistado sem uma série de conflitos de classes e confinado aos limites estabelecidos pela produção de mais-valor em termos relativos. Contraditoriamente, a ampliação do consumo dos trabalhadores dos países do centro, dentro de um sistema dinâmico pautado pela maior produtividade do trabalhador, só foi possível pela manutenção de relações comerciais específicas com os países periféricos, as quais redefiniram as relações de produção no continente⁷⁸.

Na América Latina (caracterizada por uma produção primário-exportadora adequada à divisão do trabalho de então) a reprodução das relações de produção possui outro sentido. Incapaz de incorporar o progresso técnico dentro do sistema centro-periferia, o processo de produção nas atividades primárias era intensivo em força

⁷⁸ “As circunstâncias que permitem elevar ali os salários reais, a partir da segunda metade do século 19, às quais não é estranha a desvalorização dos alimentos e a possibilidade de redistribuir internamente parte do excedente subtraído das nações dependentes, ajudam, na medida em que ampliam o consumo individual dos trabalhadores, a se contrapor às tendências desarticuladoras que atuam no nível da circulação” (MARINI, 2005, p. 169).

de trabalho, ou seja, com uma baixa composição orgânica do capital, o que implicava na permanente transferência de valor em favor das economias centrais, conforme descrito. Para fazer frente a essa transferência, as relações de produção típicas do período primário-exportador lançavam mão da escravidão e da servidão, as quais permitiam uma compressão do consumo trabalhador e assim, uma maior taxa de mais-valor. O fato de que essas relações de produção, sobretudo a escravidão, entraram em crise em meados do XIX e foram substituídas em alguns países como o Brasil por relações de trabalho livre, não muda a natureza das relações. O assalariamento utilizado posteriormente na produção primário-exportadora foi possibilitado, por um lado, pela negação do trabalhador do acesso a terra, e, por outro, pela capacidade de reduzir consumo da classe trabalhadora pela vigência de baixos salários, onde a oferta elevada de trabalhadores auxiliava nesse sentido.

Contudo, a manutenção de baixos salários para aumentar a taxa de mais-valor não foi o único mecanismo utilizado pelos capitalistas da periferia para fazer frente à transferência de valor. O aumento da produção primário-exportadora exigia – diferentemente dos países centrais que passava por aumento da capacidade produtiva – uma maior exploração do trabalhador através do prolongamento e da intensidade da jornada de trabalho juntamente à conversão de uma parte do fundo de consumo força de trabalho em fundo de consumo do capital. Nesses três mecanismos compensatórios negam-se as condições de reposição do desgaste da força de trabalho. Consequentemente, ela é sistematicamente remunerada, nos países dependentes, abaixo do seu valor, no que Marini (2005) denominou de *superexploração da força de trabalho*⁷⁹.

A superexploração da força de trabalho nas economias periféricas resultou num distinto ciclo do capital em comparação ao dos países centrais. Uma vez que a produção primário-exportadora dependia do comportamento da demanda externa, o consumo do trabalhador não determina a realização do produto e, assim, a exploração

⁷⁹ Marx (1985a, p. 250), no seguinte trecho, ressalta a importância dessa violação do valor da força de trabalho: "(...) esse resultado somente seria obtido mediante a compressão do salário do trabalho abaixo do valor de sua força de trabalho (...) [ao dispor de] menos meios de subsistência do que antes, e assim a reprodução de sua força de trabalho só se dá de maneira atrofiada. O mais-trabalho neste caso apenas seria prolongado por ultrapassar seus limites normais, seu domínio só se expandiria usurpando parte do domínio do trabalho necessário. Apesar do papel importante que esse método desempenha no movimento real do salário, ele é aqui excluído pelo pressuposto de que as mercadorias, inclusive portanto a força de trabalho, sejam compradas e vendidas a pleno valor".

acentuada do trabalhador não inviabiliza o processo de produção, desde que se verificasse uma contínua disponibilidade de força de trabalho. Por sua vez, a elevada taxa de mais-valor auferida pelos capitalistas periféricos permitia o estabelecimento de um nível de consumo destes últimos sem contrapartida da produção interna, através de importação de bens finais dos países do centro. Estabelece-se assim uma “estratificação do mercado interno”: uma esfera baixa destinada aos trabalhadores e seu reduzido nível de consumo; e uma esfera alta das elites cuja demanda individual era assistida pelas importações (MARINI, 2005, p. 165).

A manutenção dessa estrutura da economia primário-exportadora condicionou posteriormente a dinâmica econômica dos países periféricos. Os padrões de acumulação que surgiram historicamente, apesar da transformação socioeconômica que promoveram, tiveram como base, de maneira recorrente, a violação do valor da força de trabalho (OSORIO, 2009). O crescimento industrial de alguns países periféricos a partir de meados da década de 1920 está enquadrado nessa situação. Para evidenciar como a superexploração se torna a categoria fundamental das economias latinoamericanas, cabe descrever, em linhas gerais, as características e os limites da industrialização periférica até a década de 1950. É a partir de então que a indústria se torna o principal setor dinâmico daqueles países que mais avançaram nesse processo, ainda que tenha significado um aprofundamento da relação de dependência.

Até início da década de 1920, segundo Marini (2005), as incipientes indústrias que surgem estavam ligadas à produção e à exportação de bens primários (têxteis, alimentos, bens intermediários simples). É somente com o longo período de crise mundial no entre guerras que há um paulatino deslocamento do eixo de acumulação para o setor industrial. As dificuldades de exportação e de importação e uma política econômica adotada no sentido de manter o nível de renda interno permitiram que parte da demanda da esfera alta do mercado interno fosse disponibilizada por segmentos industriais nacionais (CANO, 1998).

Contudo, a diversificação da industrialização para outros segmentos, principalmente os da esfera baixa, era limitado pela vigência da superexploração. Enquanto que nos países centrais a maior produtividade do trabalho era seguida por um

aumento da demanda interna (consumo do trabalhador e do capitalista), nas economias dependentes o consumo individual era comprimido pelas condições impostas pelo setor exportador. Somado a isso, os determinantes da margem de lucro do capitalista industrial periférico limitava a expansão do mercado interno, por um lado, pelo grau de monopólio que permitia um aumento da margem de lucro e, por outro, por manter os baixos salários e assim elevar a taxa de exploração (o que foi facilitado, ainda, pela oferta crescente de força de trabalho disponibilizada pelos segmentos agropecuários em crise).

Diante dessas características, o aprofundamento do processo de industrialização periférica a partir dos anos de 1940 desenvolvia uma contradição própria. Ao não contar com o consumo popular, a realização da produção industrial não dependia do nível dos salários dos trabalhadores, e, assim, estava em função dos rendimentos dos capitalistas (industriais e agropecuários). A partir do momento que a demanda da esfera alta se encontrou no mesmo patamar da oferta industrial interna, o aumento da produção industrial só seria viável com a generalização do consumo de manufaturas. Para tanto, duas opções de natureza econômico-social distinta nesse período foram ensaiadas. Em primeiro lugar, buscou-se uma ampliação do consumo de camadas médias da população (que se beneficiavam da elevada taxa de mais-valor permitida pela superexploração). Posteriormente, no início dos anos de 1950 no caso do Brasil, tentou-se promover um aumento da produtividade para baratear as mercadorias. Essa segunda opção se fosse unicamente adotada conduziria a uma mudança do eixo de acumulação, da superexploração do trabalhador para aumento de capacidade produtiva (MARINI, 2005, p, 173).

Mas a opção por uma acumulação com base no aumento da capacidade produtiva não foi plenamente adotada pelos capitalistas periféricos, pois isso significaria – ao modificar a forma de produção e de destino do excedente nacional – um rompimento com os interesses das elites nacionais e dos países imperialistas que tinham na superexploração da força de trabalho a sua unidade. A solução do impasse da economia industrial dependente (crescimento industrial com restrição do mercado consumidor popular), em meados da década de 1950, se deu com a utilização crescente de tecnologia estrangeira, facilitada pela conjuntura política e econômica do

pós-guerra. Do ponto de vista dos países centrais, o crescimento dos setores industriais periféricos durante o período de desorganização da economia mundial tornou atrativo a exportação de capital. Mais do que isso, respondiam a necessidade dos setores de bens de capital do centro em renovar o capital constante pela exportação de máquinas e equipamentos tecnologicamente obsoletos. Esse impulso ao crescimento industrial periférico configurou-se, assim, numa nova divisão internacional do trabalho, onde as etapas inferiores da produção industrial (menor composição orgânica) são transferidas aos países dependentes, enquanto que o centro capitalista responde pelos segmentos mais avançados, com monopólio tecnológico (MARNI, 2005, p. 174).

Internamente, a introdução do progresso técnico sobre uma estrutura produtiva marcada pela superexploração da força de trabalho teve efeitos distintos daqueles presenciados nos países centrais. Isso porque os maiores aumentos de produtividade foram restritos aos setores dedicados à esfera alta de circulação. Como esses produtos não determinam o valor da força de trabalho, o aumento da taxa de mais-valia desses setores pode ser ampliado pela maior intensificação da jornada de trabalho, ou seja, o consumo da força de trabalho se encontra num nível acima do valor da sua reposição. Dessa forma, com a permanência de um mercado interno estratificado e da superexploração da força de trabalho, as novas bases técnicas não corresponderam a uma acumulação por meio de produção do mais-valor relativo, mas sim, a uma acumulação que contava com o aumento extensivo da massa de valor viabilizada por uma abundante oferta de força de trabalho⁸⁰. Conseqüentemente, ao aprofundar a produção baseada na superexploração, a realização da produção exacerbou a intervenção do Estado no total do gasto e a inflação como um processo de transferência de poder de compra dos trabalhadores para as elites e camadas médias.

Essa curta revisão da industrialização latinoamericana, em termos abstratos, procurou evidenciar o argumento central deste capítulo, qual seja, de que a relação de produção é a síntese da produção material das sociedades e sua reprodução, dialeticamente, mantém o sentido material, mas manifesta as condições objetivas da

⁸⁰ “(...) la masa del plusvalor producido es igual a la magnitud del capital variable adelantado multiplicada por la tasa del plusvalor, o bien se determina por la razón compuesta entre el número de las fuerzas de trabajo explotadas por el mismo capitalista y el grado de explotación de cada fuerza individual de trabajo” (MARX, 1988, p. 368, destaque do autor).

transformação durante o processo histórico. No caso dos países dependentes, as diversas relações de produção são conformadas pela superexploração da força de trabalho nacional no processo global de produção, com a remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor.

A categoria de superexploração se torna o elemento totalizante dos países dependentes. É através dela que se deve partir para compreender, num plano de análise abstrato, as relações dos países com o modo de produção capitalista como um todo. Mas a superexploração se manifesta também nos mais diversos aspectos concretos dos países dependentes. Concretude que advém, como visto, da contínua transformação do espaço social pela reprodução das relações de produção. Assim, a superexploração, ao conformar estruturalmente as relações de produção na América Latina pela reprodução da força de trabalho abaixo do seu valor, se torna a *lei geral das formações socioespaciais dependentes*⁸¹.

Com isso, a relação entre espaço e relação de produção adquire outro sentido nas regiões periféricas uma vez que o espaço é estruturado e transformado para garantir (com toda a sua complexidade e conflito) a reprodução da força de trabalho abaixo do seu valor⁸². É assim que se devem interpretar características secularmente presentes na sociedade latino-americana, e reproduzidas no seio do desenvolvimento capitalista dependente, tais como: forte presença de trabalhadores domésticos na sociedade; baixos salários; reduzida produtividade; presença de vários tipos (não-capitalistas) de relação de produção, principalmente nas faixas de fronteira agrícola; o uso de mutirão e outros tipos de autoconstrução, tanto nas áreas rurais

⁸¹ Em Marini (2005, p. 164) já se encontra a concepção de que os países latinoamericanos configuram uma formação social particular dentro do modo de produção capitalista: “A economia exportadora é, portanto, algo mais do que o produto de uma economia internacional fundada na especialização produtiva: é uma formação social baseada no modo capitalista de produção, que acentua até o limite as contradições que lhe são próprias. Ao fazê-lo, configura de uma maneira específica as relações de exploração em que se baseia e cria um ciclo de capital que tende a reproduzir em escala ampliada a dependência em que se encontra frente à economia internacional”. O que interessa ao presente estudo é como que as singularidades de uma formação social se concretizam. O ponto defendido é que esse movimento só pode ser feito pelo espaço, ou seja, mais do que uma formação social, trata-se de compreendê-la como uma formação socioespacial dependente.

⁸² Ao se ter em mente que a força de trabalho é uma mercadoria, cabe a seguinte afirmação: “O verdadeiro valor de uma mercadoria, porém, não é seu valor individual, mas sim seu valor social, isto é, não se mede pelo tempo de trabalho que custa realmente ao produtor, no caso individual, mas pelo tempo de trabalho socialmente exigido para a sua produção” (MARX, 1985a, p. 252). Assim, o valor da força de trabalho é historicamente determinado e abrange valores concretos díspares na sociedade, ainda que tenha um valor social médio. O espaço vai manifestar essa correspondência.

como nas urbanas; reduzidos e precários serviços públicos destinados aos trabalhadores; setor terciário “inchado, com baixos salários e crescimento horizontal”; a persistência histórica da exportação de produtos primários; desigualdade regional e segregação urbana. Todas essas características e seus desdobramentos concreto-espaciais (rural e urbano) persistem e se transformam dialeticamente à medida que o processo de acumulação com base na superexploração se desenvolve.

A superexploração, ao dar o sentido geral da produção material no continente, constitui a categoria totalizante da organização espacial nas FSP dependentes. Forma, função, processo e estrutura só adquirem objetividade se relacionadas à superexploração, pois é para garantir a permanência (conflituosa) da superexploração que as relações de produção são reproduzidas e, nesse processo, transformam o espaço social. Infelizmente, foge do objetivo desse estudo aprofundar esse argumento, o que exigiria a análise de fenômenos espaciais concretos. A investigação em curso procura contribuir precisamente nos procedimentos metodológicos necessários para compreender tais fenômenos, os quais devem ser submetidos dialeticamente ao movimento da FSP dependente. Nesse sentido, a construção do conceito de FSP dependente ainda não se encerrou.

Sem o entendimento de como operam as desigualdades espaciais, particularmente, *entre* os países constituintes da FSP dependente e de como que elas são recriadas, permanentemente, *dentro* de cada um deles não se pode analisar os fenômenos sociais no seu processo histórico. O conceito de FSP dependente deve avançar, assim, sobre as categorias de nação e região, objeto do próximo capítulo. Elas são as categorias mediadoras da forma de concretização da relação de produção nas FSP dependentes, ao condicionarem a superexploração pelo território.

Enquanto que em Marini (2005), de certa forma, os três mecanismos postos para superexplorar a força de trabalho são, primordialmente, executados pelo capital produtivo (agropecuário e industrial), a hipótese a ser trabalhada no capítulo seguinte é que além deste, outras frações de capital (imobiliário, bancário, comercial) na economia dependente permitem que a superexploração se torne a lei geral da acumulação dependente. Frações essas cuja principal característica – diante dos limites postos ao

desenvolvimento capitalista dependente – é o controle político sobre o território e sobre o Estado Nacional, desde sua gênese.

No curso do processo metodológico de apropriação da realidade pelo pensamento, trata-se agora de realizar o “movimento de volta”, ou seja, o de concretização do conceito de FSP dependente.

3. FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DEPENDENTE: NAÇÃO E REGIÃO

O objetivo do capítulo anterior foi desenvolver, a partir da teoria marxista, o conceito de formação socioespacial (FSP). Como visto, enquanto o modo de produção compreende, abstratamente, uma unidade histórica presente na apropriação social da natureza pelos homens nos seus aspectos objetivos e subjetivos, a FSP é a variedade que essa forma social de apropriação, concretamente, pode assumir. O particular de cada FSP, frente ao geral do modo de produção, se encontra nas condições históricas próprias da produção social, condições que são sintetizadas nas relações de produção em sua existência material e na transformação do espaço para garantir a reprodução da sociedade.

No caso da América Latina, na sua vinculação com o modo de produção capitalista, a reprodução das relações de produção tem como sentido – que constitui, por sua vez, o resultado de um processo histórico próprio – a manutenção da superexploração da força de trabalho, isto é, a remuneração da força de trabalho abaixo do valor necessário para a sua produção. Assim, a superexploração, objetivada pelas relações de produção, se torna a *lei geral das formações socioespaciais dependentes* e o espaço manifestará essa condição específica de transformação da natureza.

O conceito de FSP dependente permite, dessa forma, compreender as especificidades e a articulação de fenômenos socioespaciais nos países latino-americanos dentro do modo de produção capitalista. Ao manter e desenvolver sua correspondência com a teoria marxista, a utilização do conceito de FSP em investigações empíricas se distingue daquela usualmente feita pelos geógrafos a qual parte da abordagem de Milton Santos (1979) e reproduz, assim, as suas insuficiências metodológicas. Uma breve exposição dessas abordagens ressalta a importância da vinculação da FSP com a teoria marxista, bem como, a necessidade de desenvolver metodologicamente a FSP preservando essa vinculação, o que é o objeto deste capítulo.

Como visto no primeiro capítulo, Santos (1979) ressalta as especificidades das FES no modo de produção pela concretização dos determinantes históricos sobre o

território enquanto formas sociais particulares. Assim, o espaço, como categoria determinada e determinante das atividades da produção social, é a mediação por excelência das dimensões abstratas e concretas do desenvolvimento do modo de produção. A FSP configura-se, então, como a expressão particular da unidade histórica entre espaço e sociedade. Se, por um lado, Milton Santos ao incorporar o espaço nas FES fornece uma maior capacidade analítica ao conceito de FSP, por outro, ao não desenvolvê-lo a partir da teoria social que o originou (o marxismo)⁸³, incapacitou metodologicamente a utilização da FSP na compreensão das transformações pelas quais uma sociedade, em várias dimensões, sofre no desenvolvimento do modo de produção. A limitação decorre do fato de que um conceito faz parte de uma série de procedimentos metodológicos utilizados pelo pensamento para se apropriar do movimento do real, dentro de uma teoria social. Apartá-lo desta significa corromper seu conteúdo e limitar as investigações concretas⁸⁴.

Com base em Reis (2000) e Milton Santos (1979), é possível afirmar que a FSP, para este último, na verdade, nem se configura como um conceito propriamente dito, mas sim, um “recurso analítico” para tratar as especificidades do espaço nas FES a partir de três propriedades selecionadas no curso do debate marxista da década de 1970: o caráter indissociável do concreto; a evolução diferencial das sociedades; e a unidade entre as diversas esferas sociais. Reis (2000, p. 64) prontamente agrega que essas propriedades elencadas não são excludentes e nem únicas, ou seja, “a elas outras, que não foram destacadas, estão associadas”. Por essa forma peculiar de tratar a FSP, fica a seguinte questão: qual a serventia de um “recurso analítico” que reúne determinadas “propriedades principais”, mas que a elas podem se adicionar outras, desde que destaquem o espaço? E mais, qual o critério para se eleger essas propriedades e como articulá-las com a produção social como totalidade? Essas questões explicitam uma frequente confusão sobre como conceber teoricamente a FSP

⁸³ “Milton Santos, ao evidenciar a relação inextricável entre esta categoria e a dimensão espacial quando da elaboração do conceito de formação espacial, não recorre a uma definição específica da categoria marxiana FES. Mais apropriado é reconhecer que esse autor, então, recorre a várias definições, ou melhor, a várias propriedades que fornecem mais um sentido operacional do que uma definição para a categoria FES. Fundindo distintos aspectos atribuídos ao conceito, esse autor recorre a fontes que pertencem a diferentes contextos em que a categoria foi desenvolvida” (REIS, 2000, p. 61/62).

⁸⁴ A menos que este conceito se vincule organicamente a outra teoria social, o que não é caso.

e FES. Ora são denominadas como categorias, ora como conceitos, tudo isso em meio a várias terminologias, sem precisão⁸⁵.

Como lembra Carcanholo (2013, p. 78), um conceito está associado à prévia construção idealista do conhecimento baseada em um sistema lógico que procura apreender a realidade. Conforme visto no primeiro capítulo, o marxismo é a teoria social que investiga a realidade segundo uma concepção materialista da história e de acordo com um método próprio, a dialética. Os conceitos (composição orgânica do capital, modo de produção, produção de mais-valor relativo, entre outros, como a própria formação socioespacial) são, assim, uma idealização da manifestação objetiva de determinados fenômenos. As categorias, por sua vez, possuem uma existência concreta, ainda que a objetividade delas seja distinta historicamente. Trabalho assalariado, dinheiro, superexploração da força de trabalho, meios de produção são exemplos de categorias sociais, historicamente determinadas, cuja apreensão abstrata passa pela utilização dos conceitos idealizados.

Assim, a FSP dependente é um conceito que procura captar as formas de manifestações, pelo espaço, da produção social nos países dependentes. É, *apenas*, mais um conceito dentro da teoria marxista e que dela não pode se dissociar. É isso que escapa às abordagens usuais da FSP que, inevitavelmente recaem, em que pese a qualidade dos estudos, em insuficiências metodológicas, como é o caso de Endlich (2007) e Pereira (2003). A origem dessa insuficiência está na utilização da FSP apenas de forma unidimensional, ou seja, restrita ao princípio de que o espaço condiciona e é condicionado dos processos sociais⁸⁶, sem incorporar o espaço num método de investigação social totalizante, que é o marxismo e sua centralidade no trabalho.

⁸⁵ Isso pode ser visto no seguinte trecho de Reis (2000, p. 63/64) em referência aos estudos de Milton Santos sobre FSP: "Santos (...) utiliza, há que se reconhecer, as expressões Formação Social, Formação Econômica e Social e Formação Socioeconômica, ao que tudo indica, com o mesmo sentido analítico. A pluralidade de expressões é transportada também para a formulação do conceito de formação espacial, que originalmente é elaborado em Santos (...) como Formação Econômica, Social e Espacial ou, para abreviar, formação espacial, e (...) como formação socioespacial".

⁸⁶ "Diante disso, a dinâmica de um espaço geográfico qualquer precisa ser compreendida à luz dos processos sociais que a engendram, sem, contudo, esquecer as características naturais que oferecem as bases para o seu desenvolvimento. A adoção do paradigma de formação sócio-espacial como referencial teórico manifesta uma preocupação com análises globalizantes que levam ao reconhecimento dos vários níveis na construção de diferentes realidades, sendo o primeiro nível – os alicerces – dominado pela presença do quadro natural como definidor, em menor ou maior escala, da vida humana" (PEREIRA, 2003, p. 101).

Assim, uma primeira crítica mais específica está na ausência de um critério metodológico que permita a articulação da construção espacial historicamente determinada. Como visto, o critério é a relação de produção, pois é ela que sintetiza a utilização dos meios de produção (como a terra), a estruturação social (classes e frações de classes) e os “aspectos espirituais” (norma jurídica, costumes, moralidade). Sem adotar nesses termos a relação de produção, esses estudos se guiam por uma escolha casuísta e/ou apriorística das categorias a serem tratadas nas FSP como, por exemplo, os tipos de atividades econômicas e sua evolução quantitativa e qualitativa, mudanças na estrutura ocupacional e fundiária sobre o território em determinadas escalas ao longo do tempo. Isso não quer dizer que esses fenômenos – e as explicações a eles conferidas nas FSP por parte dessas abordagens – não tenham uma correspondência real com a trajetória histórica da sociedade. Quer dizer que essa correspondência é parcial, pois não se estabelece a relação com o movimento em totalidade da sociedade. Isso conduz à segunda crítica.

Enquanto parte integrada de um todo, os fatos isolados são abstrações que adquirem concretude quando mediados pelo movimento do todo (KOSIK, 1976). Do ponto de vista da produção espacial, isso quer dizer que cada localidade de um território sob uma FSP manifesta, ainda que especificamente, a totalidade da produção social, totalidade essa que define a própria FSP em questão. Em outras palavras, a FSP fornece o sentido geral da produção social, inclusive nas diferentes partes constituintes. No caso das abordagens usuais da FSP, não há essa mediação entre fenômenos sociais no movimento abstrato e concreto da FSP: todos os processos sociais se inserem em várias escalas espaciais e podem resultar potencialmente numa FSP⁸⁷. Assim, se em qualquer escala se encontra uma FSP (desde que reunidas sob características comuns), qual a articulação entre elas e com o modo de produção capitalista? Se há uma FSP do litoral catarinense ou da região noroeste do Paraná, qual a conexão delas com uma hipotética FSP catarinense/paranaense, sulina, brasileira,

⁸⁷ “Este item corresponde ao exercício de reflexão sobre quais elementos permitem reconhecer particularidades na formação socioespacial da região Noroeste do Paraná. Os mesmos elementos que justificam a existência de uma formação socioespacial revelam a produção da coerência, ou seja, de características comuns que permitem reconhecer uma escala regional. Não existe uma correspondência geográfica específica a qual pode ser atribuída o conceito de formação socioespacial, no sentido territorial dessa expressão (pode ser tanto uma região, quanto um país, entre outras possibilidades). Em outras palavras, seus limites não coincidem precisamente a determinados recortes” (ENDLICH, 2007, p. 43).

latino-americana? A questão não é apenas terminológica, mas sim, conceitual: fenômenos particulares devem ser mediados por conceitos próprios. Nesse sentido, caso essas abordagens procurassem aprofundar teoricamente essa concepção, elas precisariam de outros conceitos para realizar a mediação das “várias FSP sobrepostas”. Mas foi visto como elas estão limitadas nessa tarefa, precisamente porque se afastaram da teoria marxista.

Em síntese, não basta tomar a inegável correspondência entre espaço e produção social de forma imediata nas FSP; deve-se questionar qual a especificidade do espaço e o sentido geral de sua transformação histórica *entre* e *dentro* as FSP. Esse é, pois, o objetivo deste capítulo.

Como conceito, isto é, como construção abstrata idealizada, a FSP dependente no patamar até aqui desenvolvido diz respeito à totalidade da vida material, sob o modo de produção capitalista, presente nos países latino-americanos. Mas isso não esgota as especificidades sociais, econômicas e políticas destes, e mais, as transformações históricas por quais elas passam. A relação dialética de diversidade e unidade a partir das relações de produção se apresenta agora sob outro nível de determinação. Sobre essas relações de produção que definem a FSP dependente – que condicionam a superexploração da força de trabalho – se ergue uma superestrutura correspondente, expressa no corpo jurídico, leis, costumes, tradição, aparelhos de Estado, enfim, em todos os aspectos espirituais das sociedades. Se num primeiro momento essa superestrutura é um resultado histórico da emergência das relações de produção sob superexploração, posteriormente seus elementos passam a condicionar o movimento conflituoso de reprodução das relações de produção.

Essa relação dialética entre relações de produção e superestrutura adquire contornos característicos na FSP dependente, mas não significa que ela é uma e homogênea. É na emergência da questão nacional que essa relação se desenvolve diferentemente na FSP. Assim, a nação se torna uma categoria primordial na concretização da FSP dependente, uma vez que fornece o conteúdo sócio-político para a reprodução das relações de produção. Em outra escala, as relações dos homens entre si e frente aos meios de produção e à natureza, ainda que nacionalmente condicionadas, manifestam-se diferentemente pelo território nacional. Nesse sentido, as

relações de produção também influem sobre a superestrutura, mas não no mesmo nível de autonomia. Com isso, a questão nacional específica na FSP dependente tem como substrato a vinculação e incorporação da existência regionalmente distinta das relações de produção, nos seus aspectos objetivos e subjetivos diante dos determinantes nacionais.

Nação e região e suas articulações com a FSP dependente são o objetivo desse capítulo. Nesse momento da exposição, trata-se, pois, de apontar o caminho de concretização por meio dessas categorias mediadoras da diversidade dentro da unidade da FSP dependente. A exemplo do que foi realizado no capítulo dois, procura-se conciliar a discussão metodológica com o processo histórico-concreto. Nesse caso, o objeto será a América Latina, e, sobretudo o Brasil, no século XIX. A justificativa está no fato de que é nesse momento que as contradições das relações de produção e da estrutura produtiva se exacerbam dentro do sistema colonial e condicionam o processo de independência política diferencialmente pela América Latina, o que marcará decisivamente a questão nacional. Além disso, o posterior desenvolvimento capitalista dependente que se assiste no início do século XX, e toda a transformação sócio-política a ele correspondente⁸⁸, tem como base material a manutenção da superexploração da força de trabalho originada na economia primário-exportadora de outrora.

3.1 Formação socioespacial e nação na constituição do modo de produção capitalista

O século XIX é o período em que o desenvolvimento do modo de produção capitalista atinge a sua plenitude, com a incorporação da maquinaria como instrumento primordial de elevação da força produtiva e o assalariamento como relação de produção dominante. Os novos determinantes históricos por trás da revolução técnico-produtiva que marcara o século resultaram numa transformação socioeconômica não apenas nos países europeus, como também, nas relações deles com os países coloniais, ainda que num sentido contraditório. Pela magnitude dessa transformação e pelo fato delas

⁸⁸ “Não é demais lembrar que algumas das raízes da questão nacional se localizam na história dos “ciclos” e épocas da economia brasileira. A economia primário exportadora, que predominou ao longo dos séculos XVI ao XX, assinala alguns dos traços marcantes dessa problemática. Estabelece as bases das diversidades e desigualdades sociais, econômicas e outras que aparecem como locais, estaduais, regionais e raciais” (IANNI, 2004, p. 166).

incidirem especificamente sobre as relações de produção é possível afirmar que nesse período se assiste ao surgimento de distintas FSP.

Hobsbawn (1979), ao analisar as causas do pioneirismo inglês na revolução industrial, já enfatiza nos primórdios da produção capitalista – quando esta ainda contava com técnicas e força de trabalho de origem rural e artesanal organizadas pelo capital comercial – a importância das relações econômicas com os países coloniais. Assim, aliadas aos fatores internos para a consolidação da revolução industrial britânica (concentração de terras, assalariamento no meio rural, maior divisão espacial do trabalho, Estado imperial na defesa de interesses manufatureiros e comerciais), as atividades de exportação de produtos manufaturados impulsionaram o processo de industrialização.

Inicialmente, a revolução industrial tinha como atividade nuclear a produção algodoeira (fição e tecelagem), incentivada pelo crescimento do comércio com as regiões coloniais, tanto na importação da matéria prima, quanto na posterior exportação das mercadorias. A técnica subjacente a essa atividade era pouco sofisticada, caracterizando-se pela aplicação de dispositivos simples, de fácil acesso e de baixo custo. Os demais produtos ainda não apresentavam uma grande escala de produção industrial, seja porque conservavam um caráter artesanal e de difícil exportação, seja porque a produção de determinados produtos (como bens de capital) requirava maior aprofundamento técnico intersetorial e escalas de produção.

Já nesses primeiros estágios da revolução industrial, os efeitos para o conjunto da população britânica foram profundos. No campo, a revolução industrial promoveu a concentração fundiária e o cercamento das áreas comuns, o que resultou numa pauperização e expulsão dos trabalhadores agrícolas. Nas cidades, os trabalhadores, submetidos a baixos salários e à jornada extensiva, viam uma transformação no seu estilo de vida, com outro ritmo de trabalho, moradias insalubres, ausência de serviços públicos e uma moralidade tradicional que não se adequava a uma sociedade industrial. Em um conceito, era a época por excelência da produção do mais-valor absoluto.

Nesse início de século XIX, a acumulação de capital, ao contar com essa base técnica manufatureira e com pauperismo da população trabalhadora, era limitada

e instável. A taxa de lucro declinava diante da dificuldade de ampliação do mercado interno e externo, ao mesmo tempo em que os custos de produção se mostravam inelásticos. A resolução histórica desses limites postos às condições de produção se deu, por um lado, com a incorporação capitalista de outros setores produtivos e, por outro, com o espraiamento da produção tipicamente capitalista para outros países. Primeiramente, o início do processo de industrialização no continente europeu criou um mercado para a produção de bens de capitais os quais, na sua produção, desenvolviam segmentos de bens intermediários, como carvão, ferro e aço. Além disso, a disseminação das estradas de ferro (entre outros meios de transporte) acentuava essa mudança qualitativa na acumulação capitalista⁸⁹, seja pelo fato de utilizar esses mesmos produtos intermediários, de diminuir o tempo de circulação de capital e de se constituir num segmento de investimento do capital britânico em países estrangeiros.

A maquinaria, o meio de trabalho primordial da produção capitalista, tornou possível uma acumulação de capital com base no aumento da capacidade produtiva, ou seja, na produção de mais-valor relativo, como referido no capítulo dois. Materialmente, isso correspondeu a uma distinta subsunção da força de trabalho pelo capital, e assim, a novas formas de organização social e política. Desprendida da capacidade técnica do trabalhador de origem artesanal, a produção capitalista repousada na maquinaria, pela simplificação das tarefas operárias e padronização do processo de trabalho, diminui o valor da força trabalho apta ao processo produtivo. A desvalorização da força de trabalho frente ao capital, por sua vez, implica em mudanças objetivas e subjetivas nas relações de produção⁹⁰: não mais o operário individual masculino constitui o contingente a ser explorado, senão toda sua família; o mesmo valor adiantado como capital variável mobiliza, agora, uma quantidade muito maior de trabalhadores, de

⁸⁹ “Trastocar el modo de producción en una esfera de la industria implica trastocarlo en las demás. Esto es válido ante todo para esos ramos industriales que están aislados por la división *social* del trabajo, de modo que cada uno de los mismos produce una mercancía independiente, pero entrelazados sin embargo en cuanto fases de un proceso global. masas de capital y de obreros de una a otra esfera productiva y sus flamantes conexiones con el mercado mundial” (MARX, 1988, p. 466).

⁹⁰ “La maquinaria, asimismo, revoluciona radicalmente la mediación forma de las relaciones capitalistas, el *contrato* entre el obrero y el capitalista. Sobre la base del intercambio de mercancías, el primer supuesto *era* que el capitalista y el obrero se enfrentaran como *personas libres*, como propietarios independientes de mercancías; el uno en cuanto poseedor de dinero y medios de producción, el otro como poseedor de fuerza de trabajo. Pero ahora el capital adquiere personas que total o parcialmente se hallan en estado de minoridad. Antes, el obrero vendía su propia fuerza de trabajo, de la que disponía como persona formalmente libre. Ahora vende a su mujer e hijo. Se convierte en *tratante de esclavos*” (MARX, 1988, p. 482, destaque do autor).

diferentes valores de força de trabalho; as necessidades e atividades sociais para reprodução da força de trabalho crescentemente são mercantilizadas, já que a família como um todo se dirige ao processo de trabalho.

Aumento da capacidade produtiva, ampliação da divisão social e técnica do trabalho, novas atividades mercantis e produtivas, toda essa revolução na vida material lançou novos determinantes sobre a organização social nos países, e intensificou processos históricos de dissolução dos modos de produção pretéritos. Coube à burguesia tomar a frente deles, para garantir que os imperativos do capital se potencializassem como o sentido geral dessas sociedades. E claro, tal mudança na estratificação social não se desenrolou sem conflito e contradições, desde os burgueses e trabalhadores urbanos, até a aristocracia e os camponeses.

Assim, dessas sociedades que atingiram um específico nível de desenvolvimento material enveredado por um crescente antagonismo de classes emana um processo político cujo objetivo primordial passa pela captura do Estado, enquanto “un poder situado aparentemente por encima de la sociedad y llamado a amortiguar el choque, a mantenerlo en los limites del ‘orden’” (LENIN, 2011, p. 37). A dominação burguesa pelo Estado é um produto das contradições das classes (e suas frações) nos países europeus que desenvolvem a produção capitalista. Essa dominação significa, em última instância, a opressão de classes, mas isso não se expressa de maneira imediata. O Estado, dialeticamente, é um instrumento de opressão pelo exercício aparente de conciliação de interesses, por meio de mecanismos e aparelhos estatais típicos.

Dessa forma, o Estado capitalista mantém as propriedades gerais de todo Estado (entre elas, a defesa da unidade territorial e a mobilização de uma força pública armada e repressora), mas, a partir dessas propriedades, desenvolve outras (sob várias formas de regimes governamentais) como estrutura fiscal-monetária minimamente centralizada, defesa da propriedade privada e reconhecimento dos interesses da sociedade civil. Nesse sentido, o Estado na sociedade capitalista não é apenas o exercício do poder por um governo, ou então, uma relação política a serviço da acumulação de capital. Mais do que isso, o Estado procura, por meio de suas

instituições de natureza e origens socialmente diversas, associar a base econômica às condições superestruturais (HARVEY, 2005, p. 92).

Deve-se ressaltar que essa definição restrita de Estado capitalista (COUTINHO, 1985) é o resultado posterior de um processo histórico concreto que se inicia na Europa e ganha impulso a partir do século XIX, ou seja, a captura do Estado por parte da burguesia europeia naquela conjuntura não poderia ser renunciada e não despontava como um fim em si mesmo. Fazia parte de um processo muito mais amplo, e conflituoso, de domínio do capital sobre produção material e, assim, da própria vida cotidiana. Dessa forma, as mudanças na base econômica e na superestrutura possuíam uma direção própria, que passava pelo Estado, mas não se restringia a ele, direção cujos contornos estavam atrelados à própria *formação da nação*. Esse processo, segundo Jorge Abelardo Ramos (2012, p. 321 e p.368), englobava a universalização do salário, a criação de um mercado interno, a formação de um esquema setorial de reprodução do capital, a circulação mercantil irrestrita sobre um território unificado, provido de atividades de transportes e de comunicação e que constituía a residência de habitantes/cidadãos ligados entre si por uma tradição cultural homogênea e que se relacionavam por uma língua comum. A nação é, pois, o fundamento ideológico e jurídico associado ao desenvolvimento das forças produtivas cujo coroamento se verifica na constituição do Estado Nacional capitalista onde este, por sua vez, a tomará como sua incumbência por excelência.

Pode-se entender a nação como uma configuração histórica própria, que marca a relação entre classes no território nos seus aspectos superestruturais. Isso não quer dizer que ela é una ou, ainda, imutável. Como coloca Ianni (1988, p.5, destaque nosso):

A Nação pode ser vista como uma configuração histórica em que se organizam, sintetizam e desenvolvem forças sociais, atividades econômicas, arranjos políticos, produções culturais, diversidades regionais, multiplicidades raciais. Tanto o hino, a bandeira, o idioma, os heróis e os santos, como a moeda, o mercado, o território e a população adquirem sentido no contexto das relações e forças que configuram a Nação. *A Nação pode ser uma formação social em movimento; pode desenvolver-se, transformar-se, romper-se.*

Essa sintética exposição da formação da nação nas sociedades europeias tem como intuito, apenas, enfatizar a relação dialética existente nas mudanças da estrutura econômica associadas à superestrutura política e ideológica. Ao invés de uma correspondência automática, o processo histórico concreto revela que esse mesmo fenômeno (a instauração do modo de produção capitalista enquanto uma totalidade para as sociedades concretas) se apresenta sob *formas sociais* diversas, as quais preservam uma unidade histórica⁹¹. Ora, é o conceito de FSP que permite, precisamente, compreender a ascensão e a dissolução dessas formas sociais, cujas especificidades são sintetizadas nas relações de produção e na reprodução delas pelo espaço. Assim, uma vez que a emergência da nação, sua trajetória e suas características estão associadas à base material das sociedades (isto é, às condições históricas específicas que incidem sobre o processo de reprodução das relações de produção), a nação confere os aspectos superestruturais típicos das FSP particulares.

Com isso, do ponto de vista da apropriação da realidade pelo pensamento, a relação de produção possui uma dupla capacidade⁹² de historicizar o desenvolvimento das sociedades concretas. Por um lado, como visto no capítulo dois, a relação de produção é o critério distintivo das formas sociais. Por outro, ela determina a associação intrínseca da estrutura econômica com a superestrutura ideológica e jurídica, onde, no caso do modo de produção capitalista, essa associação está atrelada à formação da nação. Nesse sentido, afirmar que o assalariamento se caracteriza como a relação de produção dominante das FSP no modo de produção capitalista pode parecer, do ponto de vista historiográfico, um truísmo. Agora, as diferenças que o assalariamento apresenta em cada uma das FSP permite complexificar a forma de manifestação do modo de produção capitalista.

⁹¹ “La estructura económica de la sociedad capitalista surgió de la estructura económica de la sociedad feudal. La disolución de esta última ha liberado los elementos de aquélla. (...) Con ello, el movimiento histórico que transforma a los productores en asalariados aparece por una parte como la liberación de los mismos respecto de la servidumbre y de la coerción gremial (...) Pero por otra parte, esos recién liberados sólo se convierten en vendedores de sí mismos después de haber sido despojados de todos sus medios de producción, así como de todas las garantías que para su existencia les ofrecían las viejas instituciones feudales” (MARX, 1988, p. 893/894).

⁹² “Mas a elevação do abstrato ao concreto (...) possui uma dupla dimensão. Por um lado, temos uma dimensão *gnosiológica*, referente ao nível maior ou menor de abstração *conceitual* em que o estudioso se situa para analisar o seu objeto; por outro, temos uma dimensão *histórico-ontológica*, que se refere ao grau maior ou menos de complexificação (de concretização) da própria *realidade objetiva* com a qual o estudioso se depara” (COUTINHO, p. 11, 1985, destaque do autor).

Ao se remeter novamente aos primórdios da produção propriamente capitalista na Europa, percebe-se que a dissolução das FSP feudais durante o processo de formação econômica do capital, ainda que num movimento sincrônico, correspondeu a várias formas sociais, variedade que incide sobre as condições de reprodução da relação de produção e a produção do espaço social decorrente associada à superestrutura⁹³.

Nesse sentido, ainda que não seja o objeto desta pesquisa, um exemplo clássico dessa associação das relações de produção e superestrutura é a precoce criação da nação inglesa no século XVII. Em linhas gerais, a base material desse processo está na incapacidade crescente da servidão, na sua reprodução, de sustentar a sociedade feudal devido aos limites postos ao aumento da produção (que se restringiam a maior exploração servil) vis-à-vis ao revivescimento da economia monetária-mercantil (DOBB, 1971).

Dessa forma, a servidão na Inglaterra já no final do séc. XIV se encontra num avançado patamar de dissolução, quando então prevalecem no meio rural os camponeses autônomos arrendados e os assalariados. Nos dois séculos seguintes, o crescimento das atividades comerciais provoca uma transformação socioespacial desencadeada pela conversão das terras comunais de lavoura em pastagens e pela consequente concentração de terras, sua mercantilização e expulsão dos camponeses. Eis, então, a origem do assalariamento do trabalhador inglês que se configurará, posteriormente, numa das pré-condições da produção capitalista. Nesse processo de acumulação primitiva inglesa⁹⁴, observa-se uma nova conformação da estrutura social: seja pela manutenção de uma velha aristocracia reacionária (anglicana) ligada à monarquia; seja pela ascensão de novos proprietários fundiários mais progressistas (presbiteriana/puritanos) associados aos interesses comerciais e financeiros; assim como pelo crescimento da burguesia comercial e manufatureira; e, evidentemente, pelo pauperismo dos camponeses e pequenos proprietários rurais (*yeomanry*) recorrentemente desapropriados das terras comunais que engrossavam a massa

⁹³ “La expropiación que despoja de la tierra al trabajador, constituye el fundamento de todo el proceso. De ahí que debemos considerarla en primer término. La historia de esa expropiación adopta diversas tonalidades en distintos países y recorre en una sucesión diferente las diversas fases” (MARX, 1988, p. 895, destaque do autor).

⁹⁴ Conforme Marx (1988) descreve no capítulo XXIV do tomo I d`*O capital*.

urbana das cidades, ao lado dos trabalhadores de origem artesanal-gremial (MARX, 1988).

Por trás dessa estrutura social marcada por interesses diversos e antagonísticos estava o desenvolvimento das forças produtivas (originado, nesse período, pela nova configuração da força de trabalho nos setores produtivos) a qual entrava crescentemente em contradição com a superestrutura ideológica e jurídica das instituições feudais e da monarquia centralizadora. Christopher Hill (2014) define, então, a luta política, econômica e religiosa que se seguiu a partir de meados do século XVII na Inglaterra como uma revolução nacional capitaneada por estratos sociais médios e burgueses, fortalecidos pelo incipiente desenvolvimento capitalista. Em oposição a esses estratos, a dinastia centralizadora dos Stuarts na figura de Carlos I representava, sobretudo, os nobres proprietários fundiários e a Igreja anglicana, que se apropriavam, a sua maneira, das rendas monetárias. O choque político se manifestava nos conflitos parlamentares, onde não apenas as novas e progressistas classes sociais procuravam uma maior representação no parlamento, como reivindicavam a própria subordinação da coroa. O desenrolar desse processo revolucionário – a dissolução do Parlamento por Carlos I, sua posterior deposição e fuga, a guerra civil, decapitação do monarca, a república de Cronwell até a restauração monárquica por Carlos II – não interessa nesse momento, cabe destacar que ele se seguiu baseado no comando da burguesia e pelo aliciamento das camadas subalternas e de algumas frações da nobreza.

A menção da revolução inglesa não teve a intenção de esgotar as particularidades desse processo, muito já estudado. Teve como propósito, somente, subsidiar a concatenação dos conceitos de FSP e modo de produção e as categorias de nação e relações de produção no espaço. Em primeiro lugar, a dissolução da servidão como relação de produção dominante correspondeu a uma mudança na estrutura econômica e social a qual, no seu desenvolvimento, entrava em contradição com a superestrutura ideológica e jurídica. A revolução inglesa, como resolução política dessa contradição, coroou um processo histórico que se gestava nos séculos anteriores, qual seja, a da prevalência do capital como relação social dominante. Em segundo lugar, a instauração do assalariamento como relação de produção por excelência do capital, como visto no capítulo dois, corresponde a novas formas de ser e

de existência social, de novas práticas sociais, enfim, a toda uma superestrutura que procura garantir materialmente e espiritualmente o processo de reprodução das relações de produção. A nação é a expressão idealizada desses aspectos superestruturais que têm como base, cabe repetir, as relações de produção e sua reprodução sobre o espaço.

Nesses termos, o caso inglês desse período significa a ascensão de uma FSP distinta daquela até então prevalecente, ou seja, trata-se de uma *FSP nacional britânica*, com uma particular existência material das relações de produção forjada nacionalmente pelo seu Estado monárquico parlamentarista no território, pela referência aos heróis (ou vilões) nacionais, como, Cromwell, ou então, na dissociação crescente da vida secular e do Estado das normas religiosas, entre outros tantos símbolos.

Ainda sobre a FSP pela nação, como a configuração histórica típica que organiza e resulta do processo de formação do modo de produção capitalista, três ressalvas devem ser realizadas, ainda que elas só possam ser aprofundadas por meio de outras pesquisas. Em primeiro lugar, o surgimento da FSP nacional não significa uma imutabilidade de suas estruturas econômico-sociais, precisamente porque, como visto no capítulo dois, a produção capitalista recorrentemente provoca e se nutre das mudanças nas relações de produção, o que desencadeia processos políticos próprios. Em segundo lugar, não há necessariamente uma correspondência entre FSP capitalista-nacional e os países formalmente reconhecidos. Como o fundamento da FSP são as condições históricas associadas às relações de produção, essas condições podem incidir espacialmente (e manter uma unidade) para além da constituição de fronteiras políticas “artificiais”. Esse último ponto será tratado a seguir quando se investigar a FSP dependente e a questão nacional.

Em terceiro lugar, a partir da constituição do modo de produção capitalista no sec. XIX, observa-se o surgimento de diversas FSP nacionais capitalistas europeias dentre as quais a inglesa é pioneira. Em todos esses processos particulares há a prevalência de uma unidade histórica, a desapropriação dos camponeses, sua proletarianização, a constituição de um mercado interno a serviço da burguesia e formação de um Estado Nacional. Mas isso não esgota as particularidades de cada FSP nacional. A ascensão de movimentos revolucionários e de FSP nacionais não significa que todos

os países europeus percorreram essa etapa e, mesmo dentre aqueles que assim o fizeram, que ela assumiu as mesmas características para eles. O caso inglês, assim, como o francês, é tido como clássico, pois assinala a emergência de uma nova ordem política, encabeçada pela burguesia. E mesmo dentre eles há uma diferença expressiva, no seu processo concreto. Na Inglaterra, a burguesia estava ligada a uma nobreza moderna contra a realeza, a nobreza feudal e a Igreja, sem uma contraposição com a classe operária, cuja consciência de si e para si ainda se gestava. Não por outro motivo que se observa na FSP britânica uma maior integração entre aristocracia e proprietários fundiários com o poder industrial. Na França, a burguesia estava ligada intimamente com o povo contra a realeza, a nobreza e a Igreja dominante, por isso que o desenrolar da revolução francesa conduz a um violento processo de transformação que extirpa a aristocracia feudal (HARVEY, 2005, p. 93; MARX, 2014).

A diferença substancial na constituição das FSP nacionais é ainda maior no caso das FSP nacionais tardias, como a Alemanha, onde a criação do mercado interno e unificação territorial foram promovidas por um Estado aristocrático/conservador (Prússia) cuja base social era formada por latifundiários (junkers) que se beneficiavam da exploração camponesa (BORCHADT, 1987). Dessa forma, a burguesia alemã tivera um papel secundário, ou melhor, foi a reboque desse processo de desenvolvimento capitalista capitaneado pelo Estado e pelos latifundiários (RAMOS, 2012; MARX, 2014). Em síntese, a constituição do modo de produção capitalista pela ascensão de distintas FSP nacionais capitalistas revela a relação dialética entre unidade e diversidade no processo histórico, a qual pode ser captada pela reprodução das relações de produção no espaço⁹⁵.

O processo de FSP nacional no centro do sistema capitalista internacional no século XIX não foi uma tendência unívoca para todo o sistema, na verdade, como enfatiza Ramos (2012), ele correspondeu para a América Latina, contraditoriamente, a um processo de fragmentação do projeto nacional continental e que resultou na criação de vinte Estados isolados e de economias dependentes. Nesse sentido, a recomposição do processo histórico concreto que originou a FSP dependente

⁹⁵ “Nesta perspectiva, o mercado, a propriedade, a terra, a compra e venda da força de trabalho, o dinheiro, o contrato e outras instituições e valores da sociedade civil, isto é, burguesa, adquirem conotações mais diversas” (IANNI, 1986, p. 129)

latinoamericana deve levar em conta, por um lado, a posição das colônias no sistema capitalista mundial, e, por outro, as relações de produção historicamente erigidas no período colonial que sintetizam a base material e a superestrutura política-ideológica.

3.2 Formação socioespacial dependente e nação: superexploração da força de trabalho e a nação inconclusa

Na América Latina não só a natureza como o resultado (para além de uma questão meramente cronológica) da questão nacional são distintos daqueles oriundos dos países do capitalismo central (tanto os de desenvolvimento capitalista clássico, como os tardios), como dentre os próprios países latinoamericanos a diversidade que marca a unidade da questão nacional é grande. É durante o séc. XIX que a questão nacional emerge no continente, durante o processo de independência política, onde o imperialismo britânico e a posição conservadora das oligarquias latifundiárias ao mesmo tempo em que moldam o Estado Nacional o fazem pela implosão do projeto nacional latinoamericano idealizado por San Martín, Bolívar, Artigas, Morazán, Abreu Lima, entre outros.

A natureza das relações de produção coercitivas, as oligarquias e o Estado conservador constituem a origem da FSP dependente, e são os elementos que devem ser agora analisados. Antes disso, como lembra Ramos (2012, p 312), cabe ressaltar que se se utiliza daqui em diante o termo nacional para os países que formalmente se originam nesse período é somente por um motivo prático e funcional. Isso porque o termo “nação” para a configuração histórica que surge para esses países na América Latina não traduz o conteúdo que ela possui nos países centrais, ou seja, “sólo lo latinoamericano es ‘nacional’”.

Do ponto de vista da constituição do modo de produção capitalista, coube à América Latina, durante o período colonial⁹⁶, prover de matérias-primas agrícolas, de alimentos e de metais preciosos a Europa para alimentar o processo de acumulação

⁹⁶ Na próxima seção o caráter do sistema colonial e sua base material pelas relações de produção serão brevemente analisados, no intuito de apontar a dissolução das FSP coloniais na integração da FSP dependente.

primitiva⁹⁷. A contradição desse processo está no fato de que enquanto na Europa a acumulação primitiva criava as condições materiais (pela instauração do assalariamento como a relação de produção dominante) e espirituais (pela constituição de um espaço nacional sob o comando da burguesia) para uma acumulação de capital propriamente dita, na América Latina o sistema colonial – ao (re)criar relações de produção coercitivas (escavidão e servidão compulsória, como a *mita*, *encomienda*, *cuatequi*, *pongo*) com vistas a reduzir o consumo do trabalhador para elevar o excedente a ser mobilizado pelo capital comercial em direção ao centro capitalista – impedia a prevalência das tendências nacionais.

Pois bem, esse esquema da economia colonial ruiu com o desenvolvimento capitalista e seus desdobramentos políticos no fim do séc. XVIII e início do seguinte. A independência latinoamericana será o resultado, por um lado, da ascensão de novas potências industriais e seus anseios por maior participação no comércio mundial, e, por outro, pela participação das colônias espanhola e portuguesa nesse processo com a gestação de novos interesses econômicos e políticos por parte das oligarquias, dos estratos médios e do exército, contrários ao pacto colonial. O determinante material dessa transformação do sistema capitalista mundial foi (como visto na seção anterior) o novo patamar que a acumulação capitalista atinge nesse período, tanto do ponto de vista qualitativo pela mudança da composição orgânica da produção, quanto pelo espraiamento dessa produção para outros espaços no continente europeu, sobretudo na França, que desembocou em FSP nacionais.

Nesse sentido, a produção capitalista crescentemente passa a exigir quantidades cada vez maiores de produtos tipicamente coloniais (como matérias-primas e alimentos) e, além disso, esse maior nível de produção ampliava a busca por mercados consumidores. O pacto colonial, que vigorou até início do século XIX, se

⁹⁷ “El descubrimiento de las comarcas auríferas y argentíferas en América, el exterminio, esclavización y soterramiento en las minas de la población aborigen, la conquista y saqueo de las Indias Orientales, la transformación de África en un coto reservado para la caza comercial de pieles-negras, caracterizan los albores de la era de producción capitalista. Estos procesos idílicos constituyen *factores fundamentales de la acumulación originaria*. (...) Los diversos factores de la *acumulación originaria* se distribuyen ahora, en una secuencia más o menos cronológica, principalmente entre España, Portugal, Holanda, Francia e Inglaterra. En Inglaterra, a fines del siglo XVII, se combinan sistemáticamente el *sistema colonial*, en el *de la deuda pública*, en el *moderno sistema impositivo* y el *sistema proteccionista*. Estos métodos, como por ejemplo, el sistema colonial, se fundan en parte sobre la violencia más brutal. Pero todos ellos recurren al poder del estado, a la violencia organizada y concentrada de la sociedad, para fomentar como en un invernadero el proceso de transformación del modo de producción feudal en modo de producción capitalista y para abreviar las transiciones” (MARX, 1988, p. 939/940, destaque do autor).

mostrou incapaz de atender suficientemente as novas condições da produção capitalista, seja pelo protecionismo e pelos acordos tarifários que limitavam o comércio de determinados artigos das colônias com os países industriais, seja porque mesmo no caso da Inglaterra, que já usufruía de vantagens no transporte e no comércio, as coroas ibéricas constituíam um intermediário que absorvia uma parte do excedente da produção colonial⁹⁸. Portugal e Espanha (mais o primeiro do que o segundo) muito pouco poderiam fazer frente ao assédio que Inglaterra e França exibiam, vítimas seculares da manutenção de interesses arcaicos e tradicionalistas que conduziram à renúncia de qualquer forma de produção nacionalmente articulada.

A busca pelo acesso a matérias primas, alimentos e mercados é um dos fatores associados à rivalidade crescente entre as potências europeias de então, polarizada pela Inglaterra e França (RAMOS, 2012, p. 113). Evidentemente, foge do escopo da pesquisa resgatar esses episódios, cabe destacar que as consequências das guerras napoleônicas foram decisivas para o processo de independência das colônias portuguesas e espanholas no continente americano e, inclusive, auxiliam na explicação das diferenças do processo entre as próprias colônias. No caso da colônia hispano-americana, a invasão francesa e a abdicação da coroa borbônica desencadearam um movimento de resistência (na *junta central*), com a participação de nobres, burocratas, mas também, da população e de representantes da colônia americana, entre eles, o futuro general revolucionário San Martín.

Mas esse movimento de resistência, apesar das vitórias pontuais, se mostrou inócuo, uma vez os líderes espanhóis rechaçaram a participação massiva da população, temerosos que eram de perder o privilégio tradicionalista conferido pela estrutura política monárquica. Em outras palavras, como afirma Ramos (2012, p. 119), a luta de resistência para ser vitoriosa deveria ser substanciada por um movimento de independência nacional, contra o absolutismo e a favor das liberdades populares inclusive a dos habitantes da colônia. Em que pese a aversão da elite espanhola em

⁹⁸ Como descreve Sodré (1978, p. 26) sobre a posição intermediária de Portugal no comércio colonial depois do tratado de Methuen: “João Lúcio de Azevedo expõe o problema com clareza quando escreve: ‘O credor tinha de ser pago, sob pena de cessarem os suprimentos; e sem eles faltava em Portugal o comer e o vestir; bem assim o que se havia de mandar para o Brasil, de onde cessaria também de vir o ouro’. Essas importações, indispensáveis à vida lusa, eram pagas com um produto metropolitano, o vinho, e com produtos coloniais entre os quais avultava, pelo seu valor, o ouro do Brasil”.

promover uma revolução nacional, na América espanhola, os acontecimentos europeus reverberariam decisivamente sobre o processo de independência.

O conservadorismo espanhol pela manutenção de um regime absolutista que procurava manter a posição colonial apenas fortaleceu o sentimento de independência das classes *criollas*, latifundiárias e exportadoras para condução liberal da economia. Ao mesmo tempo em que as ideias separatistas brotavam nas principais cidades dos vice-reinados (Lima, Buenos Aires, Bogotá e Caracas), regressam à América os oficiais *criollos* que participaram da resistência espanhola, os quais reforçavam essas reivindicações no seio do exército. Assim, observam-se movimentos militares por todo o continente encabeçados por Egaña no Chile, Bolívar na Grã-Colômbia, Artigas e San Martín na Bacia do Prata e Morazán na América Central. Por trás das várias lideranças estava uma concepção nacional e unitária para a América Latina, ainda que com diferenças jurídicas e políticas entre as propostas, como, por exemplo, a monarquia constitucional presidida por um descendente incaico, de San Martín, ou ainda, a confederação de repúblicas de mandatos vitalícios, de Bolívar.

Esse apego às discussões jurídicas, às normas e aos regimes governamentais dos futuros Estados se mostrou o erro fatal dos libertadores. Se num primeiro momento as classes *criollas* e exportadoras se aliaram ao movimento de independência nacional era porque este viabilizava seus interesses de maior liberdade comercial, o que não significava uma defesa do projeto de unidade nacional latino-americana. Dessa forma, Martín e Bolívar, no lugar de direcionar a luta para a transformação da estrutura econômica, reduziram-na a uma disputa ideológica e jurídica, sem fundamento material. Como lembra Ramos (2012, p. 141), “monarquía y república en América Hispánica de la época eran perfectamente compatibles con el latifundismo agrario, el sistema servil del indio, la esclavitud o la dependencia del capital extranjero”. Vide o caso brasileiro que será analisado posteriormente.

Essas oligarquias exportadoras, aliada aos interesses britânicos, e todos os estratos médios urbanos que usufruíam da posição dependente não tinham interesse na constituição de uma nação latinoamericana, apenas buscavam o estabelecimento do livre comércio com o centro capitalista. A economia exportadora agromineral, com uma força de trabalho superexplorada que *dava vida* aos processos de trabalho,

proporcionava a essas classes um excedente monetário dirigido ao seu consumo suntuoso, frívolo, não-produtivo. Sem a vigência de uma força econômica integradora do espaço, pela constituição de um mercado interno, pela construção de infraestrutura de transportes e canais de comunicação, pela incorporação do consumo popular à produção nacional, restou ao continente a balcanização do projeto nacional, comandada pela oligarquia exportadora. Essa é a origem, pois, das pequenas pátrias que se estabelecem formalmente a partir da década de 1820, que se proclamam verdadeiras nações, com seus exércitos tutelados pelo centro capitalista, baixas tarifas aduaneiras, territórios desconectados, moedas constantemente desvalorizadas, etc.

O processo de independência da colônia portuguesa conserva a mesma natureza da América hispânica, ainda que os resultados históricos divirjam na sua aparência. O princípio é, da mesma maneira, a invasão napoleônica no reino luso, contudo, a transferência da corte portuguesa em 1808 desencadeou processos políticos próprios que singulariza a situação colonial brasileira (PRADO JR., 1987). A instauração do governo metropolitano no Rio de Janeiro lançou as bases para autonomia brasileira sem a decorrência de um conflito armado, o que não quer dizer que fora pacífico e sem contradições. A fuga da família real portuguesa para o Brasil assistida pelo império britânico revelava a posição dependente do reino luso, a qual se ampliou, posteriormente, com a abertura dos portos do reino às nações amigas e com o tratado de comércio benéfico aos ingleses. Essas mudanças no regime comercial significam o fim do pacto colonial e alteraram as condições políticas e sociais na colônia e em Portugal.

As oligarquias exportadoras encontravam uma maior liberdade nas esferas comerciais, não só pela exportação, mas pela importação de produtos industriais e de serviços do centro capitalista. Também a encontravam na esfera política, com uma revitalização da estrutura jurídica e administrativa pelo governo metropolitano que minava os antigos aparelhos coloniais, tornando-os mais orgânicos com os interesses internos. No outro polo, a maior liberdade comercial conferida aos estrangeiros no interior da colônia e a diminuição da receita fiscal com a abertura dos portos aumentaram os descontentamentos de portugueses radicados no Brasil e na Europa, os quais vislumbravam uma recolonização e retorno da família real.

A agitação social toma conta, dessa forma, da colônia e assume um caráter complexo, como aponta Caio Prado Júnior (1987, p. 49/50). Contrárias ao movimento de emancipação estavam as forças reacionárias que queriam o reenquadramento colonial, capitaneadas pelos comerciantes lusos na colônia. Por sua vez, a elite brasileira de então, aglutinada no “partido brasileiro”, formada por latifundiários e alguns estratos urbanos, desejam a ampliação das vantagens econômicas que a autonomia política conferia, através de um regime constitucional. Por fim, a existência de forças populares, apesar de alguma radicalização retórica, não fornecia um movimento de massa capaz de contrapor as ações das elites, devido a sua representação política irrisória que refletia a opressão social colonial, baseada no trabalho escravo. Pois bem, é do entrelaçamento dessas forças que o “partido brasileiro”, apoiado pelo império britânico, conquista a supremacia política, promove a libertação do regime colonial por meio de uma monarquia constitucional, ainda que a ameaça de recolonização pairasse durante todo o primeiro reinado⁹⁹.

Se a independência brasileira não adquiriu os mesmos contornos belicosos que a colônia espanhola os teve foi porque a chegada da família real promoveu um período de transição entre a posição colonial e a emergência de interesses internos conflitantes. Além disso, devem-se levar em conta a estrutura econômica e estratificação social típica nas duas colônias, onde no caso da espanhola, houve um maior florescimento de atividades urbanas e divisão do trabalho as quais permitiram o desenvolvimento de estratos médios mais ligados às causas populares, principalmente no exército. Essas características do período colonial explicam também a unidade territorial que se conservou no processo de independência brasileiro, onde a escravidão e os interesses oligárquicos se expressavam nas várias regiões. Apesar dessas diferenças, as características basilares da independência nas duas colônias apresentam a mesma unidade: condução por parte das oligarquias exportadoras, exclusão ou ausência de participação popular e respaldo do imperialismo inglês.

⁹⁹ “O primeiro reinado não passara de um período de transição em que a reação portuguesa, apoiada no absolutismo precário do soberano, se conservava no poder. Situação absolutamente instável que se tinha de resolver ou pela vitória da reação (...) ou pela consolidação definitiva da autonomia brasileira, noutras palavras, do ‘estado nacional’” (PRADO JÚNIOR, 1987, p. 64).

Mais do que apenas características, esses elementos fundamentam o processo de independência latino-americana e lançaram as bases da emergência da questão nacional no continente, a qual permanece historicamente de forma latente, ainda que se renove. Ao se inserir no sistema capitalista mundial pela preservação de uma estrutura econômica primário-exportadora, as economias latinoamericanas alçam o capital comercial como a fração de capital mediador dessa vinculação, cujo resultado é o estabelecimento de trocas desiguais, como visto no capítulo dois. Por trás dessa estrutura econômica estava a vigência de relações de produção coercitivas herdadas do período colonial, cuja reprodução com a independência política exigiu, nesse momento, toda uma superestrutura própria, distinta daquela do período anterior. Não era mais o regime colonial que se encarregaria de fornecer e administrar a força de trabalho para a produção agromineral e exportadora, senão as próprias classes sociais internas que, sob uma configuração histórica própria, deveriam garantir essa pré-condição para a produção social. Essa configuração histórica particular se expressa pela constituição do Estado Nacional, onde a incorporação do território pelas oligarquias, por um contínuo deslocamento da fronteira, se torna um instrumento de centralização e concentração do poder das elites (SILVA, 2006, p. 65).

Nesse sentido, Maria da Conceição Tavares (1999), em *Império, Território e Dinheiro*, coloca como a exploração do território e da população pelas elites regionais conformaram o surgimento da nação e do Estado, destacando o caso brasileiro. O revigoramento do comércio internacional impulsionado pelo império britânico permitiu a abertura de novos espaços de acumulação para o capital mercantil, financeiro e industrial inglês nos países periféricos. Nesses últimos, diversas atividades primário-exportadoras tiveram um crescimento na produção, mas, ao contrário do período colonial, elas exigiram a construção de bases econômicas e sociais internas propiciadas pelo Estado. Para tanto, foi necessário um Estado interventor autoritário, apesar do seu discurso liberal e progressista.

Segundo Tavares (1999), a garantia da dominação interna pelo Estado Nacional nesse período procurou aplacar os conflitos entre as elites mediante três medidas: na concessão de privilégios para a apropriação privada do território e exploração dos recursos e das populações; no acesso das oligarquias regionais aos

fundos públicos; na validação do excedente em posse das elites frente ao dinheiro mundial. Dessa forma, a resolução dessa tensão permanente foi resolvida, por parte do Estado e das elites, através da *fuga para frente*: a incapacidade de execução das tarefas democráticas e republicanas exigidas na construção da nação (o que contestaria a estrutura social e a própria posição do país na divisão internacional do trabalho)¹⁰⁰ fez com que as tensões geradas não se resolvessem pelo conflito aberto entre os grupos, mas sim, pela busca de novas frentes de acumulação que permitissem deslocar os focos de tensão. Isso só foi possível pela contínua apropriação privada do território e pela condução patrimonialista do Estado Nacional, expressas na nova regulação das terras públicas pela lei de 1850, que legava aos próprios latifundiários a redefinição dos direitos de propriedade (TAVARES, 1999, p. 455; SILVA, 2006, p. 64).

A fuga para frente significou para o grosso da população a constante expropriação das suas terras e a migração contínua pelo território, a subjugação a um trabalho forçado e a baixos salários, a existência de várias relações sociais degradantes. Todos esses mecanismos tiveram – e ainda têm – o propósito de tornar o espaço interno uma fonte de acumulação, com concentração de renda e de riqueza. A contradição desse processo mostra que, mesmo com base em sucessivas formas de acumulação por espoliação, a ocupação capitalista das regiões ampliou a dimensão interna da produção de capital. Isso se aprofundou com o esgotamento da produção com base no trabalho escravo, o qual imobilizava a circulação de capital, e a prevalência do trabalho livre enquanto forma dominante, mas não exclusiva, para a produção, ao operar como a referência do capital variável¹⁰¹.

¹⁰⁰ “(...) a burguesia faz e refaz as suas alianças. Ela própria adota um discurso liberal, civilizado, parnasiano, em suas relações com a burguesia estrangeira e os setores sociais privilegiados das maiores cidades dos seus respectivos países. Simultaneamente, é oligárquica, caudilhesca, autoritária, nas atividades internas, nas suas relações com os trabalhadores da cidade e do campo. (...) Confere à nação a sua fisionomia: liberal, em seu discurso para efeito externo; autoritária, em suas relações com operários, camponeses, mineiros, empregados, ou índios, negros e outros”. (IANNI, 1986, p. 10)

¹⁰¹ Nessa questão, duas advertências com base em Marx são pertinentes. A primeira diz respeito à natureza do capital variável, do ponto de vista abstrato, para todos os sistemas sociais: “El capital variable, pues, no es más que una forma histórica particular bajo la que se manifiesta el fondo de medios de subsistencia o fondo de trabajo que el trabajador requiere para su autoconservación y reproducción, fondo éste, que, en todos los sistemas de producción social, tiene siempre que producir y reproducir. Si el fondo de trabajo afluye constantemente a él sólo bajo la forma de medio de pago por su trabajo, es porque su propio producto se aleja constantemente de él bajo la forma del capital” (MARX, p. 1988, p. 697/698, destaque do autor). Ainda assim, cabe ressaltar a importância da forma diversa que o capital variável assume para o desenvolvimento capitalista: “En sí y para sí es claro, sin embargo, que la diferencia de forma en el pago del salario no modifica nada en la esencia de éste, aun cuando una forma pueda ser más favorable que la otra para el desarrollo de la producción capitalista”(MARX, 1988, p. 672).

A constituição da nação brasileira a partir desses determinantes só foi possível, materialmente, com a superexploração da força de trabalho. O pacto oligárquico que formou o Estado Nacional com a independência, mais do que contestar, procurou intensificar a integração ao comércio internacional, o que, como visto, culminava numa crescente transferência de valor em favor do centro do sistema capitalista. Esse fenômeno estava por trás das fontes de tensão assinaladas por Tavares (1999) e também, dos mecanismos elegidos pelas elites para promover a *fuga para frente*. A superexploração da força de trabalho, ao englobar uma série de relações de produção pelo território, foi a saída histórica para conservação dessa estrutura socioeconômica por parte das frações de capital (comercial, agrário, bancário e, posteriormente, o industrial). O que é a crescente expansão do capital agrário em busca de novos espaços de valorização se não a tentativa de ampliar o *quantum* exportado para se contrapor a desvalorização desses produtos frente aos importados do centro? O que é a expropriação das terras pelo latifúndio se não uma transferência do fundo de consumo do trabalhador ao capital? O que é a migração constante de força de trabalho pelo território se não uma forma de garantir baixos salários? E, por fim, o que são as várias relações de produção não-capitalistas (tomadas muitas vezes como “arcaicas”) se não uma forma de intensificar o desgaste da força de trabalho? Esses três mecanismos da superexploração (baixos salários, transferência de fundos de consumo do trabalhador ao capital e aumento da intensidade do desgaste da força de trabalho) resultam na reprodução da força de trabalho abaixo do seu valor, e constituem o fundamento do surgimento da nação.

As condições de reprodução das relações de produção, dessa forma, sintetizam tanto os aspectos materiais da economia primário-exportadora, quanto os superestruturais da nação dependente, no seu Estado conservador, opressor e racista, inconclusa no seu conteúdo histórico¹⁰². Contudo, uma possível confusão deve se dissipar: a aversão da constituição nacional por parte das elites latinoamericanas não se deve simplesmente porque no continente prevaleceram relações de produção não-capitalistas, mas sim, porque a permanência e/ou advento de específicas relações de

¹⁰² “La revolución hispanoamericana ha tocado a su fin lograr consumir la independencia en la unidad nacional. La desproporción entre la superestructura ideológica y jurídica y la reducida infraestructura económico-social del continente esclavista y semiservil no podía ser más patética” (RAMOS, 2012, p. 248).

produção *como um todo*, ao fornecer o movimento da superexploração da força de trabalho, reforça o pacto nacional pelas elites. Isso pode ser visto na análise de José de Souza Martins (1986) quanto à expansão cafeeira a partir de meados do século XIX no Brasil. Partindo da hipótese de que a acumulação capitalista conta, concretamente, com a reprodução de relações de produção não-capitalistas, o autor conclui, para o caso paulista, que a passagem da *escravidão* para o trabalho livre (ou seja, baseado no *assalariamento* do trabalhador individual) adequado às novas condições da produção primário-exportadora só foi possível com a criação preliminar de uma relação de produção tipicamente não-capitalista, como o *colonato* (onde a unidade básica era a família de imigrantes).

Outro exemplo histórico de como a trajetória das relações de produção constituem o fundamento das FSP dependentes é o caso da formação da “nação” boliviana. Quando Bolívar aceita o convite – feito, astutamente, pelos latifundiários do território do Alto-Peru – para se tornar o presidente da nação batizada de Bolívia em sua homenagem, ele endossa de prontidão o fim dos tributos e dos serviços pessoais dos indígenas, como o *pongo*. Apesar de nunca ter se efetivado plenamente, essa disposição do libertador cindiu as forças unificadoras na Bolívia e provocou a reação dos latifundiários. Tanto é assim que em menos de duas décadas, Santa Cruz (que lutara na independência ao lado de Martín e fora nomeado general por Bolívar) numa tentativa de obter apoio das classes latifundiárias e mineiras na construção da confederação Peru-Bolívia promulga “una ley que volvía a someter a los indios del Altiplano a la antigua condición servil que, al menos en la ley escrita, ya que no en la práctica, había suprimido el Libertador” (RAMOS, 2012, p. 262). Reestabelecia-se, assim, retrogradamente, a unidade entre a “infraestrutura e a superestrutura”, onde a superexploração adquire um patamar de instituição pública e perene.

Os exemplos boliviano e brasileiro evidenciam como as diversas formas de relação de produção para superexploração do trabalho constituem a síntese da nação latinoamericana, ainda que o amparo superestrutural nos países adquira contornos próprios, ligados à conjuntura política, os conflitos e a estrutura produtiva. Nesse sentido, o comportamento das elites portenhas e seus interesses antinacionais nas Províncias Unidas do Prata fornecem um último exemplo a ser tratado nessa seção.

Desde a colônia, a província de Buenos Aires apresenta uma relação singular de indiferença e oposição às demais regiões, o que se acentua, principalmente, quando se torna capital do vice-reinado da Prata, criado em 1776. Sede de um importante porto que abastecia crescentemente de importações o interior e que funcionava como o principal canal de exportação dos gados que se reproduziam nos fecundos pampas dos arredores, Buenos Aires se torna a residência de uma importante classe de comerciantes e pecuaristas.

O comportamento dessas classes era condicionado, dessa forma, pela posição produtiva ímpar que a região exibia na produção pecuarista, com uma pradaria cuja fertilidade renovável e regime de chuvas promoviam uma renda diferencial elevada, apropriada pelos pecuaristas e pelos comerciantes. Essa oligarquia, provavelmente mais do que as outras ligadas à produção agromineral do restante do continente, manifestava por excelência um viés anti-produtivo uma vez que o aumento da produção dependia mais das condições naturais do que de inversões, exacerbado pelo fato de que a atividade pecuária utilizava uma quantidade baixa de capital variável, superexplorada pelos baixos salários (RAMOS, 2012, p. 346 e 356-357). Frente a essas condições espaciais e produtivas típicas, não é de se espantar, pois, as posições políticas que a elite portenha assumiu tanto no processo de independência, quanto nos embates em torno da construção do Estado Nacional argentino.

Sobre a independência, essas elites que lucravam com o rentismo, com o comércio exterior e com o contrabando tornaram Buenos Aires a principal representante dos interesses britânicos na América do Sul e constituíram, assim, um dos fatores fundamentais à balcanização¹⁰³. Isso porque a elas simplesmente não lhes interessavam a criação de uma unidade nacional latinoamericana uma vez que seu móbil econômico, as *estancias ganaderías*, estavam limitadas a uma área geográfica específica e sem a necessidade de incorporação massiva de força de trabalho. Dessa forma, para elas, pouco importava o movimento de separação por parte das oligarquias do Alto Peru das Províncias Unidas: que benefícios poderiam vir de uma “terra de

¹⁰³ “Las peculiaridades del puerto, su poder aduanero y rentístico, su indiferencia por las provincias y América Latina, su condición de productor, exportador e importador convertirán a los intereses de Buenos Aires en uno de los factores motrices de la ‘balcanización’. De la voluntad porteña nace la ‘Nación’ uruguaya, la ‘Nación’ boliviana, la ‘Nación’ paraguaya” (RAMOS, 2012, p. 135).

índios” onde prevalecia a *mita* em atividades agrárias e mineiras há muito decadentes? Dessa forma, como sintetiza Abelardo Ramos (2012, p. 193), “la burguesía porteña carecía de todo concepto territorial de la Nación, ya que todos sus intereses la proyectaban hacia Europa”. Se o tratamento dado ao Alto Peru foi de indiferença, o mesmo não se repete com a banda Oriental, onde Artigas, o mais popular dos caudilhos, com um programa federalista que abarcava reforma agrária para a população das campanhas, sofreu dura oposição portenha, pois ameaçava a própria razão de ser das elites (RAMOS, 2012, p. 211; RIBEIRO, 2007, p. 412).

A atenção das elites de Buenos Aires se voltaria ao interior do território e à população, por um lado, à medida que o comércio internacional ao longo do séc. XIX aumentava sua demanda por matérias-primas e alimentos, e, por outro, com a necessidade de consolidação do Estado Nacional (SILVA, 2006). Nesse processo, há uma ocupação do latifúndio no litoral e interior pela agricultura cerealista, em detrimento da população de mestiços, de gaúchos nos pampas e de índios ao sul, ao mesmo tempo em que o interior do país (como nas províncias ao norte que desenvolvera outrora uma produção manufatureira) reivindica uma maior participação nas rendas comerciais e fiscais de Buenos Aires. O conflito entre Buenos Aires e o interior do território que só se resolveu em meados do séc. XIX tem por trás a existência de distintas relações de produção e modos de vida, cuja resolução ao longo do século foi capitaneada pelo Estado racista e opressor, instrumento primordial das oligarquias.

Os casos do Brasil, da Bolívia e da Argentina evidenciam como a existência diversa das relações de produção (serviços pessoais indígenas, assalariamento, escravidão, colonato, entre outras) opera dentro da lógica da superexploração da força de trabalho. E mais, evidencia como a necessidade de reprodução dessas relações de produção fundamenta uma superestrutura própria, sintetizada pelos impasses da nação latinoamericana. Assim, relações de produção para superexploração da força de trabalho e uma nação que não se estabelece em si e para si conformam a FSP dependente, como uma especificidade histórica do desenvolvimento do modo de produção capitalista.

Para finalizar esta seção, cabe destacar a incidência da FSP dependente sobre as divisões políticas dos países formalmente independentes, questão aludida na

seção anterior. A superexploração da força de trabalho constitui a marca indelével da FSP dependente, mas, como visto, isso não significa que essa unidade se apresente, concretamente, da mesma forma por todo o espaço, como os casos tratados reforçam. Não só as relações de produção que dão objetividade à força de trabalho se verificam quantitativa e qualitativamente em uma existência diferenciada pelo continente e permanentemente transformada pela produção capitalista, como o amparo superestrutural que condiciona essas relações de produção também é distinto. Em outras palavras, todos os países da América Latina compõem a FSP dependente, mas isso não significa que cada um desses constitua uma FSP dependente própria, o que seria uma tautologia tendo em vista que a mera existência de um país já aponta alguma especificidade.

O foco, sempre, é as relações de produção no desenvolvimento do modo de produção capitalista, como a totalidade da produção social em um dado espaço, ainda que marcado por diferenças nas várias dimensões de análise. Dito isso, na América Latina impera somente a FSP dependente, pois a relação de produção adquire um sentido histórico e espacial uno, ainda que diverso concretamente. Dessa forma, todo um trabalho de pesquisa empírica auxiliaria na tentativa de recompor as especificidades e como elas se aglutinam *dentro* da FSP dependente, na sua trajetória histórica. Correndo o risco de imprecisão analítica, pode-se considerar o Brasil como uma específica FSP dependente, ou seja, com condições particulares que incidem sobre a reprodução das relações de produção para a superexploração da força de trabalho, seja pelo fato de se constituir na nação que mais avançou na produção capitalista, de ser mais dotado de aparelhos e instrumentos estatais tipicamente capitalistas, de possuir um território nacional de dimensões continentais que permite a existência de fundos territoriais¹⁰⁴ para valorização do capital, entre outros. Condições essas que não se verificam, por exemplo, nos países da América Central, ou, ainda, no Caribe, onde a reprodução das relações de produção e seu amparo pela superestrutura sugerem uma unidade histórica que extrapola os limites territoriais dos países formalmente constituídos.

¹⁰⁴ Sobre a importância dos fundos territoriais na formação nacional brasileira, ver Moraes (2005).

Trata-se, assim, mais uma vez de uma relação dialética entre unidade e diversidade operando, agora, dentro da FSP dependente. Essa relação não se esgota na diferenciação da FSP dependente. As condições de reprodução das relações de produção na composição da força de trabalho nacional se mostram de maneira diversa pelo território nacional, o que significa um processo permanente de mudança nas regiões nacionais.

3.3 Formação socioespacial dependente e desigualdade regional: dissolução das FSP coloniais e a formação de regiões sub-nacionais

O resultado da investigação até esse momento evidenciou como a FSP dependente é a condição específica da produção social, sob o modo de produção capitalista, com base na superexploração da força de trabalho. Essa força de trabalho, por sua vez, só pode se apresentar objetivamente no processo de trabalho pela reprodução de relações de produção, as quais, no seu desenvolvimento e transformação, conformam toda uma superestrutura política e ideológica, sintetizadas na configuração nacional. Foi visto, ainda, que esse movimento opera de forma diversa na FSP dependente, ainda que não negue o seu aspecto geral. Assim, o procedimento metodológico fundamental para captar a diversidade dentro da FSP dependente passa pelas condições históricas postas à reprodução das relações de produção e, como visto no capítulo dois, pela produção social do espaço a ela inerente.

Se o espaço não foi relacionado ao processo histórico vislumbrado neste capítulo foi porque isso ampliaria demasiadamente a exposição devido às mediações abstratas e concretas necessárias, bem como, à necessidade de se desenvolver outras pesquisas nesse sentido. Mas ele está subjacente a toda análise: quando o capital comercial organiza, pioneiramente, as relações de trabalho na área rural da Inglaterra; no cercamento e expulsão dos camponeses e sua migração no urbano manufatureiro; na preservação da servidão nos latifúndios dos “junkers” da Prússia; na relação entre acumulação primitiva e sistema colonial; na peonagem das estancias ganaderias; no extermínio dos gaúchos e dos índios no deslocamento da fronteira argentina; na

permanência de relações de servidão pessoal na Bolívia; no latifúndio escravista brasileiro e sua revitalização pela incorporação do trabalho livre; entre outros.

Neste momento, essa ausência é, em parte, remediada. O espaço como categoria metodológica fundamental da FSP dependente deve ser agora explicitado, tendo em vista que o objetivo desta seção é apontar como que uma particular FSP dependente (como a brasileira), sob um dado condicionante nacional, compreende a existência quantitativa e qualitativamente diversa das relações de produção no território nacional. A categoria de região, nesse sentido, auxilia a entender concretamente a relação entre a parte e o todo da FSP dependente, uma vez que, como enfatiza Markusen (1987) a região, mais do que qualquer outra unidade conceitual espacial, é o encontro da humanidade e da natureza. A seção que se segue mantém, como referência histórica, as transformações na produção social deflagradas no séc. XIX, pois, como afirma Caio Prado Júnior (2000), é nesse período que toda a estrutura social erigida no período colonial e sua dissolução se sintetizam, ao mesmo tempo em que se lançam as bases para a questão nacional dos séculos seguintes.

Na América Latina do século XIX, observou-se como a obtenção da independência política formal se deu com a dependência econômica internacional. Além disso, foi visto como a superexploração da força de trabalho e ocupação do território foram a base material para o pacto inter-elites na estruturação do Estado, em suma, na construção nacional. É a partir desse momento que a superexploração da força de trabalho *tende* a prevalecer sobre todo o território nacional com a submissão (conflituosa) das formas de existência das relações de produção presentes nas diversas FSP coloniais de até então. A nação, enquanto configuração histórica própria nesse período, é o resultado e, mais do que isso, torna-se o condicionante (*superestrutural*) para que esse processo se desenvolva¹⁰⁵. Somente a partir dessa transformação *material e espiritual* é que se torna possível a prevalência das tendências abstratas de expansão espacial do capital enquanto igualização e diferenciação, conforme referidas no capítulo dois.

¹⁰⁵ “Desenvolve-se o mercado, a livre circulação de mercadorias, dentre as quais destaca-se a força de trabalho. Anulam-se as barreiras internas, municipais, provinciais, estaduais, regionais. Institui-se um sistema nacional oficial de pesos e medidas. Adota-se a moeda e a língua oficiais, únicas. Os dialetos, as formas populares de falar, bem como os pesos, medidas e equivalentes locais ou regionais são postos na ilegalidade, tolerada ou não” (IANNI, 1986, p. 10).

Essa conclusão leva ao objeto da presente seção: a região e FSP. Em síntese, a construção do território nacional é a formação das regiões, isso equivale a dizer, abstratamente, que a origem de uma FSP dependente particular está na dialética dissolução/incorporação das FSP pretéritas. Antes de aprofundar essa concepção, uma questão (polêmica) deve ser explicitada, ainda que não possa ser aprofundada, que envolve as FSP's durante o período colonial. Foge grandemente do escopo da presente investigação apreciar conceitualmente o caráter do período colonial, se se trata de capitalismo, feudalismo ou escravismo, conforme a prevalência das relações de produção e a índole da colonização¹⁰⁶. O ponto de vista aqui defendido, conforme discutido no primeiro capítulo, é o de que se o modo de produção se refere a uma maneira de se produzir a vida social - não sendo passível, assim, de ser reduzido somente à vigência de uma relação de produção – se torna conceitualmente impreciso afirmar a constituição de uma sociedade feudal ou capitalista na colônia. A existência, por um lado, de relações de servidão e “vassalagem” no trato da força de trabalho e da terra, e, por outro, de um sentido histórico da produção atrelado ao processo de acumulação primitiva, mostram como essas concepções são conflitantes.

Pode-se compreender, então, o modo de produção colonial como uma forma de produção social particular, onde, materialmente, o capital comercial organizou e (re)criou relações de produção coercitivas e, espiritualmente, o sistema colonial¹⁰⁷ estruturou sociedades racistas e opressoras por aparelhos políticos particulares. Essa unidade que define o modo de produção colonial abrange várias formas particulares de existência das relações de produção, como a escravidão negra nos latifúndios agrícolas, a servidão pessoal nas minas do altiplano, a servidão indígena coletiva das missões, o gaúcho na bacia do prata, entre outras. A forma concreta como elas se manifestam pode ser apreendida, conceitualmente, pela emergência de FSP coloniais, as quais entraram em choque com aquelas oriundas do modo de produção autóctone (como o “comunismo primitivo” dos Tupinambás). Evidentemente, essa concepção não

¹⁰⁶ A historiografia latinoamericana sobre esse tema é marcada por várias e polêmicas abordagens, como, por exemplo, exemplo, Bagu (1992), Prado Jr. (1966) e Guimarães (1968).

¹⁰⁷ “É do estudo do próprio sistema de colonização que temos de partir, pois a crise, que então se manifesta, expressa mecanismos profundos, que só se apreendem nessa análise global e generalizadora. (...) Sistema colonial, efetivamente, constituiu-se no componente básico da colonização da época mercantilista, o elo que permite estabelecer as mediações essenciais entre os diversos níveis da realidade histórica” (NOVAIS, 1981, p. 57).

procura esgotar as questões dos modos de produção no passado colonial que, como defende Sodré (1980, p. 145), “constituem questões abertas, que só poderão ser assim encaradas e que exigem o debate e a crítica”.

De qualquer maneira, a reprodução das várias FSP coloniais transformou-se radicalmente com o esgotamento do sistema colonial, mas não porque este fornecia os determinantes econômicos e políticos para a sua existência. De modo geral, as FSP coloniais (sobretudo as periféricas dentro do sistema colonial)¹⁰⁸ contavam com uma produção social autônoma e pouco integrada entre si, cujas principais ligações se davam por algum fluxo de excedente e força de trabalho, a cargo do capital comercial. Isso quer dizer que, por mais que se observassem relações mercantis entre as FSP coloniais, essas relações não correspondiam às tendências de igualização e diferenciação que marcam a expansão espacial do capital na nação. Isso ocorre justamente porque o capital, enquanto a relação social típica, ainda não pudera se desenvolver em toda a sua potência nos marcos do sistema colonial¹⁰⁹. Foram as transformações no século XIX na constituição da FSP nacional dependentes que condicionaram a evolução dessas FSP coloniais, num processo cujo resultado não estava pré-determinado.

Esse movimento geral da FSP está de acordo com as observações de Marx quanto à evolução histórica: seja quando ele afirma em *Para crítica da economia política* que “Uma *formação social* nunca perece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas para as quais ela é suficientemente desenvolvida, e novas relações de produção mais adiantadas jamais tomarão o seu lugar, antes que as suas condições materiais de existência tenham sido geradas no seio mesmo da velha

¹⁰⁸ “Ao examinar a Ibero-América fora das áreas centrais, é de surpreender o alto grau de interpenetração das sociedades indígenas e europeia, à vezes a ponto de tornar totalmente inaplicável o modelo de duas sociedades. A fusão social, cultural e biológica estava por toda a parte. Com menos mulheres europeias, os colonizadores da segunda geração eram quase sempre bastante mestiços, o que não impedia que assumissem altas posições locais na falta de alternativas. Ainda mais importante é que nestas regiões a cultura indígena penetrou profundamente na europeia” (SCHWARTZ; LOCKHART, 2002, p. 303).

¹⁰⁹ “Se um pressuposto do trabalho assalariado e uma das condições históricas do capital são o trabalho livre e a troca desse trabalho livre por dinheiro a fim de reproduzir e valorizar o dinheiro, a fim de ser consumido pelo dinheiro não como valor de uso para a fruição, mas como valor de uso para o dinheiro, outro pressuposto é a separação do trabalho livre das condições objetivas de sua realização – do meio de trabalho e do material de trabalho. Portanto, sobretudo a desvinculação do trabalhador da terra como seu laboratório natural – em consequência, a dissolução da pequena propriedade livre de terras, bem como da propriedade comunitária baseada na comunidade oriental” (MARX, 2011b, p. 388).

sociedade” (MARX, 1996, p.52); seja quando Marx (2011b) em *Formas que precederam a produção capitalista* defende que a evolução diferenciada das comunidades primitivas europeias deve ser vista a partir de suas condições materiais, e não como uma fatalidade histórica originada de um movimento pré-determinado entre “forças produtivas/relações de produção”.

Dessa forma, não se pode compreender as FSP coloniais a partir da noção moderna de região, grosso modo, enquanto porção *integrada* do território nacional que compartilha aspectos culturais, econômicos e sociais comuns. A FSP, conforme definida, diz respeito à existência de relações de produção que estruturam organicamente toda a produção social e as suas formas de ser e consciência social. O grau de autonomia política e econômica dessas FSP coloniais e as diversas estratificações sociais, as quais variam conforme as matrizes étnicas e a posição que exerciam dentro da economia colonial, tornam conceitualmente imprecisas seu entendimento como regiões¹¹⁰.

Nesse sentido, pode-se tomar o caso daquilo que se chama, hoje, de “região sul brasileira”. Durante todo o período colonial, não se configura uma “FSP sulina”, ou algo do gênero. Nessa porção do território, cujas atividades econômicas eram periféricas dentro do sistema colonial (diante da impossibilidade de se obter metais preciosos ou uma agricultura de exportação) existiram diversas organizações socioeconômicas que tinham como base relações de produção típicas. Conforme Darcy Ribeiro (2006) e Caio Prado Júnior (2006), pode-se dizer que os movimentos de ocupação (cada um deles com matrizes étnicas e culturais específicas) ao serem estruturados em torno das relações de produção, culminaram em FSP coloniais correspondentes. Cabe menção, nesse sentido, a fundação de missões jesuítas na porção sudoeste do território ao desenvolver atividades pecuárias e agrícolas, com relativo grau de produtividade, através da reunião de mão de obra indígena organizada

¹¹⁰ Isso não quer dizer que numa mesma FSP colonial não se verificassem diferenças internamente que resultassem na existência de regiões especificamente integradas dentro da FSP colonial. Tudo depende da natureza das relações de produção, das condições históricas postas ao processo de trabalho e a transformação espacial decorrente. A FSP colonial escravista no nordeste da colônia portuguesa é um exemplo desse fenômeno. Conforme interpretação de Furtado (2003, p. 57-62), a economia açucareira-escravista do litoral constituía-se num importante mercado de bens de consumo e insumos, os quais, pela própria rentabilidade da produção escravista, inviabilizava a produção desses gêneros nos latifúndios. Dessa forma, a ocupação do sertão com base nas atividades agropecuárias e em relações de produção não predominantemente escravista (misto de assalariamento e colonato) foi induzida pela economia açucareira do litoral. Surgem, assim, duas regiões específicas integradas na FSP colonial de então.

pela manutenção da organização familiar, porém de forma mais cooperativa e em um grande contingente¹¹¹. Não por menos, constantemente, as missões eram foco dos bandeirantes paulistas na busca por mão de obra.

Ao mesmo tempo, as tentativas de expandir o domínio da coroa portuguesa no território da bacia do Prata com o fim da união ibérica deu início a campanhas militares no extremo sul da colônia, o que resultou na fixação de uma população mínima e de estamentos militares nas regiões em disputa. Concomitantemente, ocorreu a fundação de vilas e entrepostos militares ao longo da costa meridional. Essas duas medidas, ao serem implementadas, levaram a FSP distintas. No primeiro caso, aos militares portugueses envolvidos no conflito eram outorgadas grandes propriedades latifundiárias (*estâncias*) na região dos pampas. Estas propriedades se destinavam à produção de alguns gêneros alimentícios, mas, principalmente, de gado, os quais, introduzidos pelos espanhóis e jesuítas nos séculos anteriores, se reproduziam livremente devido às condições climáticas propícias. A força de trabalho utilizada predominantemente era dos gaúchos, uma proto-etnia que surge dos contingentes brancos europeus e dos índios guaranis durante as primeiras ocupações.

O gaúcho nasce daquilo que Ribeiro (2006) chama de *ninguendade*: ao não ser culturalmente nem índio e nem branco, dessa forma extirpado da sua inserção nas estruturas sociais específicas, os gaúchos “especializaram-se na exploração do gado, alçado e selvagem, que se multiplicava prodigiosamente nas pradarias naturais das duas margens do rio da Prata” (RIBEIRO, 2006, p. 414). Posteriormente, com o estímulo das atividades pecuárias pela mineração, os gaúchos se tornam a força de trabalho típica das estâncias, sob o comando dos caudilhos. No segundo caso, os anseios portugueses pela participação no comércio da bacia do Prata conduziram também à fundação de vilas pelo litoral, num esquema de colonização completamente distinta daquela praticada no resto da colônia. A necessidade de abastecimento alimentar, de recrutamento para as campanhas militares e, principalmente, de ocupação do litoral foi garantida pelo traslado de migrantes açorianos, aos quais eram oferecidas pequenas propriedades para uma exploração familiar de subsistência.

¹¹¹ “Ao contrário da formação colonial-escravista que, que tratava o índio como um fator energético para ser desgastado na produção mercantil, o modelo jesuítico buscava assegurar-lhe uma existência própria dentro de uma comunidade” (RIBEIRO, 2006, p. 410).

Nesses três tipos de ocupação, observa-se que a relação de produção vigente não era a escravidão, mas sim familiar ou “servidão-assalariamento móvel” (no caso dos gaúchos das estâncias)¹¹². Nesses casos, trata-se de formações socioespaciais distintas, pouco integradas entre si e diferentemente integradas com o sistema colonial português. O mesmo se verifica posteriormente no Império com a vinda dos imigrantes europeus ao sul do país durante meados do século XIX, os quais se dedicavam à pequena produção familiar, artesanato e alguma manufatura, principalmente nos vales da porção leste do território dos (atuais) estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Cada uma delas teve uma trajetória específica no período colonial e durante o processo de construção da FSP dependente nacional. O que se pode denominar provisoriamente de FSP gaúcha pastoril, por exemplo, abrangia no período colonial praticamente metade do atual estado do Rio Grande do Sul e se expandia ao Uruguai e ao nordeste argentino. Sobre essa relação de produção típica se erguia toda uma vida material e aspectos culturais, como alimentação, vestimenta e a própria língua. Os romances históricos que tratam dessa FSP nesse período (como as obras de Erico Veríssimo) ilustram como Buenos Aires, enquanto centro cultural e econômico, exercia uma influência sobre as estâncias e as cidades do Rio Grande do Sul. As constantes batalhas e tratados firmados na região ao longo dos séculos, e principalmente durante a questão platina do séc. XIX, mostram como a atual configuração regional poderia ter outro destino. Mesma análise poderia ser desdobrada para a FSP missionária, sua desintegração em virtude da oposição política que os jesuítas sofreram e sua relação com a formação da nação paraguaia¹¹³.

¹¹² Sobre a importância de se distinguir as relações de produção: “En la *prestación personal servil* el trabajo del siervo para sí mismo y su trabajo forzado para el señor se distinguen, de manera palmariamente sensible, tanto en el espacio como en el tiempo. En el *trabajo esclavo*, incluso la parte de la jornada laboral en la cual el esclavo no hace más que suplir el valor de sus propios medios de subsistencia, en la cual, pues, en realidad trabaja para sí mismo, aparece como trabajo para su amo. En el caso del *trabajo asalariado*, por el contrario, incluso el plustrabajo o trabajo impago aparece como pago. Allí la relación de propiedad vela el *trabajar para sí mismo del esclavo*; aquí, la relación dineraria encubre el *trabajar gratuito del asalariado*” (MARX, 1988, p. 657)

¹¹³ “La gran provincia paraguayana había heredado de las misiones jesuíticas una estructura agraria sin latifundio, lo que permitió a sus gobiernos posteriores fundar su estabilidad sobre una especie de democracia agraria sólidamente arraigada. La fuerza militar del Paraguay en siglo XIX se asienta socialmente en nivel de vida de sus campesinos, que no conocían la pobreza, ni el servilismo, ni la esclavitud, ni el ‘pongo, ni la ‘mita’” (RAMOS, 2012, p. 242).

Em síntese, a hipótese sustentada é que o processo de construção da FSP nacional se inicia no século XIX e é movido pela subordinação das FSP pretéritas no que se refere à existência das relações de produção na constituição da força de trabalho nacional. No caso do Brasil, a intensificação desse processo (enquanto configuração histórica de uma nação) se deu, por sua vez, com a produção capitalista da economia-exportadora e com o surgimento, no seu seio, do capital industrial o que culminou na hegemonia do assalariamento. Nesse movimento, as porções do território nacional passam a operar tendencialmente como regiões dentro da FSP dependente, principalmente com a ascensão de um mercado interno integrado. Não é por menos que a questão regional, ao se intensificar esse processo, se torna uma questão nacional a partir de final da década de 1950, onde a criação da própria SUDENE é a expressão por excelência desse fenômeno (OLIVEIRA, 1981a, p. 25; CANO, 2007).

Partindo da consolidação desse processo pode-se compreender a relação dialética entre região e FSP dependente. A essência dessa relação está no fato de que, como a especificidade da acumulação de capital reside na superexploração da força de trabalho (MARINI, 1979), as regiões terão de responder a essa totalidade perante o movimento contraditório da integração do espaço nacional. A expansão espacial promovida por uma acumulação comandada pelo capital produtivo (industrial, agropecuário, imobiliário) no Brasil passa a operar na sua plenitude através das tendências de igualização e diferenciação. Tanto a igualização (ao conduzir o espraiamento da relação capital-trabalho e de meios de produção pelo espaço como condição para a acumulação), quanto à diferenciação (ao adequar o espaço às exigências da reprodução do capital de forma desigual) se objetivam na FSP dependente ao estabelecer as condições específicas, em cada região, de remuneração da força de trabalho *nacional* abaixo do seu valor.

A subjugação da FSP dependente à superexploração da força de trabalho permite jogar luz a novos temas de investigação, inclusive do ponto de vista teórico. Nesse sentido, alguns apontamentos, ainda que parciais, podem ser feitos para se entender a reprodução das condições de superexploração e o papel das desigualdades regionais. Como coloca Marini (1979; 2005) a superexploração é a marca típica dos países dependentes e compreende a remuneração da força de trabalho abaixo do seu

valor. Mas esse argumento, apesar de correto, deve ser melhor precisado, e a relação entre FSP dependente e região auxilia nessa tarefa.

Em várias passagens de *O Capital*, Marx (1988) ressalta como a remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor é um expediente correntemente almejado pelos capitalistas individuais¹¹⁴ ou, em certas ocasiões, uma decorrência das condições de produção. O ponto de Marini (2005) é teoricamente distinto: atribui à superexploração da força de trabalho a categoria central dos países subdesenvolvidos, inclusive, tornando-a o foco de luta do movimento operário.

O conceito de FSP dependente enfatiza a existência concreta da força de trabalho nacional, ou seja, trata-se de outro plano de abstração na análise. A força de trabalho de uma nação, como visto, existe materialmente enquanto distintas relações de produção onde, socialmente, configura-se um valor médio. Mas esse valor, do ponto de vista espacial, apresenta uma distribuição distinta em referência ao valor médio. Apesar dessa diferença também existir nas FSP do capitalismo central, nas FSP dependentes a desigualdade regional é muito maior, pois ela converte-se num mecanismo importante de contraposição dos capitais nacionais e locais ao fenômeno de transferência do valor visto no capítulo dois¹¹⁵.

Isso significa que o capital se utiliza, através das relações de produção, de diferenças regionais do valor da força de trabalho, de sua remuneração e da capacidade de ser remunerada abaixo do seu valor para ampliar a taxa de exploração global, ou, num outro polo, para contrapor parcialmente os problemas de realização inerentes à economia dependente (capítulo dois). Assim, opera-se dialeticamente nas

¹¹⁴ Isso pode ser visto, por exemplo, nas seguintes passagens: “la caída del salario por debajo del valor de la fuerza de trabajo impide el uso de la maquinaria y lo hace superfluo, a menudo imposible, desde el punto de vista del capital (...)” (MARX, 1988, p. 479). Ou ainda: “se llega siempre a un punto en que se procura abaratar la mercancía mediante la reducción violenta del salario por debajo del valor de la fuerza de trabajo (MARX, 1988, p. 551).

¹¹⁵ Ianni (1986, p. 130) sintetiza a funcionalidade das desigualdades regionais e como ela está ligada à questão nacional: “No Brasil, México e Peru, entre outros países, a forma do Estado Nacional tem muito a ver com as desigualdades regionais. No Brasil, por exemplo, há décadas que o Nordeste é uma `região problema`. (...) Mas há uma peculiaridade na questão Nordeste que precisa ser observada logo de início: essa é uma região-problema que representa muitas vantagens econômicas e políticas para os interesses capitalistas localizados no Centro-Sul, compreendendo principalmente os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. O excedente econômico (lucro ou mais-valia) produzido pelo Nordeste é, em sua maior parte, absorvido pela indústria, comércio e banco, cujas matrizes se acham localizadas no Centro-Sul e no exterior. O excedente populacional (desemprego, subemprego, retirantes que fogem das secas, ou exército industrial de reserva) tem servido de força de trabalho para os mais diversos empreendimentos privados e públicos em outras regiões: construção da cidade de Brasília e capital do país; rodovia Belém-Brasília; indústria automobilística em São Paulo; indústria da construção civil em várias cidades do Centro Sul; (...)”.

regiões das FSP dependentes – respeitando as relações mediadoras entre sistema econômico internacional, nação, Estado e região – um fenômeno análogo que se observa no plano internacional quanto à diversidade dos salários:

(...) la simples traducción del valor (...) de la fuerza de trabajo en la forma exotérica del salario, hace que todas as aquellas leyes se transformen en leyes del movimiento del salario. Lo que dentro de este movimiento se pone de manifiesto como combinación variable, puede aparecer, en el caso de países diferentes, como diversidad simultánea de los salarios nacionales. De ahí que al comparar los salarios de diversas naciones, debe tenerse en cuenta todos los factores que determinan el cambio en la magnitud de valor alcanzada por la fuerza de trabajo: precio y volumen de las necesidades vitales elementales – naturales e históricamente desarrolladas –, costos que insume la educación del obrero, papel desempeñado por el trabajo femenino y el infantil, productividad del trabajo, magnitud del mismo en extensión e intensidad. Incluso la comparación más superficial exige, por de pronto, reducir a jornadas laborales iguales el jornal medio que rige en las mismas industrias de diversos países (MARX, 1988, p. 683.684, destaque do autor).

De certo modo, a importância das relações de produção regionais na constituição da força de trabalho nacional se aproxima da definição de região feita Francisco de Oliveira (1981a, p. 27), em *Elegia para uma re(li)gião*. Nela, a região é compreendida como a especificidade das formas da reprodução do capital, da estrutura de classes e do conflito político *shintetizados* nas relações de produção. Essa concepção avança, assim, em comparação à definição de região como uma territorialidade social contígua que possui um distinguível ambiente físico, organização espacial e estrutura econômica, social e político frente a outras regiões. É inegável a presença dessa especificidade regional, a qual dá origem ao regionalismo enquanto tradução das características regionais na formação de uma identidade cultural em oposição às forças externas que procuram enquadrá-las (MARKUSEN, 1987). A questão é como compreender a vigência dessa distinção, sua formação histórica, sua transformação permanente pela produção capitalista, suas dimensões sociais e espaciais em várias escalas.

Esses elementos passam pela relação de produção. Dessa forma, toda a construção metodológica realizada até esse momento culmina nessa questão: a

reprodução da relação de produção é a categoria sintética das transformações da produção social (ao dar objetividade à força de trabalho para o processo produtivo), dos seus aspectos sociais e políticos (a relação de produção condiciona as relações sociais travadas entre os indivíduos, com os seus instrumentos e meios de trabalho, amparadas pelo Estado) e espaciais (a produção social requer o permanente processo de transformação da natureza). Essa síntese se manifesta de forma mais imediata nas regiões onde, a partir delas, se estabelecem as demais escalas espaciais (nacionais e internacionais).

Com base nesse princípio, pode-se dizer que *as regiões* atuam dialeticamente nos diferentes mecanismos de superexploração do trabalho da FSP dependente. As principais manifestações desse princípio podem ser vistas nas desigualdades de rendimentos entre as regiões; nas diferentes composições orgânicas do capital, o que permite a transferência de valor pela equalização da taxa de lucro; na maior existência de relações de produção não-capitalistas nas regiões periféricas o que amplia o desgaste da força de trabalho no processo produtivo; grandes correntes migratórias para as regiões centrais da FSP dependente, funcionais para a manutenção dos baixos salários ao operarem como um exército industrial de reserva; na intervenção estatal regionalmente discriminada para garantir uma reprodução da força de trabalho adequada às condições de acumulação. Em suma, a tendência de igualização da expansão do capital do ponto de vista espacial procura incorporar as regiões a esse movimento, a partir das condições postas nas relações de produção.

Mas isso não quer dizer que, pela igualização, a tendência de diferenciação da expansão do capital se anule. Nesse sentido, opõe-se à interpretação conferida por Oliveira (1981a, p. 31), quando ele levanta a possibilidade de *fechamento* da região por suas classes dominantes com a incorporação da dinâmica regional pelo capital da região central. Os ditames da acumulação de capital na FSP dependente, com suas contradições e limites postos pela inserção dentro do sistema capitalista mundial, promovem um processo contínuo de dissolução e redefinição das regiões. Em outras palavras, a força de trabalho disponível no processo de acumulação existe concretamente enquanto relações de produção de diversas composições nas regiões, onde o capital utiliza relações não-capitalistas e frações de capital não-industrial

(agrícola, bancário, comercial, imobiliário) para garantir a remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor, e, assim, a dependência.

Infelizmente não se pode na presente investigação se debruçar sobre as condições concretas em que as transformações das relações de produção, em várias escalas espaciais, são atreladas ao movimento da produção capitalista. Mas essa abordagem proposta pode ser vislumbrada pela interpretação de Francisco de Oliveira (1981b) do processo de industrialização brasileira, quando este contou com uma remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor e pela atuação distintiva de diversas frações de capital e do Estado.

Segundo o autor, os anos de 1930 marcam o fim da hegemonia agrária-exportadora e o início da predominância da estrutura produtiva urbana-industrial. Diante da nova correlação de forças que se segue ao processo de industrialização, havia a necessidade de operar uma reformulação dos aparelhos de Estado no sentido de instaurar uma nova regulamentação dos fatores produtivos e da relação dentre estes. Exemplos disso são a fixação do salário mínimo e a legislação trabalhista, onde essas medidas procuraram garantir os mecanismos de acumulação do novo modo de produção através da igualação para baixo dos salários dentre a população trabalhadora e da criação de um exército industrial de reserva. O objetivo dessa regulação estatal no mercado de trabalho foi garantir à acumulação capitalista uma força de trabalho não só disponível, mas também a baixo custo, abaixo do seu valor de reprodução.

Para isso, tanto as transformações na agricultura quanto nos serviços se tornaram meios para esse fim. À agricultura, além de manter seu papel de exportação e provedora de matérias-primas, acrescentou-se outra função: fornecedora de alimentos à população urbana crescente. Esse fornecimento auxiliou o processo de acumulação industrial mediante a apropriação por parte dos proprietários rurais da produção e da força de trabalho no campo a qual, por um processo de acumulação primitiva, permitiu um rebaixamento dos preços agrícolas e assim diminuição do custo de reprodução da força de trabalho urbana. No caso dos serviços, o seu crescimento horizontal, descapitalizado e baseado na sobreutilização da força de trabalho, era funcional à acumulação industrial, na medida em que permitia manter a sua função de circulação e auxílio à produção sem concorrer com os fundos que deveriam ser majoritariamente

destinados à indústria. Dessa forma, ainda que restrita às condições paulistas, essa interpretação se aproxima da abordagem aqui defendida, a saber, da vinculação das mudanças nas relações de produção e a transformação do espaço social para a superexploração da força de trabalho.

Para finalizar, cabe a seguinte advertência. As tendências de igualização e diferenciação da expansão do capital na FSP dependente reafirmam o caráter mutável da nação e das regiões, o que impede uma interpretação mecânica e a-histórica. Numa acumulação baseada na produção primário-exportadora, como no final do século XIX até início dos anos de 1920, a nação (como uma configuração histórica sintética) e as regiões (enquanto especificidades da reprodução das relações de produção) expressavam a FSP dependente de modo distinto daquele durante a vigência da acumulação de capital comandada pelo capital industrial pós-1930. O mesmo argumento se aplica, contemporaneamente, com o fim do projeto desenvolvimentista e a instauração do padrão exportador de especialização produtiva, que provoca uma nova espacialidade da economia brasileira (OSÓRIO, 2009; MACEDO, 2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS: FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DEPENDENTE, ESTADO E CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Este trabalho teve como objetivo desenvolver a concepção de formação econômico-social (FES) a partir do conceito de formação socioespacial (FSP), submetendo-o à relação de produção enquanto categoria totalizante. Esse procedimento metodológico foi desdobrado à América Latina enquanto uma formação socioespacial dependente, uma vez que as relações de produção no continente são marcadas pela superexploração da força de trabalho, as quais condicionam a produção social do espaço, nas suas dimensões nacionais e regionais.

Mais do que resumir as principais conclusões dos capítulos, neste momento, cabe destacar um dos pontos que merece maior atenção por parte dos pesquisadores, dentro do objetivo de captar a manifestação concreta da FSP dependente: o Estado. A teoria da dependência em muitos aspectos jogou luz sobre os condicionantes históricos postos na acumulação de capital para os países periféricos a partir do sistema capitalista mundial. Porém, ainda não se contam, satisfatoriamente, com pesquisas que abarquem as especificidades do Estado Nacional latinoamericano nesse processo. O conceito de FSP pode contribuir nesse sentido.

Como defende Coutinho (1985, p. 12), o desenvolvimento de um conceito amplo do Estado capitalista exige que se articule “dialeticamente os momentos abstratos obtidos na análise do modo de produção com as determinações mais concretas que resultem do exame da formação econômico-social enquanto nível mais complexo da totalidade social”. Como visto, é pelo espaço que esse nível de concretude se manifesta, ou seja, trata-se, pois, de articular o Estado com a formação socioespacial. Em linhas gerais, a atuação do Estado é determinante na conformação das relações de produção pelo território e no privilégio que as diversas frações de capital contam para tornar a superexploração da força de trabalho a categoria central do capitalismo dependente.

Esta abordagem proposta se aproxima da discussão feita por Lessa e Dain (1980). Segundo os autores, a ação do Estado brasileiro a partir de 1930 reflete as condições históricas postas ao país atreladas à inserção periférica dentro da divisão

internacional do trabalho e ao avanço na diversificação da estrutura produtiva, em grande parte, fruto da presença de filiais estrangeiras em várias atividades. Segundo Lessa e Dain (1982, p. 217), é precisamente na articulação entre Estado e filiais que se encontra a especificidade da industrialização latino-americana. Essa relação se origina antes mesmo do impulso à industrialização. Ao se inserir na economia nacional, o capital estrangeiro, em contato com diversas frações de capital nacional com circuitos de valorização distintos, acatou uma posição subalterna frente à dinâmica econômica fundamentada no padrão agrário-exportador a partir da construção de um pacto básico ou “sagrada aliança”.

As cláusulas desse pacto entre as frações de capitais estrangeiras e nacionais, segundo os autores, estavam na garantia para os capitais nacionais das órbitas do seu interesse crucial, com suas fontes de valorização não-industriais e a repartição horizontal da massa de lucro, onde a rentabilidade dos capitais nacionais não poderia ser inferior a dos estrangeiros no circuito industrial. Para tanto, exigiu-se do Estado o cumprimento desse acordo, como mantenedor, então, da “sagrada aliança”. A relação específica que se forma entre Estado e capital nos países periféricos deu origem, assim, a um “padrão pervertido de valorização”, não comandado pela lógica industrial, mas sim, marcado pela especulação e patrimonialismo, com a necessidade permanente de se criar novas frentes de valorização do capital.

Mesmo a intensificação do processo de industrialização a partir da década de 1950, com a hegemonia industrial, não rompeu o pacto. Na verdade, tornou-o mais complexo. O capital industrial, ao contar com o domínio das filiais estrangeiras nos segmentos mais dinâmicos, convive com os capitais nacionais não-industriais os quais garantem a reprodução da ordem política, ou seja, a atuação do Estado na promoção da repartição do lucro. Comprometido com esse pacto, o Estado no Brasil cai num paradoxo: ao mesmo tempo em que amplia seu poder de intervenção na acumulação de capital, ele tem os seus objetivos limitados pelos compromissos firmados na “sagrada aliança”.

Apesar de todos os avanços analíticos, essa compreensão do Estado no capitalismo periférico ainda se mostra limitada. A crítica não se dirige à vigência ou não do “pacto básico”, o que parece ser inquestionável, mas sim, ao fundamento material

que permite a sua existência. Mais precisamente, na segunda cláusula que constitui o pacto está colocada a repartição do lucro em um mesmo patamar dentre as diversas frações de capital (por isso, a especulação, conservadorismo e patrimonialismo). Pois bem, não basta, em termos de economia política, retratar as condições para o pacto, deve-se mostrar como a estrutura econômica (entendida como as relações de produção, no sentido do *Prefácio* de Marx) é formada para atender a esse fim, de inegável consequência sobre a acumulação de capital como um todo. A resolução dessa questão, se pertinente, deve partir da categoria de superexploração da força de trabalho, de Marini (2005; 1979), enquanto fundamento da FSP dependente e, assim, das frações de capital.

Todas essas observações feitas são apenas alguns pontos que devem ser atentados pelos pesquisadores no continente. Esse “convite à pesquisa”, que passa pelos atuais determinantes das FSP dependente, enquanto nação e região, e pelo Estado Nacional, mostra-se imprescindível na emergência de uma nova divisão internacional do trabalho, justamente porque aprofunda o grau de dependência dos países periféricos (MARINI, 1996). A “globalização”, enquanto o resultado das novas condições técnicas e econômicas desenvolvidas nos países do centro, torna necessária uma nova forma de organização do mercado e do processo produtivo mundial.

A indústria nos países desenvolvidos ao intensificar a mudança tecnológica com base no conhecimento dentro do processo de produção – onde crescentemente o preço de custo de produção repousa menos no processo físico de produção – apresenta duas tendências de extroversão: 1) fortalecimento do processo de difusão mundial da indústria em busca de taxas de salários menores; 2) o esforço por maior qualificação da força de trabalho nos países desenvolvidos corresponde a um deslocamento das ocupações de menor qualificação para outras nações. Em síntese, a globalização tem como cerne uma divisão internacional do trabalho cuja materialidade está na própria força de trabalho:

Esto nos pone frente al proyecto de una nueva división internacional del trabajo, que operaría *a nivel de la fuerza de trabajo misma* y no, como antes, a través de la posición ocupada en el mercado mundial por la economía nacional en donde el trabajador se desempeña. De lo que se trataría, ahora, es de la participación del trabajador en un verdadero ejército industrial globalizado en proceso de constitución, en función del grado de educación, cultural y calificación productiva de cada uno (MARINI, 1996, p. 58, destaque do autor).

Ainda segundo Marini, a globalização e a nova divisão internacional do trabalho comandada pelos países do centro do capitalismo reservam duas vantagens para estes, o que amplia, assim, o nível de dependência dos países periféricos. A inovação técnica, ao ter como base atividades de pesquisa e desenvolvimento, se torna inacessível aos países da periferia a não ser quando se configuram como receptores de novas plantas industriais, o que leva à segunda vantagem. Os países desenvolvidos controlam a transferência das atividades industriais seja pelo deslocamento de indústrias menos intensivas em conhecimento, seja pela dispersão entre diferentes países de etapas produtivas, o que dificulta ainda mais a integração nacional dos países periféricos.

Dessa forma, os imperativos do sistema capitalista contemporâneo, justificados pela política neoliberal, já colocam, de antemão, novas determinações sobre o espaço nacional dos países dependentes. Trata-se, assim, de transformações nas FSP dependentes dentro da nova dinâmica do modo de produção capitalista, onde a própria nação e sua relação com as regiões são alteradas.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. Materialismo Dialético e Materialismo Histórico. In: ALTHUSSER, Louis; BADIOU, Alain. **Materialismo histórico e materialismo dialético**. São Paulo (SP): Global, 1979. p. 33 – 56.
- ARUTO, P. C. O Conceito de Formação Econômico-Social: Uma Revisão das Abordagens Marxistas Recentes. 78 f. **Monografia**. Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.
- BAGÚ, Sergio. **Economía de la sociedad**. Ensaio de historia comparada de América Latina. México: Grijalbo, 1992.
- BORCHARDT, Karl .La revolución industrial en Alemania. In: CIPOLLA, Carlo M. (ed.). **Historia económica de Europa: El nacimiento de las sociedades industriales**. Barcelona:Ariel, 1987, p. 78–164.
- BOTTOMORE, Tom. Verbete: Forças produtivas e relações de produção. In: BOTTMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Zahar, 1988, p. 157-159.
- BRANDÃO, Carlos. **Território e Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- BREITBACH, A.C.M. **Estudo sobre o conceito de região**. FEE n. 13, 1988, Porto Alegre, 1988.
- CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970**. UNESP, 2007.
- _____. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 4. ed. Campinas, SP: UNICAMP/IE, 1998.
- CARCANHOLO, Marcelo. (im)Precisões sobre a categoria superexploração da força de trabalho In: ALMEIDA FILHO, Niemeyer. (org) **Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini**. Brasília: Ipea, 2013, p. 71-97.
- CARDOSO, Miriam L. **Ideologia do desenvolvimento – Brasil: JK-JQ**. 2ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. 459 p. (Estudos brasileiros, v. 14).
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.
- _____. **Região e Organização espacial**. 7ª ed. São Paulo: Ática, 2000.
- COUTINHO, Carlos N. **A dualidade de poderes: introdução à teoria marxista de estado e revolução**. São Paulo: brasiliense, 1985.

DHOQUOIS, Guy. La formación económico-social como combinación de modos de producción. In: **Cadernos de Passado y Presente**. 2ª edição, n. 39. Cidade do México: Siglo XXI, 1976. p.185 - 189.

DOBB, Maurice. **A evolução do Capitalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

DOS SANTOS, Theotonio. **Fuerzas productivas y relaciones de producción: un ensayo introductorio**. Caracas: Centro Simón Bolívar, 2009.

_____. La estructura de la dependencia. In: DOS SANTOS, Theotonio et all. **Economía Política del Imperialismo**. Buenos Aires: Ediciones Periferia, 1975.

ENDLICH, ANGELA MARIA. Formação socioespacial da região noroeste do Paraná e as pequenas cidades. **Boletim de Geografia**. Maringá, v. 25, n. 1, p. 37-58, 2007.

ENGELS, Frederich. **Sobre o papel do trabalho a transformação do macaco em homem**. [e-book]. S.l.: Rocketedition, 1999. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/macaco.pdf>. Acessado em outubro de 2014.

FERNANDES, Florestan. **A organização social dos Tupinambá**. São Paulo: Hucitec; Brasília: Ed. UnB, 1989.

_____. **A investigação etnológica no Brasil e outros ensaios**. Petrópolis: Vozes, 1988.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 32ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.

GODELIER, Maurice. Conceito de "Formação Econômica e Social": o Exemplo dos Incas. In: Santiago, T. A. (org). **América Colonial: Ensaio**. Rio de Janeiro: Pallas, 1988. p. 11 –20

GORENDER, Jacob. O conceito de modo de produção e a pesquisa histórica. In: LAPA, José R. do Amaral (org). **Modos de produção e realidade brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1980, p. 43 - 66.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1968.

HARNECKER, Marta. **Conceitos elementais do materialismo histórico**. [S.l.]: [s.n.], 1973. 317p.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HERZOG, Pierre. El punto de vista de un economista. In: Cuadernos de Pasado y Presente. 2ª edição, n. 39. Cidade do México: Siglo XXI, 1976. p.196 - 200.

HILL, Christopher. The English Revolution: 1640 [on-line]. **Marxists Internet Archive**. 2014. Disponível em: <http://marxists.org/archive/hill-christopher/english-revolution/index.htm> com acesso em dezembro de 2014.

HOBBSAWN, Eric. Introdução. In: MARX, Karl. **Formações Econômicas Pré-Capitalistas**. 5ª ed. Rio Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 13 – 64.

_____. J. **Da revolução industrial inglesa ao imperialismo**. 2ª ed. RJ: Forense, 1979.

IANNI, Octávio. **A ideia de Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. A questão nacional na América Latina. **Estud. av.**, vol.2, n.1. São Paulo, Jan/Mar. 1988, pp. 5-40. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141988000100003&script=sci_arttext&tlng=es], com acesso em fevereiro de 2014.

_____. **Classe e Nação**. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1986.

JUDIN, P.; ROSENAL, M. Verbete: Formación Económico-Social. In: **Diccionario de Filosofia e sociologia marxista**. Buenos Aires: Seneca 1965, p. 38 –p. 39.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LANGE, Oskar. **Moderna Economia Política: problemas gerais**. 2ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1967.

LEFEBVRE, Henri. **A re-produção das relações de produção**. Porto: Escorpião, 1973.

LÊNIN. V. I. **Quienes son los "amigos del pueblo" y como luchan contra los socialdemocratas**: respuesta a los articulos de ruskoi bogatstvo contra los marxistas. Partido Comunista del Ecuador, s.d., 104 p. Acesso em junho de 2014, disponível em: http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CB8QFjAA&url=http%3A%2F%2Fpcecuador.org%2Fdocs%2FQUINES_AMIGOS_DEL_PUEBL_O.pdf&ei=GSQCVMTgMdDIsAT8moLoCQ&usg=AFQjCNGkuaFZEz9_NKzijav-60kEu2Zm7g&bvm=bv.74115972,d.cWc&cad=rja.

_____. **El Estado y la Revolución**. Caracas: Fundación Editorial El perro y la rana, 2011.

LESSA, C. e DAIN, S. Capitalismo associado: algumas referências para o tema Estado e desenvolvimento. In: BELLUZZO, Luiz G. e COUTINHO, R. **Desenvolvimento capitalista no Brasil**: ensaios sobre a crise. São Paulo, Brasiliense, 1982, p. 214-228.

LUKÁCS, György. O marxismo Ortodoxo. In: LUKÁCS, György; PAULO NETTO, Jose. **Georg Lukacs**. 2. ed. São Paulo: Atica, 1992. (Grandes cientistassociais: 20).

LUPORINI, Cesare. Dialética Marxista e Historicismo. In: Cuadernos de Pasado y Presente. 2ª edição, n. 39. Cidade do México: Siglo XXI, 1976a. p. 9 – 54.

_____. Marx según Marx. In: Cuadernos de Pasado y Presente. 2ª edição, n. 39. Cidade do México: Siglo XXI, 1976b. p. 97 - 161.

MACEDO, Fernando C. **Inserção externa e território**: impactos do comércio exterior na dinâmica regional e urbana no Brasil (1989-2008). 2010. 286 p. Tese livre-docência - IE, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2010.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. In: TRASPADINI, R., STEDILE, J. P. (orgs). **Ruy Mauro Marini: Vida e Obra**. Expressão Popular, São Paulo, 2005, p. 137-180.

_____. El ciclo del capital en la economía dependiente. In: OSWALD, U. (coordinador). **Mercado y Dependencia**. México, Ed. Nueva Imagen, p. 37-55, 1979.

_____. Proceso y tendencias de la globalización capitalista. In: MARINI, Ruy M. e MILLÁN, Mária (orgs). **La teoría social latinoamericana**, v. 4, p. 49-68, 1996.

MARKUSEN, Ann R. **Regions**: The economics and politics of territory. Totowa, NJ: Rowman & Littlefield, 1987.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Hucitec, 1986.

MARX, Karl. **El Capital**: Crítica de la economía política. Tomo I. Mexico, DF: Siglo XXI, 1988.

_____. **El Capital**: Crítica de la economía política. Tomo III. Mexico, DF: Siglo XXI, 1976.

_____. **O Capital**: Crítica da economia política. Tomo I. São Paulo: Abril, 1985a.

_____. **Capítulo VI inédito de O Capital**: resultados do processo de produção imediata. São Paulo: Moraes, 1985b.

_____. **Para a Crítica da Economia Política**. São Paulo: Nova Cultural, 1996a.

_____. **O Rendimento e as suas fontes**. São Paulo: Nova Cultural, 1996b.

_____. Introdução. In: MARX, K. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboço da economia política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: UFRJ, 2011a, p. 39-64.

_____. Formas que precederam a produção capitalista. In: MARX, K. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboço da economia política.** São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: UFRJ, 2011b, p. 388-423.

_____. A burguesia e a contra-revolução: segundo artigo [on-line]. **Marxists Internet Archive.** 2014. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1848/12/11.htm#tn65>>, com acesso em dezembro de 2014.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã:** Crítica da novíssima filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. 643p.

MORAES, Antonio C. R. **Território e história no Brasil.** 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2005.

MOREIRA, Ruy. A geografia serve para desvendar máscaras sociais. In: **Pensar e ser em geografia:** ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico. São Paulo: Contexto, p.61–79, 2007.

NIKITIN, P. **Economía Política.** 7ª edição. México: Editores Mexicanos Unidos, 1985.

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na Crise do antigo sistema colonial (1777 – 1808).** 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1981.

OLIVEIRA, F. **Elegia para uma re(li)gião:** Sudene, Nordeste, planejamento e conflito de Classes. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra; 1981a.

_____. **A economia brasileira:** crítica à razão dualista. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1981b.

OSORIO, Jaime. Dependência e Superexploração. In: SADER, E. SANTOS, T. (coord.) **A América Latina e os desafios da globalização:** Ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini. Rio de Janeiro: Ed. Puc; São Paulo: Boitempo, 2009, p. 167- 197.

PEREIRA, Raquel Maria Fontes do Amaral. Formação sócio-espacial do litoral de Santa Catarina (Brasil): gênese e transformações recentes. **Geosul.** Florianópolis, n. 35, p. 99-129, 2003.

POULANTZAS, Nicos. **Poder Político e Classes Sociais.** São Paulo: Martins Fontes, 1977.

PRADO JR., Caio P. **Evolução política do Brasil:** colônia e império. 16ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. **Formação do Brasil contemporâneo:** colônia. 5ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Publifolha, 2000.

_____. **A Revolução brasileira**. São Paulo: Editora brasiliense, 1966.

_____. **História Econômica do Brasil**. 47ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

RAMOS, Jorge A. **Historia de la nación latinoamericana**. 3ª ed. Buenos Aires: Continente, 2012.

REIS, Luis Carlos Tosta dos. Por uma concepção dialética do espaço: o conceito de *formação espacial em Milton Santos*. **Geografares**. Vitória, v.1, n.º 1, junho de 2000.

RIBEIRO, Darcy. **Os brasileiros**: livro I, teoria do Brasil. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1981. 177p. (Estudos de antropologia da civilização: 4).

_____. **O processo civilizatório**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. 265p. (Estudos de antropologia da civilização: 1).

_____. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras. 2006. 435p.

_____. **As Américas e a civilização**: processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos. Editora Companhia das Letras, 2007.

ROSDOLSKY, Román. **Génesis y estructura de El Capital de Marx**: estudios sobre los Grundrisse. 7ª ed. México, D.F.: Siglo XXI, 2004.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**: Ensaios. Petrópolis: Vozes, 1979.

SCHWARTZ, Stuart e LOCKHART, James. **A América Latina na época colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SERENI, Emilio. La Categoría de "Formación Económico-Social". In: *Cadernos Cuadernos de Pasado y Presente*. 2ª edição, n. 39. Cidade do México: Siglo XXI, 1976. p.55 - 96.

SHAIKH, Anwar. Verbete: Tendência decrescente da taxa de lucro. In: BOTTMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Zahar, 1988, p. 371-373.

SILVA, Lígia M. O. Tierras nuevas y la construcción del Estado en Brasil y Argentina. **América Latina en la historia económica**, n. 25, p. 43-71, 2006

SILVA, Ludovico. **Anti-Manual para uso de marxistas, marxólogos y marxianos**. Caracas: Monte Ávila, 1979. p. 273.

SODRÉ, Nelson W. **As razões da independência**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. Modos de produção no Brasil. In: LAPA, José R. do Amaral (org). **Modos de produção e realidade brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1980, p. 133-156.

TAVARES, M. C. Império, Território e Dinheiro. In: FIORI, J. L. (org). **Estado e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 449-489

THOMPSON, E. Prefácio. In: THOMPSON, E. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, V.1 (A árvore da liberdade), p. 9-14.